



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Cristina Leite Garcez

O Diário Carioca: debates políticos e econômicos no Brasil (1955-1960)

Rio de Janeiro

2023

Cristina Leite Garcez

O Diário Carioca: debates políticos e econômicos no Brasil (1955-1960)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof.^a Dr. Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

G215 Garcez, Cristina Leite.
O *Diário Carioca*: debates políticos e econômicos no Brasil (1955-1960) /
Cristina Leite Garcez. – 2023.
145 f.

Orientadora: Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. *Diário Carioca* (Jornal) - Teses. 2. Kubitschek, Juscelino, 1902-1976 - Teses. 3. Política econômica - Teses. 4. Economia - Brasil - Teses. I. Ferreira, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 070:32

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Cristina Leite Garcez

O Diário Carioca: debates políticos e econômicos no Brasil (1955-1960)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 30 de novembro de 2023.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Profª. Dra. Angela Maria de Castro Gomes
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Antonio Edmilson Martins Rodrigues
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- UERJ

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às duas pessoas que mais me impulsionaram e estiveram comigo ao longo deste percurso acadêmico, meu marido Gustavo Monerat e meu filho Gabriel Monerat. Sempre me motivando e não me deixando esmorecer. Sem a ajuda de vocês o caminho não teria sido tão leve.

AGRADECIMENTOS

A algumas pessoas é importante direcionar meu agradecimento pela conclusão deste trabalho. Em primeiro lugar, à Profa. Dra. Tânia Bessone, pela orientação e carinho ao longo desses últimos anos. À professora Dra. Angela de Castro Gomes e ao professor Dr. Antônio Edmilson Martins Rodrigues, que fizeram parte de minha banca de qualificação e cujas orientações foram de enorme valor à minha pesquisa.

Aos meus pais, Cacilda Garcez e Edmilson Garcez, que nunca mediram esforços para que eu pudesse estudar, até o momento em que pude trilhar meu caminho sozinha. A vocês, minha eterna gratidão.

RESUMO

GARCEZ, Cristina Leite. **O *Diário Carioca***: debates políticos e econômicos no Brasil (1955-1960). 2023. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

O presente trabalho possui como objetivo analisar o jornal *Diário Carioca* em meados da década de 1950, procurando identificar o tom de seus discursos a respeito das questões econômicas e políticas. O recorte temporal escolhido foi fortemente marcado pelos debates e avanços na industrialização brasileira, e o governo de Juscelino Kubistchek experimentou uma maior entrada de capitais estrangeiros no país. A imprensa escrita àquela altura teve um papel de grande importância no sentido de disseminar valores e ideias pertinentes à expansão capitalista, assim como apoiar ou não o governo. Desta maneira, o jornal *Diário Carioca* desenvolveu, por meio de suas publicações, sobretudo quanto à política e à economia, contribuições e matérias que deram voz a uma nova lógica industrial no país, apoiando o governo JK com seu Plano de Metas. O periódico estudado contou com uma trajetória histórica destacada dentro do campo da imprensa, caracterizada pela inovação e pioneirismo na forma de fazer jornalismo. Desta maneira, este trabalho procurou buscar aspectos relevantes a respeito da história do jornal, bem como uma contextualização político-econômica da década de 1950, apoiando-se em diversas referências bibliográficas. A partir dessa perspectiva, a leitura de edições temáticas do *Diário* durante o governo Kubitschek, das formas como o jornal apoiou o político, bem como a análise de reportagens e editoriais que tratavam de aspectos pertinentes à política econômica do governo, entre 1955 e 1960, são o cerne desta pesquisa.

Palavras-chave: *Diário Carioca*; Juscelino Kubistchek; política; economia.

ABSTRACT

GARCEZ, Cristina Leite. **The *Diário Carioca***: political and economic debates in Brazil (1955-1960). 145 f. 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The present work aims to analyze the newspaper *Diário Carioca* in the mid-1950s, seeking to identify the tone of its speeches regarding economic and political issues. The chosen time frame was strongly marked by debates and advances in Brazilian industrialization, and Juscelino Kubistchek's government experienced a greater influx of foreign capital into the country. The written press at that time played a very important role in disseminating values and ideas relevant to capitalist expansion, as well as supporting or not supporting the government. In this way, the newspaper *Diário Carioca* developed, through its publications, especially regarding politics and economics, contributions and articles that gave voice to a new industrial logic in the country, supporting the JK government with its Target Plan. The periodical studied had an outstanding historical trajectory within the field of press, characterized by innovation and pioneering in the way of doing journalism. In this way, this work sought to seek relevant aspects regarding the history of the newspaper, as well as a political-economic contextualization of the 1950s, based on several bibliographic references. From this perspective, reading thematic editions of the *Diário* during the Kubitscheck government, the ways in which the newspaper supported the politician, as well as the analysis of reports and editorials that dealt with aspects pertinent to the government's economic policy, between 1955 and 1960, are the core of this research.

Keywords: *Diário Carioca*; Juscelino Kubistchek; politics; economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Capa da segunda edição do Jornal Diário Carioca.....	23
Figura 2 – Última página com a maior parcela da publicidade do Jornal	23
Figura 3 – Página 32 da edição do jornal no primeiro dia do ano de 1950	27
Figura 4 – Atual fachada da segunda sede do DC (Praça Tiradentes, Rio de Janeiro)	28
Figura 5 – Capa Diário Carioca de 8 de novembro de 1955	58
Figura 6 – Capa do Jornal Tribuna da Imprensa do dia 8 de novembro de 1955.....	58
Figura 7 – Capa do Jornal O Globo de 01 de outubro de 1955	63
Figura 8 – Capa do jornal O Globo de 03 de outubro de 1955.....	63
Figura 9 – Capa do Diário Carioca distribuída nas primeiras horas do dia 11 de novembro...	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AL	América Latina
ANP	Agência Nacional do Petróleo
BNDE	Banco de Desenvolvimento Econômico
CAXEX	Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CEXIM	Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil
CIESPAL	Centro de Estudos Superiores do Jornalismo da América Latina
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CM	Correio da Manhã
CMBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
CNP	Conselho Nacional de Petróleo
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTE	Conselho de Transporte e Economia
DC	Diário Carioca
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DJ	Danton Jobim
DOP	Departamento Oficial de Propaganda
ESG	Escola Superior da Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FFSD	Faculdade de Filosofia Santa Doroteia
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
HC	Horácio de Carvalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBESP	Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JB	Jornal do Brasil
JK	Juscelino Kubistchek
OCIAA	Office of the Coordinator of Inter-American Affairs
OG	O Globo
ONU	Organização da Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Projeto de Lei
PR	Partido Republicano
PSD	Partido Social Democrata
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SIP	Sociedade Interamericana de Imprensa
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TCC	Trabalho de conclusão de curso
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tribuna da Imprensa
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UH	Última Hora
UFRJ	Universidade Federal do Rio Janeiro
UNB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	11
1	<i>DIÁRIO CARIOCA</i>: A TRAJETÓRIA DE UM JORNAL QUE MARCOU A IMPRENSA BRASILEIRA.....	18
1.1	O <i>Diário Carioca</i> e suas transformações.....	31
1.2	O <i>Diário Carioca</i> e seus demais personagens no contexto da década de 1950.....	40
2	O <i>DIÁRIO CARIOCA</i> E A CAMPANHA DE JK.....	47
2.1	O <i>DC</i> diante das ameaças golpistas após o pleito de 1955.....	54
2.2	Os incidentes de Jacareacanga e Aragarças: a visão do <i>DC</i> em comparação a outros jornais da época.....	69
3	O <i>DC</i> E O GOVERNO JK: DEBATES ECONÔMICOS.....	78
3.1	A questão da Petrobrás.....	95
3.2	A questão do câmbio e as instruções da SUMOC: a visão do <i>Diário Carioca</i>.....	113
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
	REFERÊNCIAS.....	128

INTRODUÇÃO

A história do jornalismo no Brasil tem se aprofundado nos últimos anos, ampliando seus temas em trabalhos acadêmicos que abrangem diversas áreas de conhecimento. Tal fato indica que algo de importante está latente entre as indagações de pesquisadores, professores e até mesmo profissionais da área jornalística. Alguns destes recentes trabalhos acadêmicos têm, inclusive, apurado a temática da mídia jornalística sob a perspectiva de que esta, por vezes, aparece como personagem atuante em alguns processos históricos. A leitura do artigo “História do jornalismo no Brasil: um balanço conceitual”, de 2009, da pesquisadora Marialva Barbosa, sugere que “muitas vezes os estudos sobre história da imprensa e do jornalismo, em particular, balizam as análises pelos processos mais gerais da sociedade” (BARBOSA, 2009, p. 1).

Tendo em vista esta perspectiva, o que propomos neste trabalho é uma pequena contribuição para o importante rol de estudos sobre a história do jornalismo brasileiro, tomando como ponto de partida o entendimento de que as discussões ocorridas no interior dos jornais, assim como os personagens envolvidos neste processo são parte intrínseca aos contextos históricos em que estão inseridos. Assim, conseguimos ter um olhar mais amplo sobre certos recortes temporais, pois este tipo de pesquisa nos permite ter acesso a visões de mundo. A análise que faremos quer entender certas raízes do jornalismo moderno nacional, procurando, simultaneamente, observar os discursos e os respectivos reflexos sociais de um jornal em específico. No caso brasileiro, insta relatarmos que, historicamente, a imprensa, apesar de ter tido como grande divisor de águas a década de 1950, no que diz respeito às normas técnicas e à busca por independência, inspirada no modelo norte-americano, se desenvolveu a partir de uma dinâmica um tanto diferente de nossos vizinhos mais ao norte, fato que nos permite questionar sobre a possível ligação do jornalismo, de maneira mais geral, com as instituições políticas do país. Tal fato pode nos levar a indagar, inclusive, a respeito da construção dos discursos que a imprensa entende como o ideal para a vivência democrática, o respeito à verdade e o diálogo com a sociedade

A escolha do *Diário Carioca* como objeto de pesquisa nasceu de uma série de estudos sobre a história da imprensa, realizada durante minha Pós- Graduação *latu senso* pela Faculdade de Filosofia Santa Doroteia, anos atrás. O campo jornalístico sempre me trouxe certo encantamento desde muito nova. Desta forma, ao me deparar com a necessidade de escolher um tema para o TCC, resolvi investir na análise da história do jornalismo brasileiro. Ao longo

de minhas leituras, percebi a existência de mudanças gradativas nos padrões da imprensa, especialmente no período de redemocratização política do país, ou seja, pós-1945, com a saída de Vargas do poder. As transformações que ocorreram naquela época acompanharam um movimento interessante no país, isto é, uma industrialização que contou com a característica da entrada de capitais estrangeiros. Sobre este último dado, insta pontuar que os debates sobre o ingresso de recursos internacionais no país geraram intensos debates no interior da sociedade e, além disso, foi durante o governo de Juscelino Kubitschek que tal realidade se intensificou. O *DC* foi um jornal de grande importância dentro de todo este panorama, daí a motivação para estudá-lo. Destarte, os anseios em ampliar os conhecimentos acerca do assunto foram o motor para realizar uma pesquisa mais detalhada no Programa de Pós-Graduação desta instituição de ensino. Analisar as mudanças jornalísticas deste periódico em um contexto político-econômico bastante complexo no país, bem como observar os discursos do *DC* em relação a este eixo temático são a meta deste trabalho.

Assim, o período escolhido em nosso estudo foi a década de 1950. Esta foi de extrema importância para história do país, sendo o campo jornalístico parte significativa dentro deste quadro. Nosso objeto de estudo será o jornal *Diário Carioca*¹, com o qual buscaremos entender de que forma ocorreram os debates políticos e econômicos no interior de suas páginas, bem como sua história e a de alguns dos nomes do campo jornalístico que por lá deixaram sua marca. Segundo Sodré (1966), “o desenvolvimento da imprensa no Brasil foi condicionado, como não poderia deixar de ser, ao desenvolvimento do país” (SODRÉ, 1966, p. 205), daí a relevância em se estudar certos discursos dentro dos jornais, assim como os respectivos papéis destes nos contextos históricos.

Dentre os jornais que possuíam boa circulação na capital do país, Rio de Janeiro, até início da década de 1960, o *Diário Carioca* conseguiu criar seu próprio nicho de leitores ao longo de sua história, bem como foi celeiro de focas e jornalistas de peso no país. O novo estilo jornalístico adotado pelo *Diário* ficou caracterizado, sobretudo, por uma busca pela neutralidade, sem abandonar o lado opinativo e, por vezes, polêmico, especialmente quando o assunto tinha relação com o universo da política. Este, por sua vez, era bastante intenso, tanto que Ana Paula Goulart, em seu artigo ‘Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950’, traz essa ideia de forma muito clara quando afirma, por exemplo, que a “imprensa era ainda essencialmente de opinião e a linguagem da maioria dos jornais era em geral agressiva e virulenta, marcada pela paixão dos debates e das polêmicas”

¹ Ao longo de nossa análise, iremos nos referir ao jornal *Diário Carioca* não apenas pelo nome completo, mas também como *DC* ou *Diário*.

(RIBEIRO, 2003, p. 148). Tal fato acabava se desviando, em certo sentido, da natureza de um jornalismo mais moderno como se buscava àquela altura. Enfim, contradições inerentes ao processo.

O contexto histórico que irá fundamentar nossas análises é conhecido, primordialmente, pelo crescimento econômico empresarial nacional e pelos anseios do capital internacional em se estabelecer no país. Há que se observar, por instância, a política nacional desenvolvimentista do segundo período getulista, bem como as posturas mais propícias ao capital internacional do governo Kubitschek. As raízes históricas desse movimento datam, sobretudo, da década de 1930, quando observamos alterações políticas e econômicas em andamento no país². A imprensa, da mesma forma, sofreu diversos impactos em função das inúmeras transformações ocorridas no período em questão, ou seja, de 1930 a 1960, sendo a década de 1950 a mais intensa no quesito modificação no fazer jornalístico.

O *Diário Carioca* atravessou todo este período, tornando-se pioneiro das novas técnicas textuais. O editor chefe do *DC*, Pompeu de Souza, trouxe para o país muitas das inovações da imprensa norte-americana que, há tempos, já usava uma padronização jornalística que privilegiava a notícia, em detrimento da opinião pura e simples, isto é, em um padrão quase que industrial. Werneck Sodré afirma que houve um avanço significativo nas “técnicas de imprensa, por exemplo, no que diz respeito à forma de divulgar, ligadas à apresentação da notícia” (SODRÉ, 1999, p.440). Contudo, há de se perceber que a construção desse novo estilo jornalístico, pelo menos no *DC*, ainda possuía a característica bastante marcante da parcialidade política, quer dizer, o discurso da neutralidade existia dentro do jornal, mas a prática era bem diversa. Como afirma Medeiros, “tratava-se, como se vê, de um jornal personalista, comprometido com o pensamento do proprietário, dentro de uma tradição que remontava aos primórdios da imprensa brasileira” (MEDEIROS, 2011, p. 10). Assim, nesse sentido, mais uma vez Ana Paula Goulart (2003) contribui para nossa linha de raciocínio, quando diz que

Diário Carioca, Tribuna da Imprensa e Jornal do Brasil, todos, em graus variados, adotaram as técnicas modernas como armas de luta política. O que não significa que interesses econômicos [...] não tenham igualmente impulsionado as mudanças (RIBEIRO, 2003, p. 152).

O *DC*, assim, passou por modificações alinhadas às novas dinâmicas da imprensa escrita. O campo jornalístico começou a ter novas feições, às quais a influência da imprensa

² A década de 1930 foi inaugurada por uma conjuntura política de golpe. O golpe de Estado, aplicado por Vargas junto aos militares, trouxe à realidade brasileira um governo sem legitimidade e caracterizado pelo nacionalismo, segundo (FAUSTO, 1981, p. 140-143), além disso, Bôas (2018, p. 24) nos indica que a economia passou por transformações que traziam o atributo expansionista e de possibilidades de substituição de importações no país.

norte-americana foi de grande importância. O aspecto aparentemente neutro que a imprensa buscou transparecer – e que o *Diário* procurou trabalhar a partir da implementação das novas técnicas adotadas por Pompeu de Souza e Danton Jobim –, na realidade, continuou a tecer opiniões, defendendo ideais políticos e econômicos³. O *Diário* chegou a lançar um manual de redação, instituído por Pompeu de Souza logo no início da década de 1950, que tinha como objetivo justamente trazer mais credibilidade ao jornal e afastá-lo do sensacionalismo que imperava na mídia impressa até então, apesar de, em diversas ocasiões, não conseguir tal êxito.

Pelo jornal passaram diversos jornalistas que iniciaram sua trajetória em um novo tipo de jornalismo, que seria, em várias medidas, uma grande novidade no país. Entretanto, a fim de que possamos compreender melhor o jornalismo e os debates promovidos pelo *Diário Carioca* em meados da década de 1950, destaco algumas categorias conceituais que são importantes de serem levantadas, a fim de que haja, em nosso trabalho, uma coesão de pensamento.

Desta forma, algumas definições desenvolvidas pelo intelectual Pierre Bourdieu servirão como ponto-base para os estudos pretendidos neste trabalho. Os conceitos de *campo*, *habitus* e *capital*, pensados por Bourdieu, serão importantes ao nosso estudo, pois contribuem para compreensão sobre o jornalismo e o papel do jornalista. A definição de campo para Bourdieu, político, artístico, intelectual e científico, pode ser descrita como um conjunto de agentes, individuais ou coletivos, que disputam entre si posições de poder. Ele é, por sua vez, perpassado pelo *habitus*, que são princípios geradores que os homens carregam dentro de si, dados pelo meio social. Bourdieu, em seus estudos, avança sob concepções sociológicas concorrentes: a marxista e a weberiana. Na primeira, a visão sobre a sociedade se estrutura a partir da perspectiva da luta de classes, enquanto, na segunda, as interpretações miram a ideia de que o meio social está dividido a partir de três princípios de classificação: poder, prestígio e riqueza. Neste sentido, quando Bourdieu trabalha a questão do campo quer, na realidade, operar com questões que envolvam não apenas a posição dos indivíduos, ou grupos de indivíduos, em suas respectivas classes⁴, mas também procurar compreender a reprodução, dentro dos espaços

³ Exemplos que iluminam nossa afirmação podem ser identificados na forte oposição do *Diário Carioca* ao Governo Vargas, até mesmo antes da sua candidatura em 1950, tendo figuras importantes dentro do jornal que conspiraram contra Vargas, como por exemplo Pompeu de Souza, conforme nos informa Mendez (2006). Posteriormente, a defesa quase que total do candidato Juscelino em 1955 ao governo federal. A veemente defesa do desenvolvimento de sistema capitalista no país, baseado no fomento à industrialização nacional e com ressalvas ao capital internacional, também se configura como defesa de ideais apresentados em diversas edições do *DC*, tanto em editoriais quanto em reportagens de capa ou cadernos especializados.

⁴ Para Bourdieu, classe é um conceito mais abrangente que o tradicional marxista, pois seria resultado do acúmulo dos capitais econômico, social e cultural, que serão vistos mais à frente.

definidos como campo, das hierarquizações. A imprensa pode ser identificada, assim, como um espaço estruturante e ao mesmo tempo estruturado, haja vista que Bourdieu não anula o sujeito.

Os mais variados “campos” existentes no interior da estrutura social são processados pelo *habitus*. Para Pierre Bourdieu, há entre os dois pontos uma intrínseca relação. O *habitus* estaria ligado à ideia de gostos, representações da consciência e uma percepção de vida dos sujeitos integrantes de certo campo. Nas palavras do próprio pensador, o *habitus* pode ser caracterizado por ser “um sistema de disposições duráveis e intransponíveis que, exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é produto” (BOURDIEU; SAINT-MARTIN, 1976 *apud* DENDASCK, LOPES, 2016, p. 5).

O *habitus* distingue e é distinguido e, por sua vez, traz visões e percepções de mundo, formas de expressar a linguagem, formando um sistema simbólico. É nesta altura que se torna possível ampliar as noções bourdieianas e lapidar as ideias que dizem respeito à dominação simbólica por intermédio de uma ação política no espaço social. Este pode ser compreendido como uma realidade invisível que não se pode alcançar de maneira tátil, decorrendo por intermédio de uma conquista de legitimidade. Segundo o autor, a construção de uma espécie de relação de poder por parte das classes mais altas dentro dos espaços sociais, ocorre, de tal forma, que os próprios dominados não conseguem perceber tais relações.

A legitimação de certos indivíduos ou classes de indivíduos só poderá ser edificada caso haja a conquista de certos tipos de “capital”, terminologia utilizada por Bourdieu que, em um primeiro momento, remete à abordagem econômica. Para o pensador, o termo capital pode ser empregado para identificar outros tipos de acúmulo social dos indivíduos nos mais variados campos pelos quais eles transitam. É possível distinguir basicamente quatro dimensões deste conceito: econômica, referente ao conjunto de bens e fatores de produção; cultural, conjunto de qualificações intelectuais, acúmulo de algum tipo de conhecimento; social, pertencente à ideia de tipos de relações e contatos sociais que os sujeitos constroem; e, finalmente, a simbólica, concernente à noção de autoridade.

Nota-se também, nas contribuições sociológicas de Pierre Bourdieu, a noção de autonomização dos campos. Em suas formulações conceituais, o sociólogo identifica o fato de que todo campo funciona como um mercado, ou seja, com demandas de oferta e procura. Dentro de cada campo, existem aqueles com certo grau de capital, seja de qual tipo for. Estes, no que lhes diz respeito, possuem como função produzir “códigos simbólicos” próprios de seu espaço. Assim, “cada uma das frações da classe dominante tem seus artistas e seus filósofos, seus jornais e seus críticos” (BOURDIEU, 2002, p. 217). Desta maneira, essa criação de códigos simbólicos pressupõe a possibilidade de uma autonomização dos agentes e, também, do próprio

campo. Destarte, o jornalismo é um campo que, apesar da reivindicação do princípio da autonomia, sofre certa sujeição das forças de mercado, tornando-se um espaço caracterizado por certo interesse desinteressado.

No caso brasileiro, o campo jornalístico se profissionalizou de uma maneira geral, e com ele emergiram dentro dos periódicos os debates que caminharam em direção ao ideal de desenvolvimento econômico e industrial. Assim, nomes de grande importância dentro do *DC*, como, por exemplo, Pompeu de Souza⁵ (1916-1991), Danton Jobim⁶ (1906-1978), José Eduardo de Macedo Soares⁷(1882-1967) e Horácio de Carvalho⁸ (1879-1958) possuíam, apesar de em graus diferentes, *capital político, cultural e social* que nos permite entender as possibilidades que estes criaram para a construção de uma visão político-econômica dentro do país na década de 1950, sobretudo, durante o governo de Juscelino Kubitschek, momento histórico que servirá de base para nosso estudo.

Algumas colunas, editoriais e seções do jornal se tornaram importantes em nossa pesquisa, como, por exemplo, a coluna “Nossa Opinião”, emitindo posicionamentos do jornal; os editoriais de capa escritos sempre por José Eduardo de Macedo ou Danton Jobim, muito críticos e incisivos em suas opiniões; a seção “Panorama Econômico”, com reportagens e notícias que acabavam demarcando pontos de vista do periódico; além de matérias ou editoriais que nos permitiram identificar a ótica do *DC* diante de questões políticas e econômicas vitais para o período analisado. É importante termos em mente que a disposição das matérias, das

⁵ Roberto Pompeu Souza Brasil nasceu no Ceará em uma família relativamente abastada e ligada à política do estado. Chegou ao Rio de Janeiro aos 15 anos de idade, tendo sido educado em casa por seu pai. Aos 18 lecionou no Pedro II. Foi contratado pelo jornal *Diário Carioca* em 1940, porém sua bagagem profissional contava àquela altura com a passagem pelo jornal *Meio-Dia*, do qual se distanciou devido a divergências ideológicas. Trilhou a carreira política após sair do *Diário Carioca* como Senador. Faleceu aos 77 anos.

⁶ Danton Pinheiro Jobim nasceu na cidade de Avaré, em São Paulo, formou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro. Trabalhou em diversos jornais, sendo o *Última Hora*, de Samuel Wainer, o último periódico em que trabalhou. Chegou a ser filiado ao PR (Partido Republicano) em 1945 e anos depois ao MDB, quando foi eleito como senador pelo extinto estado da Guanabara. Além de seu papel na ABI, foi conselheiro de imprensa de JK e professor na CIESPAL (Centro de Estudos Superiores do Jornalismo da América Latina), com sede no Peru. Faleceu aos 72 anos, deixando dois filhos.

⁷ Horácio Gomes Leite de Carvalho Filho nasceu em Bruxelas, era filho do 2º. Barão do Amparo e bisneto do Barão de Itambé. De família com muitas posses, dispõem de diversos empreendimentos, e chegou a ser considerado um dos maiores “playboys” de sua época. Foi casado com a socialite Lily Carvalho com quem teve um filho, que faleceu em um acidente de carro aos 20 anos de idade. Infelizmente, sua biografia não é muito extensa para pesquisa.

⁸ José Eduardo de Macedo Soares nasceu em São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro. De família latifundiária, foi jornalista, proprietário de jornal, professor e trilhou os caminhos da política, quando foi eleito pela primeira vez como deputado pelo estado do Rio em 1915, renovando seu mandato em 1918 e em 1922 pelo Partido Republicano Fluminense. Entre 1898 e 1912, foi militar da Marinha. Chegou a fazer parte da comissão que elaborou o primeiro estatuto da UDN (União Democrática Nacional). Nunca se casou e não deixou filhos.

reportagens e demais artigos sempre buscam contar ao leitor uma perspectiva, uma opinião do jornal, mesmo que de forma sutil ou velada. Dessa forma, nossa análise possuiu como objetivo verificar os debates sobre política e economia empreendidos pelo Jornal *Diário Carioca*, bem como entender como este matutino estava jornalisticamente estruturado. O *DC* foi nosso objeto de estudo, da mesma forma como, em diversos momentos, foi fonte para que conseguíssemos ampliar nosso rol de dados sobre o período observado.

Enfim, a divisão deste trabalho está assim distribuída: ao longo do primeiro capítulo o objetivo é entender a história do *Diário Carioca*, traçando um retrospecto de sua trajetória a partir do seu nascimento. Ademais, será bastante relevante observar alguns dos personagens que fizeram parte do percurso tomado pelo jornal ao longo de seus anos de existência, e suas respectivas atuações dentro do periódico. Esta estratégia de análise tem o intuito de conhecer a identidade do *Diário*. Já no segundo capítulo, esta pesquisa visa analisar o discurso dentro do *DC* no que diz respeito ao seu apoio a JK, durante a campanha e os anos do seu governo. Para tanto, em alguns momentos a comparação com o discurso de outras folhas será pertinente, pois este recurso ajudará a criar uma melhor contextualização em relação ao assunto. Por fim, o terceiro capítulo irá tratar sobre a perspectiva do periódico a respeito de certas questões econômicas no país durante a gestão de Kubitschek, tomando como foco alguns eixos temáticos, como por exemplo a Petrobrás e a participação de ativos internacionais nesta. A empresa teve papel importante dentro das metas de desenvolvimento econômico do presidente. Além deste tópico, a inflação e a balança de pagamentos do governo, peças-chave para estruturar caminhos positivos para economia de um país, e as Instruções da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), especialmente a 113, que acabou sendo fundamental ao processo de entrada de capitais estrangeiros no país, são pontos valiosos no último setor deste estudo. É importante frisar que as categorias conceituais definidas por Bourdieu, apresentadas anteriormente, servirão como um norte para a análise proposta neste trabalho. Assim, esta pesquisa e a consequente construção de seus capítulos possuem como finalidade verificar “quem era” o jornal *Diário Carioca* e em qual medida este apoiou a gestão e as políticas econômicas de Juscelino Kubitschek entre 1955 e 1960.

1 *DIÁRIO CARIOCA*: A TRAJETÓRIA DE UM JORNAL QUE MARCOU A IMPRENSA BRASILEIRA

A imprensa brasileira da virada do século XIX para o XX passou por inúmeras transformações, a começar por sua estrutura gradativamente mais capitalista, quer dizer, mais voltada à dinâmica empresarial. Fundar um periódico passou a requerer capital significativo, o que nos traz à constatação de que não era um empreendimento para qualquer um. Os equipamentos utilizados, por exemplo, estavam mais modernos e caros. No Brasil, recém-transformado em república, a sólida existência de uma imprensa empreendedora, isto é, nos moldes de geração de lucro (característica própria do *campo* com o passar do tempo) ainda era muito incipiente. Tal concepção foi tomando formas mais concretas com a passagem das primeiras décadas do século XX. O país não contava com um modelo econômico basilar de caráter industrial, o que revela nosso passado essencialmente agrário exportador e, conseqüentemente, uma vida urbana ainda em seus primeiros passos. Desta forma, os periódicos, de uma maneira geral, dependiam financeiramente de capitais privados e públicos, pois a publicidade ainda não possuía força suficiente para sustentá-los. Assim, apesar de a produção jornalística ter passado por considerável impulso, ela ainda estava fortemente atrelada “aos interesses da sociedade política” (RIBEIRO, 2000, p. 28), fazendo o papel de defesa dos poderes estabelecidos ou oposição a eles.

Nessa esteira de características, outro ponto importante de observação diz respeito à linguagem utilizada pelos jornais, muito carregada dos artifícios literatos e, por vezes, bastante difícil e “empolada” (SODRÉ, 1966, p. 323). O modelo jornalístico adotado no país estava bem próximo daquele utilizado pelos franceses, isto é, recheado de opiniões, polêmicas e, às vezes, discursos altamente inflamados, especialmente os relacionados aos fatos políticos. Segundo Sodré (1966), a questão do poder era temática central destes periódicos. E quem, na prática, representava melhor o exercício deste atributo? A resposta é simples: os próprios políticos. As matérias eram, em sua maioria, voltadas para este eixo. Some-se a este fato, o uso excessivo de um vocabulário erudito e chegamos, então, à modelagem básica dos jornais brasileiros nos primeiros anos do século XX.

Sem dúvida, é importante notarmos que o desenvolvimento da imprensa ao longo dos primeiros 50 anos de história do “breve século XX”⁹ foi ganhando contornos que,

⁹ Designação dada pelo historiador Eric Hobsbawm, em seu livro “A Era dos Extremos – o breve século XX 1914- 1991”, no qual o pesquisador trata a intensidade e violência deste século através de suas análises a respeito

gradativamente, proporcionaram as grandes transformações ocorridas em meados do século. Alguns jornais que surgiram em fins do XIX e início do XX, como, por exemplo, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, ou ainda *Gazeta de Notícias*, promoveram em suas estruturas certas mudanças, demonstrando àquela altura que o jornalismo, de uma forma geral, passaria por muitas mudanças no decorrer dos anos seguintes. A busca pela popularização foi algo marcante e repleto de dificuldades em periódicos como estes, visto a existência de um número considerável de analfabetos no país. Páginas policiais, colunas que traziam as reclamações do povo, ou ainda o uso de imagens, como as fotos, passaram a ser alguns dos artifícios empregados pelos jornais para atrair leitores. Cabe a nós identificar também que, apesar da predominância de um estilo textual mais voltado ao literato durante as primeiras décadas do século XX, o princípio de imparcialidade jornalística começa a aparecer, aos poucos, naquela imprensa, especialmente nas grandes capitais, ou na própria Capital – o Rio de Janeiro. Esta característica, inclusive, trazia em si a ideia de diferenciação, revelando a busca por um espaço de legitimação no *campo*. Em relação a esta afirmativa, Barbosa nos indica:

A rigor, o mito da objetividade deve ser percebido na longa duração, como simbolismo construído pelas próprias empresas jornalísticas e pelos jornalistas para assim cunhar uma distinção, no sentido que confere a esta palavra Bourdieu (1989), ou um lugar autorizado de fala (BARBOSA, 2007, p. 150).

A Capital do país, Rio de Janeiro, foi o palco do “nascimento” e “morte” de inúmeros periódicos que ficaram eternizados na trajetória do jornalismo nacional. *Jornal do Brasil (JB)*, *O Globo (OG)*, *Correio da Manhã (CM)* e *O Paiz*, por exemplo, costumam atrair, com maior regularidade, estudos na área da história da imprensa brasileira. Entretanto, existiram outros diários que marcaram de maneira expressiva o percurso do campo jornalístico nacional. É o caso do jornal *Diário Carioca*. O contexto de sua criação foi marcado por fortes tensões políticas, ou seja, o final da Primeira República. Seu fundador, José Eduardo de Macedo Soares possuía um *capital político* interessante. Sua família vinha de uma linhagem aristocrática que datava do século XIX e com forte influência política desde então. Além desta, a ligação com um liberal de significativa relevância no cenário brasileiro desde fins dos oitocentos, Rui Barbosa, reforça a afirmativa anterior. A característica republicana e liberal de Macedo pode ser identificada, entre outros aspectos, pela crença em um Estado brasileiro baseado na existência de “poderes e funções limitadas” (BOBBIO, 2000), o que nos traz o entendimento de que ele cria em uma democracia calcada na oposição à autocracia, apesar de ser importante

das duas grandes guerras, a crise econômica entre elas, além da polarização econômica e ideológica que o mundo presenciou ao longo dos anos da Guerra Fria.

destacarmos que o jornalista chegou a avaliar, em alguns editoriais dos primeiros anos da década de 1930, que a ocorrência de ditaduras fazia parte de um processo passageiro e, por vezes, necessário em algumas sociedades, assim, seria possível alcançar um Estado constitucional. Contudo, Macedo era um liberal que se encontrava em constante batalha contra o que Rui Barbosa identificava como “um processo de corrupção e degeneração do regime republicano brasileiro” (CINTRA, 2016, p. 203). Esse espírito combativo, por sinal, possui grande importância para nossa análise, visto que o viés político foi um traço particular na história do periódico por nós estudado.

Antes mesmo da fundação do *DC*, Soares já havia dado seus primeiros passos na imprensa com a criação do periódico *O Imparcial* em 1912. Nascido para fazer oposição ao governo de Hermes da Fonseca, a primeira empreitada no *campo* jornalístico de José Eduardo Soares contou com a colaboração de Rui Barbosa (1849-1923), José Veríssimo (1857-1916) e João Ribeiro (1860-1934)¹⁰. Entretanto, muito da linha editorial do jornal estava inundada pelo pensamento do ilustre amigo e ex-ministro da fazenda durante do governo provisório de Deodoro da Fonseca. O contexto político que englobou *O Imparcial* estava totalmente norteado pela campanha civilista da época. O fato de ter sido preso duas vezes por conta de tais posicionamentos políticos, não fez com que o proprietário do periódico desistisse de suas bandeiras. Assim, alguns anos mais tarde e na mesma toada oposicionista, nasce, em 1928, mais especificamente em 17 de julho daquele ano, o diário que ficou conhecido na história da imprensa brasileira como um dos grandes inovadores das técnicas jornalísticas no país, o *Diário Carioca*.

O *DC* não foi um jornal que se caracterizou como empreendimento individual, uma vez que Macedo Soares contava não apenas com *capital financeiro*, capaz de contribuir para a fundação de um diário, mas também possuía vínculos pessoais que indicavam um *capital social* considerável, que o qualificava para a inauguração de um periódico. O ambiente político, econômico e social brasileiro à época da criação do *Diário* estava totalmente permeado pelos desgastes das forças ligadas à antiga oligarquia paulista. As sucessões presidenciais da Primeira República evidenciavam as contradições latentes no interior da sociedade brasileira. Entre estes contrastes, podemos perceber a “ascensão da pequena burguesia” (SODRÉ, 1966, p. 410) em um ambiente socioeconômico majoritariamente agrário. Ainda segundo Sodré (1966, p. 385),

¹⁰ Rui Barbosa de Oliveira foi advogado, jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta e orador. Chegou a ser Ministro da Fazenda do Governo Provisório, e respondeu, durante algum tempo, pela pasta da Justiça. José Veríssimo Dias de Matos foi jornalista, professor, educador, crítico e historiador literário, e chegou a ser um dos diretores da *Revista Brasileira* em sua terceira fase. João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes foi jornalista, crítico, filólogo, historiador, pintor, tradutor. Fonte: <https://www.academia.org.br/>.

gradativamente, esta parcela da sociedade se tornou o maior público da imprensa que “influía nos jornais e era influenciado” por eles. Esta camada social mais à frente ganhará proporções altamente relevantes no cenário nacional, tendo suas pautas e reivindicações abordadas pela imprensa.

O lançamento do primeiro número do *DC* veio repleto de crítica e sarcasmo em relação ao governo de Washington Luís – representante da elite paulista no jogo político da época. Logo na primeira página veio estampada uma matéria de natureza extremamente desaprovadora em relação à política econômica do governo. O programa referente à taxa cambial foi fortemente atacado, tendo como um dos subtítulos da capa a frase: “contramarchando desordenadamente” (*Diário Carioca*, 1928, p. 1), sendo apontada ao longo do texto a forma pela qual o câmbio vinha sendo trabalhado pelo poder federal. Segundo a reportagem, a prática provocava uma significativa alta nos preços. Já na terceira página da mesma edição, encontramos uma espécie de “manifesto” do Jornal, em que a imparcialidade e liberdade seriam, de acordo com a proposta do editorial, as grandes diretrizes do diário. O texto também trazia a informação de que não havia no *DC* “ligações partidárias nem políticas” (*Diário Carioca*, 1928, p. 3), em uma clara tentativa de mostrar isenção diante de todos os acontecimentos em curso naquele momento. A leitura das edições do jornal ao longo de 1928 e 1929 demonstra justamente o contrário. Muitos editoriais escritos pelo próprio Macedo procuravam a todo custo desmoralizar o presidente Washington Luís e seu possível sucessor, Júlio Prestes.

A pauta política era característica essencial do *Diário*, tanto que os episódios de 1930 – quando Vargas chegou ao poder – contaram com sua forte colaboração. Segundo Goulart (2000, p. 109), “dias antes da eclosão do movimento, a própria redação do jornal serviu como local de encontro de alguns de seus líderes, como Getúlio Vargas”. A estrutura do *DC* nunca foi própria de uma empresa do ramo jornalístico de grande porte, o que não o isenta de ter tido reconhecimento e influência social durante grande parte de sua existência. Contando em média com 12 páginas e rodado na máquina de impressão Marinoni¹¹, custava inicialmente 100 reis¹², sendo dividido em seções que variavam das matérias traduzidas da Agência de Notícias Havas¹³ às notas sociais, o cinema e informações gerais. Sua sede inicial foi à Rua Alcindo Guanabara,

¹¹ Rotativa que havia revolucionado as técnicas de impressão em meados do século XIX, a Marinoni – inventada pelo francês Hippolyte Marinoni – conseguiu rodar até 10.000 exemplares em uma hora.

¹² Esse valor atualmente seria algo em torno de dois reais e cinquenta centavos.

¹³ Agência de comunicação fundada em 1935 por Charles Louis Havas em Paris e que tinha por objetivo trazer informações sobre bolsa de valores, tradução de artigos de imprensa de vários países, além de divulgação na área da publicidade. Marcou o início da comunicação freelancer como as atuais agências de notícia.

n. 5, na Cinelândia, em um prédio que existe até hoje. Macedo Soares tomou para si, nos primeiros anos do jornal, a função de diretor e editorialista, além de ter contado com a colaboração de nomes como Virgílio de Melo Franco¹⁴ para a elaboração de sua folha. O *DC* ainda não possuía, assim como outros periódicos da época, uma seção exclusiva para análise de assuntos econômicos, desta forma, as informações veiculadas a respeito deste tema ficavam relativamente espalhadas pela folha e traziam, em sua maioria – mas não exclusivamente –, dados referentes ao câmbio e índices de comercialização de produtos. A diagramação inicial do *DC* se apresentava da seguinte maneira: de forma centralizada e destacada, o nome do jornal; logo abaixo o nome de seu fundador e proprietário; no canto esquerdo superior, o ano de vida do periódico; ao centro a data da publicação; e no canto direito superior, o número daquela tiragem.

Ainda em fase de construção de uma identidade própria, os editoriais, as notícias da Agência United Press¹⁵ ou demais colunas sobre arte e esporte não necessariamente vinham sempre nas mesmas páginas em todas as publicações. Existem edições em que os editoriais estavam dispostos na página 4 e em outras na página 6, por exemplo. Contudo, eram sempre indicadas no canto esquerdo e direito superiores das páginas as temáticas que seriam tratadas naquele espaço. Esteticamente é possível afirmar que se tratava de um jornal de bom gosto, com relativa facilidade de leitura no quesito organização. A maior parte das propagandas vinha na última página, apesar de ser possível verificar a existência destas espalhadas em outros pontos do jornal. As imagens a seguir são de uma edição do *Diário* logo em sua fase inicial (ano de 1928), optamos pela exposição de uma capa e uma última página, respectivamente, sendo a segunda imagem a detentora da maior parte da publicidade.

¹⁴ Virgílio Alvim de Melo Franco nasceu em Ouro Preto (MG), em 1897. Sua família possuía grande influência na política mineira e nacional. Advogado, Virgílio de Melo Franco formou-se pela Faculdade Livre de Direito, do Rio de Janeiro, em 1918. Nessa mesma época, exerceu seu primeiro cargo público, como chefe de gabinete de seu pai, quando este esteve à frente do Ministério da Viação, no governo de Delfim Moreira (1918-1919). Fonte: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

¹⁵ United Press Internacional é uma agência de notícias estadunidense fundada em 1907.

Figura 1 – Capa da segunda edição do Jornal *Diário Carioca*



Fonte: *Diário Carioca* (1928, p. 1).

Figura 2 – Última página com a maior parcela da publicidade do Jornal



Fonte: *Diário Carioca* (1928, p. 12).

O apoio do DC em 1930 à Aliança Nacional Libertadora logo demonstraria forte reversão. O direcionamento político liberal do jornal fez parte da formação do grupo que reuniu comunistas, socialistas, uma parcela dos tenentes insatisfeitos com o governo, além de uma burguesia em formação. No entendimento de Macedo, o processo que se desenrolou em 1930 poderia ser chamado de revolução. Era desta maneira que o proprietário do *Diário Carioca* enxergava o processo que levou Getúlio ao poder. Além disso, de acordo com o que abordamos anteriormente, Soares, a princípio, não via grandes problemas no fato de o governo provisório ser caracterizado como uma ditadura, visto que esta seria uma “etapa prevista e conhecida da política revolucionária” (SOARES, 1932, p. 1) e que aquela seria um instrumento para um futuro governo constitucional. Segundo sua visão, publicada em 14 de janeiro de 1932, os

governos anteriores teriam sido autoritários:

Verdadeira ditadura foi o regime constitucional republicano. O governo da nação era o capricho, o segredo, a prepotência e quase sempre a ignorância, a ininteligência e a vaidade de seus detentores. Os reacionários manifestam-se incomodados num período transitório de ligeiras restrições (SOARES, 1932, p. 1).

Contudo, o “namoro” entre Macedo e Getúlio começou a esvanecer, assim que o primeiro percebeu que o país estava diante de uma liderança autoritária. A imprensa, aos poucos, começou a ser amordaçada nas mãos de Getúlio, sendo uma das primeiras provas de censura do novo regime a criação do Departamento Oficial de Publicidade (DOP), que passou a colocar funcionários seus nas redações dos jornais “para impedir a divulgação de notícias alarmantes, infundadas e tendenciosas” (MARTINS; DE LUCA, 2006, p. 56), de acordo com a visão do governo. Apesar das tentativas de calar o jornalismo contrário, o então presidente não teve completo êxito em sua empreitada, e muito jornais, a exemplo o *DC*, continuaram a fazer oposição. Em 1932, o *Diário Carioca* ficou a favor do grupo que clamava pelo estabelecimento de uma Constituição, colocando-se, então, ao lado da Revolução Constitucionalista¹⁶ ocorrida em São Paulo.

Empastelado pelo governo em função de sua postura diante dos acontecimentos de 1932, o *Diário* mudou de mãos em uma negociata que levanta indagações até os dias de hoje. A propriedade do periódico passou para as mãos de Horácio de Carvalho Jr.,¹⁷ que já aparecia como diretor-presidente alguns meses antes de ser oficializado como dono do empreendimento jornalístico. Horácio era pupilo de Macedo e sua postura no jornal possuiu mais a característica administrativa do que propriamente a de condutor da linha editorial do periódico, função esta que continuou nas mãos de José Eduardo ainda durante muitos anos. A imprensa como um todo passou por momentos difíceis durante os longos 15 anos de Getúlio no poder. A meta do Estado era colocar “os meios de comunicação de massa a serviço direto do poder executivo” (SCHWARTZMAN, 1984 *apud* MARTINS, 2006, p. 45), afinal de contas o país estava diante de um governante centralizador. Desta maneira, diferentes meios comunicativos foram

¹⁶ Movimento que explodiu na cidade de São Paulo, em 1932, marcado pelo confronto armado entre as forças de oposição ao Governo Provisório sob o comando de Getúlio Vargas e o próprio governo. As pautas de reivindicação estavam relacionadas à elaboração de uma nova Constituição e a convocações de novas eleições, promessa de Vargas que ainda não havia sido cumprida. A também chamada “Guerra Paulista” foi sufocada pelas forças de governistas após 4 meses e contou com inúmeras baixas.

¹⁷ Nascido em família latifundiária, Horácio de Carvalho chegou a ser deputado estadual e ficou conhecido na sociedade carioca por sua elegância e pela boa vida. Foi casado com Lilly Lamb, que, após a morte de Horácio, em 1983 por ataque cardíaco, casou-se com Roberto Marinho, o “magnata” das Organizações Globo. Sua função como empresário, estando à frente do *Periódico Diário Carioca*, foi muitas vezes questionada, sobretudo pelos funcionários, visto que nunca investiu capital próprio no vespertino, atrasando salários e deixando o jornal muitas vezes em situação econômica complicada.

utilizados – de forma constitucional¹⁸ – como veículos de propagação de informes e ideias do Estado, além de sofrerem com a imposição de censura prévia. Isto nos indica que o Estado brasileiro, através do controle da imprensa, procurou exercer certo *poder simbólico*, utilizando o *campo* da comunicação e seus respectivos símbolos, para tornar “possível o consenso acerca do sentido do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p. 58), o qual desejava.

O *DC*, com seu espírito combativo, liberal e sarcástico típico de sua fundação, não possuía mais àquela altura tais características. Tornou-se, principalmente a partir do Estado Novo, um periódico “funéreo e solene, como se vestisse uma armadura, mais parecendo um boletim editado pela Marinha ou pelo Exército” (COSTA, 2011, p. 129). Entre as matérias veiculadas pelo *DC*, que corroboram a afirmação anterior, temos a do dia 4 de dezembro de 1937 como exemplo. A seção intitulada “noticiário” vinha com a seguinte chamada: “Vinte anos de marxismo... vinte anos de falência” (*Diário Carioca*, 1937, p. 3). A matéria era, na realidade, um comunicado da Agência Americana de notícias, transcrita na íntegra, abordando negativamente a industrialização russa pós-1917, bem como a má remuneração dos trabalhadores daquele país. Uma reportagem que havia sido encomendada a sua publicação, assim como tantas outras. O aspecto anticomunista foi latente durante o governo Vargas, sobretudo, a partir do Estado Novo. O *DC*, por sua vez, não ficou livre deste tipo pressão e de manipulação por parte do Estado para que fossem impressas matérias dessa natureza, ou transcrições de agências estrangeiras. O dono do *Diário* nunca foi admirador das bandeiras comunistas, porém, o caráter autoritário, censor e controlador de Vargas em relação aos órgãos comunicativos sempre indignou muito o jornalista.

Enfim, o jornal analisado por nós começou a voltar às suas origens ao final do período chamado de “Era Vargas”. As amarras de agências do governo, como por exemplo o DIP¹⁹, recrudesceram e o *DC*, assim como outros veículos de comunicação, voltou a expressar suas opiniões e gozar de maior liberdade para produzir seus conteúdos. O cenário internacional do pós-guerra e o fim de regimes autoritários, como o nazista na Alemanha e o fascista na Itália, favoreceram o encerramento do governo de Getúlio, moldado nos últimos anos pela repressão e censura. O *Diário* recobrou sua linguagem afiada, crítica e sarcástica, natural de sua

¹⁸ “(...) o artigo 122 da Constituição de 1937 considerava a imprensa um serviço de utilidade pública e determinava que os periódicos não poderiam se recusar a inserir comunicados do governo” (MARTINS; DE LUCA, 2006, p. 64).

¹⁹ Departamento de Imprensa e Propaganda que veio substituir o DNP (Departamento Nacional de Propaganda), a partir de 1939. Com o DIP, a Imprensa passa a sofrer de maneira mais intensa a censura e o controle. Grande parte desse departamento estava destinada à produção de reportagens e traduções que seriam veiculadas nos jornais do país.

composição, apesar de ser necessário perceber que em alguns momentos do período de redemocratização do país, pós-1945, ocorreram crises políticas que trouxeram a sombra da censura de volta ao cenário democrático.

Essa roupagem de jornalismo de oposição, crítico e combativo, que o *DC* tanto procurou demonstrar em suas páginas, chegou a ser exposto de forma “pedagógica” na edição de 1 de janeiro de 1950, que caiu em um domingo. O *Diário* àquela altura estava entrando em seu vigésimo segundo ano, e sabia que seria uma etapa política de grande importância para o Brasil, visto que viriam pela frente as tratativas em torno da sucessão presidencial. A página 9 do periódico (neste dia com 32 folhas ao todo) veio trazendo sua própria trajetória, enaltecendo, ao mesmo tempo, seus valores no campo da produção jornalística para história do país. Sem dúvida alguma, uma estratégia de consolidação de um *poder simbólico*. Espalhado pela página havia um repertório sintético do *Diário Carioca* em uma espécie de produção biográfica. A figura de José Eduardo de Macedo era trazida como um personagem não apenas importante dentro do jornal, mas como expressão política de forte atuação nos grandes acontecimentos do país, desde o nascimento do matutino.

Essa investidura de *capital simbólico* tanto a José Eduardo Macedo quanto a Horácio de Carvalho vem justamente no contexto do início da década de 1950, quando, inclusive, havia em progresso a proposta de transformações dentro do *DC*, a começar pela de mudança de endereço. A página a qual nos referimos mais acima é algo que merece visualização, até mesmo em função das imagens (desenhadas por sinal²⁰) das sedes onde o jornal ficou instalado ao longo dos anos anteriores, além da disposição visual dos textos, ou seja, colocados de maneira bem didática para o leitor. Uma verdadeira associação dos caminhos do periódico com a história do país. A edição em questão apresentou 4 seções, na qual a última foi destinada a falar sobre o próprio *Diário Carioca*. A primeira página desta seção trouxe o desenho do prédio que seria a nova casa do jornal.

²⁰ Ao analisarmos a página em questão notamos que a sedes do *DC* tiveram suas fachadas retratas por meio do recurso do desenho à mão livre.

Vale pontuar, como fato curioso, que o primeiro e o segundo endereços do *Diário Carioca* se encontram ainda de pé. Porém, este último, localizado à Praça Tiradentes²¹ e exposto na parte central da imagem acima, publicada pelo jornal, não se encontra em um bom estado de conservação. Sua fachada, com muitas avarias²², demonstra um lado cruel da mentalidade de preservação do patrimônio histórico no Brasil. Apesar de não ser o foco de nossa análise, consideramos importante fazer essa breve consideração.

Figura 4 – Atual fachada da segunda sede do *DC* (Praça Tiradentes, Rio de Janeiro)



Fonte: A autora, 2023.

Ao longo dos anos de 1950, os debates acerca do nacional desenvolvimentismo e os questionamentos em torno da entrada de capitais estrangeiros no país se tornam intensos e acalorados. A política econômica foi alvo central das discussões que permeavam Institutos e Comissões voltadas às análises sobre economia e desenvolvimento nacional, além de ganhar, também, espaço no campo jornalístico. O cenário político, amplamente entrelaçado ao ambiente econômico, é invadido por questões pertinentes ao lugar que o Brasil deveria ocupar na perspectiva econômica global, sobretudo, nos pós-Segunda Guerra. A década em questão foi marcada pela chefia do Executivo de duas figuras de extrema relevância no panorama histórico brasileiro: Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, ambos desenvolvendo governos populistas e legalmente constituídos. As ideias de comando nacional dos dois presidentes orbitavam a

²¹ O desenho deste prédio, segundo espaço ocupado pelo *DC*, se encontra na parte central da imagem 3, exposta por nós neste trabalho.

²² Na data em que a foto foi retirada, em 12 de julho de 2023, o prédio estava ocupado efetivamente apenas no térreo por um estabelecimento comercial.

lógica de incentivo e incremento ao setor industrial com a finalidade de desenvolvimento e geração de renda no país. Contudo, a forma como procuraram desempenhar as políticas econômicas nacionais diferiam em certos aspectos, o que gerou em maior ou menor grau oposição e críticas de grupos considerados conservadores dentro da sociedade brasileira. A relação da imprensa com estes dois chefes de Estado variou conforme a orientação de pensamento dos respectivos editorialistas ou dirigentes dos jornais.

Os periódicos matutinos e vespertinos ainda se configuravam como o principal veículo de informação do país, sendo Rio de Janeiro e São Paulo os polos jornalísticos mais importantes. A relação do *DC* com Getúlio, por exemplo, era amarga desde os anos anteriores, quando este governou o país, fato que nos demonstra um pouco os posicionamentos tomados pelo *Diário* ao longo dos 4 anos de governo Vargas. O ano de 1950 para o *DC* é muito intenso, tanto a partir do panorama da produção jornalística quanto aos aspectos técnicos do fazer jornalismo. Diversas edições do periódico ao longo daquele ano foram ocupadas por reportagens, notícias e, principalmente, editoriais de capa – assinados no início da década por José Eduardo, na maioria das vezes –, demonstrando a desconfiança e até mesmo certa indignação a respeito da questão da sucessão presidencial no país. O fundador do *DC* escreveu em 11 de janeiro de 1950 um artigo de opinião com o título “O espertalhão e os idiotas”, abordando sua preocupação com a possibilidade de Getúlio voltar a presidir o país. A linguagem forte e carregada de certa virulência política expunha claramente a insatisfação e até mesmo desprezo de Macedo em relação ao fato. Dizia:

[...] o presidente do “PSD” sabe, ou deveria saber que ninguém tem mais desprezo por programas, por ideais ou sistemas e princípios do que o Velho Vargas. Basta lembrar que ele aproveitou uma comoção nacional em face a ilegitimidade dos mandatários políticos, *redundando no governo do estado de sítio, para usurpar a presidência da República* [...] Ele quer o poder para gozá-lo discricionariamente, para viver [...] à custa do tesouro [...] (SOARES, 1950, p. 1, grifo nosso).

É interessante notar que tais palavras refletiam as angústias e ressentimentos experimentados durante os quinze anos de um governo autoritário. Além disso, o próprio linguajar do *campo* jornalístico, ainda carregado de posições políticas fortemente demarcadas, fica bem evidente no artigo de Macedo. Em outro editorial de capa, agora assinado por Danton Jobim – homem forte dentro do *Diário*, como será visto mais adiante –, foram feitas novamente considerações de preocupação em relação à possível volta de Vargas. O texto é do dia 6 de maio de 1950, quando Danton escreveu que Getúlio queria, de fato, voltar a ser presidente da República e, nas palavras do jornalista sobre as conversas que o ex-chefe do Executivo estava mantendo em sua propriedade em São Borja (RS), Vargas acreditava “firmemente no que lhes

dizem as visitas: que o Brasil inteiro o espera de braços abertos” (JOBIM, 1950, p. 1). Contudo, os termos “ex-ditador” e “velho” (JOBIM, 1950, p. 1) fazem parte do vocabulário utilizado ao longo do editorial, tal qual em outras edições do matutino durante 1950. O uso de expressões menos ásperas, especialmente sobre política, ainda não havia se consolidado, isto é, estava ainda em processo de construção, na mentalidade jornalística, a postura da imparcialidade, e não apenas no *DC*, mas em outros periódicos da época também.

Outra característica para observarmos no *Diário Carioca* tem relação com a moldagem de suas diretrizes ideológicas, ainda mais em um contexto global pós 1917, quando os países do ocidente capitalista identificavam o comunismo como uma “aberração” a ser combatida a todo custo. José Eduardo de Macedo, como anteriormente citado, nunca foi um admirador das ideias bolcheviques. O sentimento anticomunista se tornou algo muito presente em diversos lugares pelo mundo, e no Brasil não seria diferente. A aproximação entre Brasil e Estados Unidos já vinha ocorrendo desde a Segunda Guerra, até mesmo porque os norte-americanos, em seu projeto de expansão econômica, necessitavam “de recursos naturais do exterior para garantir o seu desenvolvimento” (BRAGA, 2002, p. 46). As políticas de aproximação não podiam ficar apenas no âmbito governamental, precisavam de aval dentro dos meios comunicativos a fim de garantir um arcabouço simbólico no interior da opinião pública. Em uma publicação de 1 de dezembro de 1950, dois meses após o resultado do pleito que levou Vargas novamente ao poder, Danton Jobim (diretor e redator-chefe) expõe toda sua preocupação em relação ao possível avanço do comunismo no Brasil. Inclusive, indica em seu artigo que a vitória de 3 de outubro daquele ano não anularia, de forma alguma, as ações do Partido Comunista dentro do território brasileiro. Nas palavras de Jobim:

A ilusão que o movimento de massas em torno do Sr. Getúlio Vargas neutralizaria a ação da quinta coluna comunista já não tem mais razão de ser. A campanha Vargas propiciou aos comunistas a atmosfera de que eles necessitavam para lançar a palavra de ordem da “guerra do povo”. [...] Parece *claro como água* que, se não ajudarmos os americanos numa guerra total entre os Estados Unidos e a Rússia, estaremos ajudando necessariamente a Rússia. [...] o que equivale a dizer que, prezando a paz externa, iremos para guerra interna; em vez de mandarmos nossos filhos para as trincheiras na Alemanha ou na China, *teríamos de enviá-los para as barricadas, numa guerra de classes* [...] (JOBIM, 1950, p. 1, grifos nossos).

O *DC* tinha um posicionamento favorável a uma sociedade de valores capitalistas. E isso foi sendo gradativamente moldado e solidificado ao longo de sua existência. A Guerra da Coreia²³, por exemplo, acabou funcionando como “querosene” neste embate ideológico ao

²³ O conflito ocorrido entre as duas Coreias (Norte e Sul) foi deflagrado em 1950 e teve seu término em 1953. O estopim da guerra foi a invasão das tropas do norte ao sul da ilha. Pode ser considerado uma das manifestações iniciais da bipolarização que o mundo iria vivenciar pelas próximas décadas.

redor do mundo. E o campo da comunicação foi, mais uma vez, uma das arenas mais importantes para esse tipo de tema. Dentro deste raciocínio, é preciso entendermos que em um editorial de capa, por exemplo, há sempre no corpo do texto uma carga opinativa, ou do jornal, do proprietário, ou do jornalista. Este tipo de publicação possui como objetivo “fazer o leitor raciocinar, dirigindo-se a ele como quem pondera e orienta e não como quem não tem senso de dever” (AGUIAR, 2012, p. 149). Assim, a partir deste e outros recursos, se torna viável criar em torno de um periódico uma identidade caracterizada, muitas das vezes, por uma atuação política. Forjar em torno de si um tipo de poder simbólico se torna tarefa necessária na existência de um periódico. O *Diário Carioca*, assim, criou uma identidade, uma simbologia para si, marcadas, especialmente, nos editoriais de primeira página, sempre assinados por José Eduardo ou por Danton Jobim ao longo da década de 1950, período de extrema importância para a história do país e da própria imprensa. Em raras edições esses artigos de opinião não eram publicados.

Durante a primeira metade da década em questão, a disposição gráfica destes editoriais era a seguinte: quase sempre na parte inferior da primeira página, alternando entre o canto esquerdo, direito ou centro. Uma caricatura dos autores vinha sempre ao lado do título, sendo o texto sempre destacado por margens, apesar de que, em algumas edições a partir de 1957, o editorial passou a ser disposto de forma mais verticalizada e sem os desenhos. Essas alterações gráficas fazem parte das mudanças que o jornalismo passou ao longo dos anos de 1950, quando a própria utilização de fotografias como fonte de informação acabou influenciando a localização dos artigos, e, no *DC*, os editoriais de capa de Danton e Macedo passaram pela mesma situação.

1.1. O *Diário Carioca* e suas transformações

O ano de 1950 parece ter sido um tanto quanto icônico para a história do periódico aqui em estudo. Ficou marcado na trajetória do jornalismo brasileiro como a época em que Pompeu de Souza escreveu o famoso “Manual de redação” e que, no imaginário social de muitos que fizeram parte daquele momento, teria dado início a uma nova era da imprensa brasileira. As mudanças ocorridas no jornalismo brasileiro tiveram influência direta da forma como os Estados Unidos produziam comunicação. O jornalismo norte-americano começou a sofrer transformações ainda no século XIX, quando a velocidade das informações ganhou nova dimensão a partir da invenção do telégrafo. Os jornalistas que cobriram eventos internacionais começaram a utilizar este recurso e precisaram se adaptar ao formato de linguagem utilizada por aquela invenção. Apesar de caro, o telégrafo estava associado às possibilidades de obtenção

de notícias rápidas. Portanto, o uso de um linguajar mais objetivo se fez mais que necessário. Daí, podermos vislumbrar o começo da tão famosa objetividade da imprensa nos Estados Unidos.

Além da característica da velocidade, é possível observar, simultaneamente, todo um processo de popularização dos periódicos, utilizando para tais fins o artifício da publicidade, ou seja, estava surgindo a chamada “*penny press*”²⁴. Existem correntes de pesquisa sobre a história do jornalismo norte-americano (e até mesmo brasileiro) que procuram questionar a hipótese de que a economia de mercado teria proporcionado uma evolução natural da imprensa opinativa para a imparcial²⁵, afastando-se, então, do ambiente político-partidário. Segundo este tipo de análise, haveria alguns problemas em identificar essa imprensa mais popularizada (*penny press*) como um grande divisor de águas e revolucionária na dinamização do jornalismo, tal qual conhecemos atualmente. Todavia, esse não é o foco de nossa análise, valendo apenas fazer a ressalva sobre o tema.

Independentemente da orientação adotada para estudo, o que nos cabe afirmar de concreto é a existência, no final das contas, de mudanças no estilo de fazer comunicação nos Estados Unidos. Gradativamente vão surgindo o “*lead*, o *copydesk*, a pirâmide invertida e os *style books*”²⁶ no setor jornalístico. Todos com o objetivo de dinamizar e criar uma nova relação com seus leitores. O longo processo que proporcionou esse novo *habitus* no *campo* jornalístico foi progressivamente se distanciando da natureza literária do discurso, e prolixa até. Desta forma, o subjetivo foi cedendo espaço ao texto mais direto, no qual o leitor teria as informações relevantes sobre a notícia já nas primeiras linhas. Em 1926 aconteceu o I Congresso Pan-americano de Jornalismo em Washington. O objetivo desta reunião foi justamente lançar “as

²⁴ Imprensa de centavo.

²⁵ Daniel C. Hallin e Paolo Mancini estão entre os teóricos que buscam refutar a ideia muito disseminada acerca da relação entre mídia, política e desenvolvimento de mercado. Segundo os autores, há uma tendência em se estabelecer na história sobre o jornalismo norte-americano o cenário no qual, à medida em que a economia de massas se desenvolvia, simultaneamente, ocorria uma desarticulação entre imprensa e política. Esta ideia pautaria todo caráter independente e imparcial do jornalismo norte-americano. Contudo, os pesquisadores apresentam em seus estudos a “coexistência de um modelo de jornalismo partidário com um mercado sólido” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 104).

²⁶ O *lead* é “a técnica que consiste, basicamente, em oferecer ao leitor um resumo inicial de todo o conteúdo, ou seja, é uma apresentação das informações principais, de forma sucinta e direta” (ROCHA, 2020, p. 2). Já o *copydesk* “é responsável pela revisão gramatical e ortográfica de tudo o que deve ser publicado. Porém, sua atuação vai além da revisão. [...] O profissional que realiza o *copydesk* tem a função de revisar a formatação técnica, verificar se as informações estão corretas e se a linguagem está adequada, de acordo com as normas da editora ou da publicação em questão” (KADRI, 2019). No caso da pirâmide invertida, as notícias deveriam vir em ordem de importância das informações, com objetivo de que, caso o leitor não pudesse ler a matéria toda, ele teria o máximo de informações relevantes já nos primeiros parágrafos. Já os *Stylebooks* foram os manuais de redação que continham a padronização ideal para a formatação de reportagens, e neles havia, entre outras informações, a ideia de se utilizar “vocabulário formal para as matérias” (MONTEIRO, 2016).

bases para a formação da Sociedade Interamericana de Imprensa”²⁷ (RIBEIRO, 2002, p. 7). Entre os nomes de brasileiros que chegaram a participar do evento se destaca o de Gilberto Freyre²⁸. O encontro contou com a participação de palestrantes que procuraram dar aos ouvintes as noções de objetividade e imparcialidade. Na verdade, era uma tentativa de difundir as concepções dos *style books* para as nações da América Latina. Três anos após o Congresso, Freyre escreveu uma espécie de manual de redação para o jornal *A Província*, no qual evidenciava a importância em se estabelecer “regras e cuidados no redigir” (VIZEU, 2008, p. 171). Seguramente, pode ser considerado um antecessor do manual de redação de Pompeu de Souza, escrito 21 anos depois.

A preocupação em manter uma relação mais próxima com a América Latina se acentuou a partir do momento em que a expansão nazista na Europa se tornou uma realidade concreta, a partir da década de 1930. Foi preciso desenvolver estratégias efetivas no sentido de promover cada vez mais uma aproximação diplomática. O campo da comunicação, muito vasto por sinal – visto que abrangia cinema, rádio, jornais, produtos, entre outros –, era peça fundamental. Se tornou necessário promover, neste sentido, maior aproximação de profissionais da imprensa brasileira, além de outros da América Latina, com as estratégias e técnicas do campo comunicativo norte-americano. Além desse plano, outro exemplo dessa aproximação foi a oferta de bolsas de estudos de diversos cursos nos Estados Unidos para estudantes latino-americanos, e entre eles estava o de jornalismo. Danton Jobim, representando o jornal analisado por nós nesta pesquisa, estava entre os nomes da imprensa brasileira que seguiram em 1942 em uma missão de intercâmbio jornalístico promovida pelo DIP e que teve como destino Londres e, posteriormente, Washington. Pompeu de Souza, outro nome valioso dentro do *DC*, também chegou a viajar para os Estados Unidos e acabou entrando em contato com as técnicas americanas de fazer jornalismo. Assim, o estilo mais conciso e simples, procurando se aproximar o máximo possível da informação correta, foi uma das marcas que influenciaram a imprensa brasileira, gradualmente.

Danton Jobim, muitos anos após suas experiências no exterior e já carregado com uma enorme bagagem jornalística – adquiridos, principalmente, em seus anos no *Diário Carioca* –

²⁷ Segundo a própria página da SIP, a organização se autointitula como sem fins lucrativos e com o objetivo de defender a liberdade de imprensa na América e dos profissionais da área em qualquer circunstância de ameaça. A entidade passou por um longo processo de formação e teve o I Congresso de 1926 como marco inaugural de sua existência. Suas bases ficaram parcialmente esquecidas até 1942, quando houve um novo Congresso, no México. É um órgão permanente de jornalistas com estatuto de regulamentos próprios.

²⁸ Sociólogo, historiador, ensaísta e jornalista brasileiro, nascido em 1900 em Pernambuco. Chegou a morar no Texas quando cursou Artes Liberais pela Universidade de Baylor. Chegou a ser correspondente de assuntos diversos para o *Diário de Pernambuco* enquanto morava fora do país.

trouxe em sua obra, “Espírito do Jornalismo” (JOBIM, 1992), suas impressões e análises a respeito do tema. Entre os vários ensaios do livro, o jornalista expõe sua visão acerca do tipo de técnica jornalística de raiz americana. Dizia ele:

Depois da concisão, a virtude que mais agrada o leitor é a simplicidade de estilo. *Quem é simples no estilo é claro no dizer*. Dirigindo-se o jornal ao leitor apressado, que não pode deter-se muito a meditar, durante a leitura, sobre o significado do que lê, parece evidente que o artigo ou a notícia tem de ser singelo na linguagem e desprezioso no estilo, a ponto de não exigir maior esforço que uma primeira e superficial leitura (JOBIM, 1992, p. 75, grifo nosso).

Esta é a visão de um personagem de grande relevância para história do jornalismo brasileiro. Jobim e Pompeu foram peças fundamentais durante o processo de modernização do *Diário* na década de 1950. Suas experiências e conhecimentos sobre novas técnicas jornalísticas deixaram marcas profundas na forma como entendemos a imprensa atualmente. O contato com os norte-americanos permitiu a estes dois jornalistas, com a colaboração de outros nomes de peso dentro do *Diário*, a possibilidade de adaptar as metodologias apreendidas lá fora à realidade do Brasil. Assim, de uma maneira geral, a proximidade com o jornalismo estadunidense cedeu espaço a um novo tipo de *habitus* no *campo* jornalístico do nosso país.

Começamos pelas mudanças mais “físicas” do *DC*. Sob a direção de Horácio de Carvalho há alguns anos, o *Diário* já havia saído de sua segunda casa na Praça Tiradentes para um luxuoso prédio construído na Avenida Presidente Vargas. A arquitetura do novo espaço foi obra de Afonso Eduardo Reidy²⁹. Tanto a construção quanto a aquisição de novos equipamentos para o periódico contaram com a concessão de empréstimos, tanto da Caixa Econômica Federal quanto do Banco do Brasil. Horácio de Carvalho possuía certa proximidade com o então presidente Eurico Gaspar Dutra, governante do período em que ocorreram os empréstimos. A “euforia” modernizante do *DC* começou àquela altura pela suntuosidade de seus planos enquanto empresa. Contudo, apesar de toda a propaganda feita pelo jornal, anunciando transformações e melhorias, tanto físicas, textuais ou gráficas, o *DC* esbarrou na ausência de comprometimento real de seu proprietário ao longo dos anos. Foi uma época que a mentalidade mais empresarial começou a fazer parte do cotidiano administrativo dos jornais.

A visão de que os periódicos eram uma empresa e que estas precisavam gerar lucros se manifestou, entre outros aspectos, pela maior presença de publicidade, além de reinvestimentos

²⁹ Nasceu em 26 de outubro de 1909, em Paris, França. Já no Brasil, ingressou em 1926 na Escola Nacional de Belas Artes, onde formou-se em 1930 como engenheiro-arquiteto recebendo a Grande Medalha de Ouro. [...] Projetou o conjunto residencial Prefeito Mendes de Moraes, conhecido como Pedregulho [...]. Integrou o grupo de trabalho do Aterro da Glória, atual Aterro do Flamengo, no bairro carioca do Flamengo. [...] Foi membro do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e vice-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil em 1944 e 1945 (SILVA, 1999, *apud* <https://cronologiadourbanismo.ufba.br/biografia>).

de capitais gerados por conta das vendas avulsas ou assinaturas. O *DC* não era o único empreendimento de Horácio de Carvalho. De família abastada e detentor de outras propriedades, o *Diário*, infelizmente, nunca foi sua prioridade, chegando a fazer retiradas do caixa do jornal para gastar pessoalmente, além de deixar inúmeras vezes de realizar o pagamento de seus funcionários. Tal situação nos revela um triste retrato do periódico, isto é, uma péssima administração que acarretou, ao longo dos anos, em seu enfraquecimento como negócio.

Entre os nomes mais citados pela história do jornalismo no Brasil está o de Roberto Pompeu de Souza. Este foi um dos principais responsáveis por fazer dentro do *DC* a transição do antigo “nariz de cera”³⁰ para uma fase mais objetiva, clara e sucinta de se fazer jornalismo. Para isso ocorrer, era preciso toda uma reformulação de paradigmas redacionais e até mesmo uma mudança de postura em relação à profissionalização do *campo*. Desta forma, os cursos de graduação na área se tornaram importantes instrumentos para o desenvolvimento da imprensa brasileira³¹. Ainda durante o primeiro governo Vargas, Pompeu recebeu o convite do DIP para realizar um intercâmbio jornalístico nos Estados Unidos. O departamento de imprensa do governo teve, entre suas diversas atribuições, a tarefa de difundir informações positivas sobre a política norte-americana no país, ainda mais em um momento em que se procurava afastar as influências comunistas, bem como aquelas vindas do Eixo. Esta divisão do governo chegou a contar com escritórios em Nova York e Washington. A esta altura do convite, Souza já trabalhava no *Diário Carioca*, escrevendo sobre notícias internacionais. Lá, trabalhou com o rádio e como editor de notícias internacionais sobre a guerra, realizando uma síntese das informações veiculadas por inúmeras agências de reportagens. A seção que escrevia chamava-se *Guerra Dia a Dia*, na qual desenvolveu a prática de sintetizar o cotidiano do conflito, procurando demonstrar em seus textos certa fluidez e objetividade.

Tal característica redacional, muito provavelmente, foi sendo acentuada à medida em que seu entendimento sobre o mecanismo técnico jornalístico norte-americano foi aumentando. Seu círculo de amizades também foi outro fator importante ao longo de sua trajetória, fato que

³⁰ O antigo nariz de cera era a denominação dada ao formato mais literato e empolado de se fazer jornalismo até aproximadamente meados do século XX. Este campo, por sua vez, era considerado uma espécie de subproduto da literatura. Diversos autores utilizavam os jornais como forma de obter maior contato com os leitores. A influência francesa neste estilo seguiu a tendência, já antiga, de se “imitar” a cultura francesa. Uma das primeiras rupturas com esse paradigma cultural foi a *Semana de Arte Moderna de 1922*. Os textos jornalísticos eram prolixos e repletos de palavras que, por vezes, não pertenciam ao universo dos leitores.

³¹ “No ano de 1948, Danton Jobim assumia a cadeira de Técnicas de Redação Jornalística do recém-criado curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ), situada no Rio Janeiro, apenas alguns meses depois da criação do curso pioneiro, inaugurou-se o da Faculdade Cásper Líbero, em 1947” (AVANZA, 2007, p. 1). Inclusive, Pompeu de Souza foi um de seus assistentes.

lhe conferiu um *capital social* importante em sua vida. Nomes como Assis Chateaubriand, Nelson Rodrigues³² e Manuel Bandeira³³ figuram na lista de amigos do nosso personagem aqui em análise. Outro ponto interessante sobre os caminhos da vida de Pompeu diz respeito às suas atividades no meio político. O repórter ajudou a fundar a UDN em 1945 e, anos mais tarde, foi integrante do PSD (Partido Social Democrata) quando houve uma clara campanha pró-candidatura de JK ao governo federal. Esta última face do jornalista nos revela a dimensão de seu *capital político* à época. Não sem razão, continuou, nos anos seguintes, a investir na carreira política.

As transformações empreendidas por Pompeu de Souza no *DC* e que são citadas em diversos artigos, teses, monografias e outros tipos de trabalhos acadêmicos foram fruto, sobretudo, de todo um *capital cultural* acumulado a partir de uma formação intelectual e profissional. Todavia, é importante ressaltarmos que as mudanças empreendidas pelo jornalista no *Diário Carioca* não aconteceram de uma hora para outra. Desde o momento em que voltou ao Brasil e se tornou chefe de redação, Souza procurou adaptar o estilo jornalístico que havia tido contato nos EUA à realidade brasileira. Tarefa um tanto desafiadora, visto a tradição, se assim podemos chamar, de uma imprensa pautada em outros moldes, como já identificamos anteriormente. É muito comum encontrarmos, quando pesquisamos sobre o assunto, uma perspectiva um tanto quanto mítica em torno das mudanças empreendidas na redação do *DC*. Como se todo o jornalismo anterior às modernizações fosse, de certa forma, arcaico e cheio de defeitos. É uma tendência que busca criar um ponto de partida, isto é, uma fundação histórica para imprensa brasileira em meados do século XX. Esta visão fica clara, por exemplo, quando a história do “manual de redação” vem à tona. Pompeu de Souza o teria escrito, segundo relato próprio, durante o Carnaval de 1950, ou seja, enquanto acontecia uma das maiores festas do país e que, em tese, seria a data em que o brasileiro estaria descansando ou experimentando a euforia e a “ausência” de regras sociais. A reclusão do chefe de reportagem do *DC*, justamente neste momento do calendário nacional, traz a ideia de uma *legitimação no campo*, pois lhe confere todo um *capital simbólico*. O trecho da tese de doutorado de Rosemary Bars Mendez

³² Em 1912 nasceu o recifense Nelson Falcão Rodrigues. Cedo, mudou-se para o Rio de Janeiro com a família. Foi um jornalista e dramaturgo que buscou inspiração no cotidiano das pessoas para escrever seus textos literários. Escreveu em alguns jornais como *A Manhã*, *Crítica* e *Diário Carioca*. Foi repórter policial e cobria jogos de futebol (uma paixão sua) com vivacidade própria de um literato. Faleceu em 1980.

³³ “Manuel Bandeira (1886-1968) foi um dos mais importantes escritores da Primeira fase do Modernismo e um dos pontos mais altos da poesia lírica nacional. É considerado um clássico da literatura brasileira do século XX” (FRAZÃO, 2022, p. 1). Fato interessante a se destacar é admiração profunda sentida por Pompeu de Souza por este autor.

nos revela esse aspecto um tanto lendário:

No Carnaval de 1950, Pompeu de Souza começou o trabalho para organizar todo o conhecimento adquirido com a experiência acadêmica, com a atuação na redação diária e o trabalho realizado nas rádios norte-americanas. Assim, nascia o primeiro manual de redação que transformaria os padrões da imprensa brasileira. Em sua casa, durante os quatro dias de euforia carnavalesca, o então chefe de redação do *Diário Carioca*, redigiu o *Style Book* (MENDEZ, 2006, p. 83).

Visão mítica, ou não, as mudanças e os valores construídos no interior da imprensa, com seus respectivos personagens, possuem suas cotas de contribuição, não apenas para história do jornalismo brasileiro, mas para a história como um todo. O manual de Souza, com 16 páginas, continha regras que traduziam a forma pela qual deveria ser feito o *lead*, além de outras normas, que abordavam questões como abreviações e pronomes de tratamento dentro dos textos. O objetivo era propor uma forma de escrever que fosse sucinta e atrativa ao leitor. Para tanto, dicas como “a eliminação de adjetivos inúteis, o combate aos chavões, o uso de preposições mais próximas ao da linguagem falada” (LAGE, 2004) estavam entre os pontos abordados por Souza em seu *Stylebook*. A maneira como esse “guia” de escrita se processou dentro do *Diário* foi, pouco a pouco, sendo modelada à realidade brasileira. Por exemplo, nos Estados Unidos a figura do *copydesk* era essencialmente a de realizar uma revisão mais técnica dos textos produzidos pelos repórteres, ou seja, promover alguns ajustes redacionais à composição daqueles que iam atrás dos fatos, das informações.

Isso trazia, à figura do jornalista investigador, um status social mais elevado, pois era ele quem corria, efetivamente, atrás das notícias. Já no Brasil, a partir das propostas de Pompeu no *DC*, o *copidesque*, termo abrazeirado, não era apenas uma função, era praticamente a alma da redação do jornal. O indivíduo que ocupava esse cargo tinha como meta padronizar todo um corpo textual, a fim de que a leitura, ao final das contas, fosse direta, objetiva e o mais próximo possível da imparcialidade – tendo em vista, obviamente, a concepção desta última característica para o jornalismo da época. Desta forma, ao procurar eliminar práticas muito comuns ao estilo do *nariz de cera*, a exemplo, uma “escrita deficiente, coleta preguiçosa de informações, abuso de status para fins pessoais” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 106), entre outras particularidades do gênero, o editor-chefe acreditava, junto de sua equipe, na possibilidade de se fazer um novo tipo de jornalismo, com feições mais profissionais. Mais uma prova de que o *campo* jornalístico estava paulatinamente se autonomizando, adquirindo nuances próprias.

Para alcançar esse objetivo contou com a parceria de outros jornalistas considerados parte essencial da história do *Diário Carioca*. Luiz Paulistano e Danton Jobim formaram, junto a Souza, a tríade que ficou marcada simbolicamente como os pioneiros nas transformações do

jornalismo brasileiro. Executar a função do *copidesque*, dentro das novas diretrizes do *DC*, exigia a ausência de vícios textuais próprios do velho *nariz de cera*. Destarte, foi criado no espaço redacional uma espécie de laboratório de redatores, que tinha como meta atingir aquilo que acreditava ser o melhor jeito de produzir jornalismo. Era a formação dos famosos *focas*³⁴. Estes estagiários foram sendo treinados a reescrever as matérias trazidas por outros repórteres, adequando o texto às normas do manual de redação de Pompeu de Souza. Era ele que realizava a entrevista de emprego para o cargo de possíveis redatores ou repórteres de rua. Segundo o chefe de redação, a avaliação do candidato seguia um trâmite, no qual ele precisava levar para casa o “manual” e voltar posteriormente para um teste.

De acordo com o próprio Pompeu, em entrevista a Claudio Lysias em 1998, “daí para meados de 50 a coisa foi se apurando não só a linguagem jornalística adquiriu uma alta qualidade, mas também uma admirável elaboração técnica” (LYSIAS, 1998, p. 23). Muitos destes focas fizeram, anos mais tarde, história em outros jornais importantes, carregando consigo a bagagem das experiências adquiridas enquanto fizeram parte da história do *Diário Carioca*. Entre esses nomes, podemos citar o de Jânio de Freitas³⁵ (colunista renomado até os dias atuais). Em entrevista a Roberto Fernandes de Souza³⁶, no “Canal do Bob Fernandes” pela plataforma do “YouTube”, em 2019, com o título “Jânio de Freitas, a caminhada de 66 anos no jornalismo de ponta”, Freitas contou um pouco de sua trajetória como foca do *DC* e como essa experiência lhe trouxe caminhos diversos posteriormente em outros locais. Ele disse:

Comecei no Jornal Diário Carioca não foi para ser jornalista. Em 53 comecei a aparecer lá por curiosidade. Eu fazia escola de aviação civil e era para isso que me encaminhava. Comecei a frequentar o DC por indicação de uma pessoa da família que conhecia o Jacinto de Thormes (Maneco Muller). E fui achando tudo muito curioso, como aqueles espaços eram todos ocupados [...]. Isso foi me despertando uma certa curiosidade e eu comecei até frequentar mais a oficina do que a redação do jornal, para ver como que se fazia aquilo. Isso veio a ser fundamental no meu segmento [...]. E dada altura, o Otto Lara Resende assumiu a Manchete e chamou algumas pessoas [...], a mim e Ferreira Goulart. E nós fizemos uma grande transformação na revista (FREITAS, 2019, transcrição de áudio).

³⁴ Os focas eram os estagiários escolhidos por meio de entrevistas realizadas por Pompeu de Souza e Luís Paulistano. A ideia era treinar jovens que não tivessem vícios de escrita e, desta forma, conseguissem absorver melhor as novas técnicas jornalísticas que estavam emergindo no cenário da Imprensa brasileira. Pompeu chegou a escrever uma série de artigos no *Diário Carioca*, que foi intitulada como “Cartas a um foca”. Na realidade, era uma forma que Souza encontrou de, gradativamente, expor aos leitores as maneiras mais concisas e objetivas de se escrever em jornal.

³⁵ Jânio de Freitas foi um dos focas do *DC*, que posteriormente trabalhou no *JB*, levando sua contribuição e experiência das novas técnicas para o periódico durante as transformações textuais e gráficas daquele jornal.

³⁶ Jornalista nascido em Barretos (SP) e formado pela Universidade da Bahia; é detentor de um currículo no qual constam a passagem por: Rádio Jornal do Brasil, sucursal da Revista Veja no Nordeste, *JB*, canal GNT e TV Cultura, entre outros.

Outro relato interessante sobre o ambiente e as experiências vividas dentro do *Diário* foi de José Ramos Tinhorão³⁷. O jornalista, que começou, assim como Jânio de Freitas, como um foca, trouxe, em uma entrevista dada ao Instituto Moreira Salles³⁸ – postada, por sua vez, no canal pertencente à mesma instituição, *imoreirasalles*,³⁹ na plataforma do You Tube há quatro anos com o título “Tinhorão e o início no jornalismo” –, sua perspectiva a respeito da atmosfera descontraída e seu início dentro do DC:

Comecei, como toda pessoa que chega ao jornal, ele é um estagiário. Aí vai lá... e houve aquele negócio do incêndio no teatro Copacabana e eu fiz aquele texto final que acabou me dando um texto de primeira página. Então o Pompeu disse: “contrata esse garoto aí também e tal...” E eu virei jornalista do copydesk, que ganhava como repórter, por que eu não podia ser contratado como um redator porque o salário era maior [...] e, nessa, participei de uma redação extraordinária e meio surrealista porque a redação do *Diário Carioca* [...] é irreproduzível hoje!! Aquilo era uma galhofa e ao mesmo tempo era uma coisa séria porque o jornal tem uma coisa muito interessante, você pode fazer a maior bagunça na redação, um cara brincando com o outro... Só que o jornal tem que sair no dia seguinte e ele tem um horário de fechar. No meio dessa esculhambação geral tem que haver uma certa disciplina, não é? Senão o jornal não sai! (TINHORÃO, 2018, transcrição de áudio).

Não sem razão, o *Diário Carioca* ser lembrado por muitos de uma forma irreverente, dada a natureza do cotidiano de trabalho lá. Entretanto, a partir das falas destes dois personagens, podemos identificar a existência de uma espécie de hierarquização no interior daquela redação, na qual conseguimos apontar Danton Jobim e Pompeu de Souza como figuras bastante distintas naquele universo e cercadas de capital simbólico. De toda forma, quando tratamos do tema “manual de redação”, é preciso ressaltar que aquele escrito pelo jornalista do *DC* não foi o único produzido. O *Tribuna da Imprensa* (TI), de propriedade de Carlos Lacerda, foi o segundo jornal a compor um roteiro de instruções para os seus jornalistas seguirem. Na realidade, o que este último fez foi uma adequação das regras do jornalista para o *DC*, somando algumas indicações que revelavam seu lado mais conservador. Aliada às normas de padronização da escrita, existia a tendência em se identificar o papel do verdadeiro jornalista

³⁷ Jornalista, crítico musical e pesquisador, nascido em São Paulo em 1928. Trabalhou no *Diário Carioca* de 1952 até 1958, quando foi convidado pelo colega de profissão, Jânio de Freitas, para trabalhar no *Jornal do Brasil*.

³⁸ Instituição que abriga grande acervo Iconográfico, musical, fotográfico e literário da cultura brasileira. Presente em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, conta com doações do Banco Unibanco e da Família Moreira Salles.

³⁹ “O material que chega ao YouTube é fruto de dois dias de entrevistas gravadas na sede do IMS no Rio de Janeiro. Entre os entrevistados estavam Rachel Valença, Bia Paes Leme (coordenadora de Música do IMS) e Jânio de Freitas. As sessões aconteceram em 26 e 27 de março de 2013. Uma primeira edição já esteve no ar, mas uma organização melhor se mostrou necessária, e é lançada para celebrar os 90 anos de Tinhorão”. Texto retirado na íntegra do site do Instituto Moreira Salles (IMS). Disponível em: <https://ims.com.br/por-dentro-acervos/tinhorao-por-ele-mesmo-em-detalhes/> Acesso em: 1 nov. 2022.

como aquele que estaria a serviço do labor 24 horas por dia, exortando “uma interpretação quase messiânica da profissão” (CORRÊA, 2015, p. 25). Em suas orientações, Lacerda dizia:

“Pense que não exerce apenas uma função, mas uma missão. Sua função é informar-se. Sua missão, informar”; “Seja jornalista todo o tempo – ou nunca será jornalista”; “Quem vê no jornal apenas um emprego deve empregar-se na Prefeitura”; “Não faça gastar tempo e dinheiro com originais mal escritos, mal revistos, desordenados” (*Tribuna da Imprensa – Normas da Redação*”, s/d [Arquivo Carlos Lacerda, UnB *apud* BIROLI, 2007, p. 120).

Além dessa característica, o *stylebook* do *TI* adicionou, com certo tom de piada, um sétimo elemento a ser acrescentado ao *lead*. Este seria o “e daí?”, reforçando-nos a ideia de que a imparcialidade jornalística, tal qual se desenvolveu anos mais tarde, ainda não estava efetivamente incluída nas linhas dos periódicos. Os jornais nos anos 1950 continuaram a adotar posturas bem parciais no quesito “política”, e com o *DC* não foi diferente, como veremos no próximo capítulo. Assim, o que ficou mais em evidência na história da imprensa dessa época foi a quase que total parcialidade de jornais como o *TI*, de Lacerda, e o *UH* (Última Hora), de Wainer, dispostos em lados contrários, porém agudos em seus posicionamentos políticos.

Enfim, é possível afirmar que todas essas transformações tiveram um peso significativo na trajetória do jornalismo brasileiro, muito embora seja importante observarmos que os manuais e todas as demais mudanças vieram, na verdade, carregados de um sentido “impositivo, tendo uma função, de certa forma, de disciplinar o repórter e o redator” (RIBEIRO, 2000, p. 254). O *Diário*, de forma consciente, sistematizou novas regras redacionais e gráficas, além de ter criado em torno de si toda uma atmosfera carregada pela busca por inovações e, conseqüentemente, uma “escola”, características estas que fazem parte do importante legado do matutino. E quanto a Pompeu de Souza, sua carreira seguiu os passos rumo à Brasília, Capital muito incentivada por ele em seus posicionamentos. O *DC* chegou a ter um breve momento de expansão quando foi criada uma filial na nova Capital do país ao fim da década. Contudo, esse “voo” não durou muito, pois esbarrou em problemas referentes à obtenção de papel já no governo de Jânio Quadros. Souza ainda ajudou a criar o curso de jornalismo na UnB (Universidade de Brasília)⁴⁰.

1.2. O *Diário Carioca* e seus demais personagens no contexto da década de 1950

“O máximo de jornal em um mínimo de espaço”, esse era o slogan que vinha na primeira

⁴⁰ O curso de Graduação em Jornalismo da Universidade de Brasília foi criado no ano de 1962 e Pompeu Souza ficou encarregado da disciplina Técnicas de Redação de Jornal.

página de muitas edições do *DC*. O *lead* deveria evitar palavras desnecessárias e procurar, o máximo possível, ir direto ao ponto. Pompeu de Souza contou com uma ajuda muito valiosa para a implementação desse novo método jornalístico: Luís Paulistano. O Chefe de redação do *DC* está entre as peças fundamentais para as mudanças de rumo no jornal, trabalhando lá entre 1945 e 1957. O “manual de redação” conseguiu ser colocado em prática, em certa medida, graças aos esforços empreendidos por Paulistano. A regra das cinco perguntas para se formular o *lead*, por exemplo, quem, o quê, quando, onde e por quê, receberam a companhia da sexta indagação inicial em uma matéria, o “como”, fazendo nascer, então, o *sublead*⁴¹. Nosso personagem aqui em observação virou uma verdadeira espécie de professor e até mesmo amigo dos *focas* que começavam no *Diário*. Em relato à Cecília Costa (2011), o filho de Paulistano, Kleber Paulistano, afirmou que o pai ficou muito conhecido por ser “rigoroso no comportamento ético, mas muito doce”, sendo admirado e querido por muitos, apesar de possuir suas desavenças. O copidesque, instrumento importante das mudanças no jornal, ficou a encargo dele e tinha por objetivo “fiscalizar o uso das normas pelos jornalistas” (SILVA, 2015, p. 36). Segundo o criador do *stylebook* do *DC*, Luiz Paulistano foi “o melhor chefe de reportagem de qualquer país” (MENDEZ, 2006, p. 94).

O parágrafo seguinte ao *lead* trazia informações adicionais importantes, intensificando a otimização da leitura. Neste sentido, a reforma empreendida pelo *DC* pode ser percebida não como uma mera cópia do estilo norte-americano, mas sim como uma adaptação. Afinal de contas, o *sublead* não existia no jornalismo Ianque. Outro ponto interessante a ressaltarmos sobre a história do *Diário Carioca* tem relação com os estagiários, os *focas*, que passavam pelas mãos dos dois personagens aqui em análise. Estes, em grande número, não eram profissionais formados na área, como, por exemplo, Armando Nogueira (1927-2010), Jânio de Freitas (1932), Ferreira Goulart (1930-2016), José Ramos Tinhorão (1928-2021), entre vários outros nomes. Isto nos revela que a profissionalização do *campo* jornalístico, apesar de já existir, ainda não era realidade majoritária no interior das redações, inclusive no *DC*. Fora tais funções, Paulistano ainda dirigiu uma coluna chamada *Dia do Barnabé*, caracterizada por ser uma série de textos que buscavam contar “um drama humano, uma história de uma família”(COSTA, 2011, p. 304), que na realidade era “uma campanha a favor da melhoria salarial do funcionalismo” (COSTA, 2011, p. 304).

É sob este ângulo que o trabalho de Paulistano foi notório, pois sua experiência,

⁴¹ Parágrafo seguinte ao primeiro que apresenta informações complementares àquelas trazidas no primeiro. Criação brasileira, mais especificamente pelas mãos de Luís Paulistano no *Diário Carioca*.

conhecimento e até mesmo carisma contribuíram bastante para formação destes *focas*. Seu *capital cultural* não veio por meio de formação acadêmica específica, mas sim por intermédio de muita prática e paixão pelo jornalismo. Não existe, infelizmente, uma literatura mais vasta sobre este personagem tão relevante do *Diário*. Luís Paulistano morreu em um acidente de helicóptero em 1961 aos 47 anos, mas não sem antes percorrer, por exemplo, outras redações como a da Revista Manchete, ainda na década de 1950.

A propaganda em torno da nova “cara” do jornal foi bem intensa, especialmente quando o matutino estava para se mudar para um prédio novíssimo, construído com recursos obtidos em bancos públicos, conforme analisado por nós anteriormente. Em um editorial de primeira página no dia 1 de janeiro de 1950, Danton Jobim trouxe em seu texto um breve retrospecto do espírito combativo ao qual o jornal sempre procurou se voltar e que, apesar da modernização e das transformações de caráter industrializantes, a que o *DC* se propunha naquele momento, a meta era dar continuidade à qualidade crítica e questionadora do matutino. Vale ressaltar que o luxo das novas instalações divergia da afirmação de Jobim de que estas eram modestas. Dizia:

Mas o drama do jornal é que, sendo, embora uma sementeira de ideias, tem de ser também uma indústria, sem o que não poderá sobreviver para cumprir sua missão na sociedade. Se quiser conservar-se independente, deve alcançar estabilidade econômica, organizando-se em bases comerciais, o que é mais difícil de se obter em uma empresa jornalística que em qualquer outra.

Agora finalmente, vai o DIÁRIO CARIOCA ocupar instalações modernas, modestas, mas rigorosamente adequadas à indústria do jornal, como informamos detalhadamente em outra parte desta edição. Isso não alterará, substancialmente, a fórmula de nosso jornal, mas nos tornará possível servir bem melhor aos nossos leitores.

As mudanças técnicas por que passaremos, este ano, em nada influirão na orientação desta folha, que não renegará seu passado de lutas e sacrifícios, bem como o espírito público sempre revelado por I. E. de Macedo Soares, seu fundador, e Horácio de Carvalho Júnior, seu diretor proprietário (JOBIM, 1 jan. 1950, p. 1).

As diversas modificações pelas quais o *DC* estava passando tinham como interesse fazer o jornal crescer nacionalmente e ser lido por diversos tipos de leitores, mesmo sendo importante pontuar que o jornal era, de certo modo, de elite. O estilo descontraído dos títulos das reportagens, ou até mesmo a irreverência no corpo das matérias acabavam sendo características que diferenciavam o periódico. Segundo Ribeiro (2000, p. 210), o “jornal aliava à técnica muita vivacidade e senso de humor”. O tom crítico e ácido, inclusive, foi outra característica que acompanhou a história do *DC*. Essa acidez, especialmente na política, foi muito forte durante o segundo governo de Vargas.

Outro personagem já citado neste trabalho é Danton Jobim. O jornalista começou sua trajetória de 33 anos no *DC* em 1932 como redator político. Porém, sua jornada como profissional da imprensa tem início ainda em 1923 em um jornal ligado ao recém-criado PCB

(Partido Comunista Brasileiro), *O Trabalho*. Pouco tempo depois ingressou no periódico *A Noite* de Irineu Marinho. Lá acabou aprendendo muito sobre o mundo do jornalismo. Ainda passaria pelos jornais *A Manhã*, *A Crítica*, *Diários Associados*, *A Batalha*, *A Esquerda*, *Diário de Notícias* até, enfim, o *DC*. Além dessa bagagem, Danton teve em seu currículo a filiação à ABI (Associação Brasileira de Imprensa),⁴² na qual conseguiu conquistar certo *capital político*, muito em função de seu papel como conselheiro na entidade e, posteriormente, como presidente.

O jornalista chegou a viajar aos Estados Unidos em janeiro de 1956, como representante da instituição, para colaborar com a organização das comitivas jornalísticas que iriam cobrir a viagem de Juscelino naquele início de ano. O presidente eleito, como veremos mais à frente, visitou o país em uma clara sinalização de obter um maior estreitamento político e econômico entre as duas nações. O *Diário Carioca*, no dia 1 de janeiro de 1956, publicou, em sua página 2, sobre o fato de o redator-chefe de sua redação ser um dos coordenadores da cobertura de JK em solo norte-americano. Com o título “Danton: calorosa recepção aguarda Juscelino (*Diário Carioca*, 1 jan. 1956, p. 2), a matéria trazia o seguinte *sublead*:

Encontrando-se nos Estados Unidos como representante da Associação Brasileira de Imprensa, a fim de auxiliar o planejamento da cobertura jornalística da visita de Kubitscheck – Danton Jobim, tem conferenciado com jornalistas norte-americanos e autoridades da embaixada brasileira desde que aqui chegou, quinta-feira última, auxiliado nessa tarefa por Wilson Veloso, assistente Adido Comercial da Embaixada do Brasil (*Diário Carioca*, 1 jan. 1956, p. 2).

Lançando livros, ainda no início de sua carreira a respeito do “universo” da imprensa, participando como professor fundador do curso de jornalismo da UFRJ em 1948 – fato que contou com a colaboração de seu assistente e já redator-chefe do *DC*, Pompeu de Souza –, professor visitante na Sorbonne, ou simplesmente, ganhando honrarias, como o Prêmio Maria Moors Cabot⁴³ em 1952, Jobim acumulou significativo *capital simbólico*, qualificando-o, assim como Pompeu, como intelectual do ramo com grande importância no cenário brasileiro da imprensa. José Ramos Tinhorão chegou a afirmar, em entrevista de título “Tinhorão e o início no jornalismo”, ao Instituto Moreira Salles (citado anteriormente neste trabalho) sobre esse

⁴² A Associação foi criada em 1908. Seus objetivos iniciais visavam criar em torno dos profissionais do ramo jornalístico um espaço que disponibilizaria um rol de benefícios que incluíam assistência médica, pensões e outras formas de ajuda, funcionando quase como um sindicato. Com o tempo, a entidade ganhou força política, deixando um pouco de lado sua face mais assistencialista, visto o surgimento de sindicatos dos jornalistas.

⁴³ A premiação é dada todos os anos pela Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia em Nova York desde 1938, e foca em profissionais da imprensa ou agências de notícias que tenham produzido destacadas reportagens que causaram impacto bastante relevante no sentido de compreender a história e a interação entre as Américas. Além disso, também premia jornalistas que lutam pela liberdade de imprensa no continente.

poder simbólico de Danton exercido dentro da redação do *DC*:

Tinha uma grande mesa, tinha a saleta, lá dos editorialistas. [...] do lado de cá o Pompeu de Souza [...] e lá no fundo o Danton Jobim, com aquele ar de representar alguma coisa. E o que é que ele tinha sido? Ele tinha sido um homem do Getúlio, tinha feito coisas nos Estados Unidos. Então era, na verdade, um representante do poder e tal, sujeito a um representante maior, que era o dono do jornal (TINHORÃO, 2018. Transcrição do áudio).

Jobim também trilhou os caminhos da política, filiando-se ao Partido Republicano em 1945, além de ter colaborado “mais adiante com o Presidente Juscelino Kubitschek, de quem foi conselheiro de imprensa” (MELO, 2004, p. 10) e ter chegado ao cargo de presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ainda durante o governo JK. Enxergamos, neste sentido, a existência de um *capital político* acumulado ainda enquanto trabalhava no *Diário*. Em 1937, Jobim chegou a apoiar o Estado Novo, sendo nomeado por Amaral Peixoto⁴⁴ ao cargo de Diretor do Departamento de Propaganda e Turismo do Distrito Federal, contudo a censura e perseguição intensa à Imprensa o fez mudar de postura diante do governo Vargas. A participação de Danton Jobim junto a Souza e Paulistano na reforma do *DC* foi extremamente importante, dada suas experiências fora do país e todo seu *capital cultural* no campo jornalístico. Em 1960, Jobim, em seu livro “Espírito do Jornalismo”, expõe muitas de suas análises sobre a prática deste labor. O jornalista observou que na América Latina, por exemplo, não houve uma adoção fiel e irrestrita das técnicas norte-americanas, identificando, deste modo, certo grau de improvisação. Assim, sua visão sobre os *stylebooks* era extremamente positiva, ainda mais em tempos de intensas modificações na área como foi a segunda metade do século XX. Dizia Danton:

Com *Stylebook* evitar-se-á, por meio de regras precisas e claras, que os noticiaristas de escassos recursos caiam a um nível excessivamente baixo de redação. A verdade é que, com a crescente mecanização das tarefas ordinárias do jornal e a necessidade de executá-las em tempo cada vez mais curto, há a precisão de simplificá-las, o que se procura conseguir com o artifício do livro de estilo (JOBIM, 1992, p. 82).

A citação acima nos permite perceber que o jornalista associava os novos tempos industrializantes às necessidades de uma imprensa que acompanhasse a velocidade de todo esse cenário. Portanto, havia toda uma noção por parte da “tríade” do *DC* de que o jornalismo muito literário e prolixo não mais cabia àquela altura da história. O Brasil estava passando por

⁴⁴ Em 1937, Ernani do Amaral Peixoto foi indicado ao cargo de interventor do Estado do Rio de Janeiro para um mandato tampão em substituição a Protógenes Guimarães, que já vinha demonstrando fragilidade em sua saúde. Interessante notar que a indicação de Amaral foi feita pelo grupo político liderado por José Eduardo de Macedo Soares. O próprio Macedo tinha por objetivo ocupar a cadeira. Contudo, foi nomeado interinamente por Vargas ao Governo do estado, fato que desagradou aos “Macedo”. O rompimento definitivo de Vargas com os “Macedo” foi a demissão de um dos poucos restantes aliados do grupo no governo, Horácio de Carvalho Jr., secretário do Interior e Justiça.

momentos muito intensos, tanto em relação ao campo industrial quanto às novas dinâmicas de urbanização. Destarte, “o leitor da década de 1950 tinha outras exigências” (BIROLI, 2007), visto o novo ritmo de vida que não permitia profundas análises sobre o que se estava lendo. Jobim nos fala:

As notícias chegam ao público depois de manipuladas no laboratório da redação. *Esta deixou de ser um ajuntamento de literatos boêmios para constituir um corpo de trabalhadores especializados* em transformar a matéria-prima fato no produto acabado notícia [...] (JOBIM, 1992, p. 76, grifo nosso).

Apesar de o país ainda contar com a realidade do analfabetismo, o aumento demográfico e urbano, principalmente na região sudeste⁴⁵, trouxe consigo uma elevação do número de pessoas que sabiam ler, logo possíveis leitores. Porém, apenas as vendas avulsas ou por meio de assinaturas eram insuficientes para manter um jornal. Outras maneiras de se obter receitas variavam entre investimentos de entes privados com algum tipo de relacionamento com os proprietários, ou empréstimos de bancos estatais. Esta informação nos traz também a relação profunda de alguns diários com o poder público, como por exemplo entre o *UH* e Getúlio, ou o *Diário Carioca*, que procurou manter estreitos os laços com JK, ou seja, o “bom” e “velho” clientelismo dentro do *campo* jornalístico.

Dentro do *DC*, Danton atuava mais na frente política do jornal, fato que ficou evidenciado a partir do momento em que Macedo Soares o convidou para escrever os editoriais sobre este eixo temático, e que vinham sempre na primeira página do periódico. Tempos depois, quando José Eduardo Macedo precisou se afastar em definitivo, Jobim assumiu de vez o artigo. Seus posicionamentos políticos eram muito fortes, mesmo em um momento de transformações que pregavam o uso da imparcialidade. Enfim, todos os periódicos que se propuseram em algum momento, a partir da década de 1950, a realizar alterações em suas estruturas procuraram seguir os moldes norte-americanos, inclusive, a linha administrativa. Afinal de contas, a concepção de que os jornais eram um negócio e, por consequência, deveriam dar lucro, estava começando a ganhar força. Neste sentido, tornou-se interessante construir uma divisão de cargos no interior deste tipo de instituição, melhorando, assim, sua gestão organizacional. Nem todos obtiveram sucesso nesta empreitada, como por exemplo, o jornal que estamos estudando. A postura do proprietário Horácio de Carvalho contribui bastante neste sentido, como veremos mais adiante. Os nomes a que fizemos referência neste capítulo estiveram diretamente envolvidos naquilo

⁴⁵ Segundo dados trazidos pelo IBGE, no Livro “Estatísticas do Século XX” (IBGE, 2006, p. 107), entre as regiões com maior concentração populacional desde 1900, a Sudeste desponta como a maior população relativa. Tal crescimento veio acompanhado, desde 1933, como incremento do ensino primário, fato que nos remete à questão da alfabetização. O Rio estava em destaque neste quesito.

que podemos identificar como construção de posicionamentos do jornal, tanto em relação aos aspectos políticos, quanto econômicos. O capítulo a seguir quer analisar, especificamente, a modelagem do discurso do *DC* frente ao governo de JK, tomando como linha de observação os acontecimentos de 1955 referentes ao processo eleitoral daquele ano, assim como outras questões ligadas à defesa do presidente quando se tratava de ações da oposição a ele.

2 O DIÁRIO CARIOCA E A CAMPANHA DE JK

O Governo Juscelino Kubitschek nasce na sequência de praticamente um ano e meio de conturbações políticas. Após o suicídio de Vargas, o país se viu envolvido em uma série de tramas políticas que chegaram a contar com tentativa de golpe. Além disso, os debates sobre participação de capitais estrangeiros no país foram muito intensos. O que confirma tal afirmativa foram os debates que já se processavam no país anos antes de JK assumir a presidência. Durante a década de 1950, por exemplo, órgãos como ISEB⁴⁶, CEPAL⁴⁷ e CMBEU⁴⁸ tiveram significativa influência na postura do governo de Getúlio e que, como consequência, ocasionaram impactos significativos no governo a partir de 1956. Mesmo após o fim do segundo período de Vargas no poder, o grupo dos cepalinos, o BNDE⁴⁹ e os isebianos continuaram a desenvolver estudos e projetos que ajudaram a orientar o “Plano de Metas”⁵⁰, promessa de campanha de Kubitschek. Entretanto, é preciso pontuarmos que, entre 1956 e 1960, ocorreram alguns pontos de ruptura em relação ao planejamento econômico desenvolvido

⁴⁶ ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Instituto criado a partir da existência do IBESP, em 1955. O órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura tinha por objetivo promover estudos, palestras, encontros, publicações acerca da realidade brasileira. O instituto se aprofundou um pouco mais que seu predecessor nas questões sociais e históricas, todavia, as análises econômicas continuaram com forte influência do pensamento cepalino. Fizeram parte deste órgão intelectuais como Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodrê, entre outros.

⁴⁷ Comissão Econômica Para América Latina. Órgão criado em 1947 pela Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) e com sede no Chile, que tinha por objetivo pensar a realidade histórica, econômica e social da América Latina através de uma ótica própria e, desta forma, contribuir para o amadurecimento do Capitalismo no interior dos países latino-americanos. Entretanto, é preciso observar que o pensamento cepalino acabou construindo todo um arcabouço de teorias que reconheciam as raízes únicas do subdesenvolvimento desta “porção” do continente e, a partir daí, elaborou teses que acenavam para a necessidade de se promover o desenvolvimento de tais países de forma endógena, procurando se opor aos fundamentos etapistas que norteavam o pensamento majoritário dos países centrais. Entre os nomes importantes do Órgão, temos o pensador brasileiro Celso Furtado.

⁴⁸ Segundo Candido Stutz Gomes (2022), a CMBEU foi a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU) (1951-1953), um projeto de cooperação técnica Internacional que constituiu uma iniciativa estratégica importante para autoridades norte-americanas no contexto dos anos iniciais da Guerra Fria. O objetivo principal da Comissão Mista era o de elaborar estudos e projetos de infraestrutura então considerados cruciais para a superação de gargalos para o desenvolvimento brasileiro.

⁴⁹ De acordo verbete do acervo do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação) da Fundação Getúlio Vargas (FVG), o BNDE é a “Instituição financeira do governo federal criada em 20 de junho de 1952, pela Lei no 1.628, com o nome de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e que passou a se chamar Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em maio de 1982” (DIAS, FGV, [s.d.]).

⁵⁰ O Plano de Metas foi uma promessa de campanha de JK e seu lema era: “cinquenta anos em cinco”. O objetivo era, a partir de um todo integrado entre ministérios, Conselho de Desenvolvimento e os Bancos do Brasil e o BNDE, ampliar a acumulação para, então, o país poder incrementar significativamente a industrialização. Para tanto, seriam necessárias estratégias para aumento dos investimentos.

durante o governo Vargas.

Com JK, houve uma redefinição do setor industrialista, pois havia o objetivo de se privilegiar a área dos bens de consumo duráveis. Os investimentos estrangeiros diretos em equipamentos seriam realizados para estimular, principalmente, as indústrias de base no país. A Instrução 113 da SUMOC colaborou para o fomento deste processo. Além deste dado, precisamos lembrar que a Europa já contava com uma reestruturação econômica, fato que aqueceu a competição com os Estados Unidos, facilitando, assim, o interesse de investidores externos no Brasil.

Kubistchek deu início concreto àquilo que podemos chamar de internacionalização da economia. A atração deste tipo de capital acabou por aumentar a demanda interna de indústrias nacionais, seja pela vinda de tecnologias, ou pela necessidade da própria cadeia produtiva em formação. JK dizia querer acelerar o país 50 anos em 5. Este lema fazia parte de uma ideologia que tinha por objetivo atrair a massa trabalhadora para o interior deste projeto, pois as táticas utilizadas para consolidar o capitalismo brasileiro incluíam desde os estímulos ao capital estrangeiro, empréstimos do Estado ao setor privado nacional, além da não oneração fiscal da classe empresarial. Tais medidas acarretaram inflação. Para não destruir, pelo menos inicialmente, o pacto populista⁵¹, a ideia de desenvolvimento da nação era crucial. Associado a este ponto, o aumento de postos de trabalho “compensava – ao menos temporariamente – os efeitos negativos da inflação sobre o custo de vida e os salários” (MEDONÇA, 1986, p. 57). Estava feito o “tripé” do desenvolvimento brasileiro: Estado, capital estrangeiro e capital nacional, sendo o primeiro gestor e banqueiro das indústrias brasileiras. Brasília foi o marketing primordial de todo este projeto, pois simbolizava crescimento e futuro.

Juscelino pôde contar com o forte apoio do *Diário Carioca*, e, para entendermos esta contribuição do jornal, precisamos rememorar alguns pontos. Segundo Ribeiro (2000, p. 30),

⁵¹ Após o fim do Estado Novo, ocorreu no Brasil aquilo que ficou conhecido como período de redemocratização. Governos legitimamente constituídos se sucederam até 1964, quando ocorreu o golpe de Estado pelos militares. O Brasil, principalmente a partir do segundo governo Vargas em 1951, passou por um processo de desenvolvimento econômico que caminhava especialmente rumo à industrialização. À esta altura a política desenvolvida por Getúlio pendia muito ao nacionalismo, exemplo disso foi a criação da Petrobrás em um apelo às massas por apoio. Tal fato nos indica que a busca pela solidariedade da população em relação à efetivação de projetos político-econômicos foi algo importante. O Pacto populista neste momento acabou sendo parcialmente comprometido, fato que acabou por se confirmar com o suicídio do presidente. Todavia, o pacto populista a que fazemos referência foi mais latente durante o governo JK. Este se elegeu sob o tema do desenvolvimento nacional que acabava por envolver diversos setores sociais que deveriam ser contemplados de alguma maneira para que a sustentabilidade do governo, bem como seus projetos, continuasse. O apelo ao povo e o conseqüente apoio deste eram essenciais, visto que Juscelino Kubistchek buscou internacionalizar a economia do país. No início dos anos de 1960, este pacto se deteriorou no cenário político brasileiro que, segundo Mendonça (2004, p. 36), “no imediato pré-1964 foi marcado por inúmeros enfrentamentos. De um lado, a intensa mobilização popular e sindical, levando a um equilíbrio instável entre os partidos, o que significava tanto a ruptura do pacto populista [...] quanto a emergência de uma participação popular, não tutelada, na cena política”.

no quesito formatação do discurso, “inicia-se um processo de autonomização do jornalismo em relação à literatura”. Os textos rebuscados e prolixos cediam espaço à objetividade já fazia algum tempo. Ser um jornal objetivo significava àquela altura consolidar uma mítica independência, um lugar de fala, uma legitimação que proporcionava *poder simbólico*. As novas práticas redacionais inspiradas no modelo norte-americano de se fazer jornalismo, ou seja, atendendo a uma determinada padronização e imparcialidade, não implicaram contradições no que diz respeito à tomada de posicionamento político dentro dos jornais. Aliás, à época, tal prática era perfeitamente normal. Era extremamente comum jornais se declararem a favor ou contra certos políticos. O próprio *DC* expôs todo seu oposicionismo a Vargas a partir de 1950, e suporte a Juscelino em 1955 até o fim do mandato deste. Esta transição de posicionamento se deu, entre outras explicações, pela proximidade do proprietário do *DC* com JK, além das heranças relacionadas à forma como o jornal foi tratado durante os 15 anos em que Vargas governou o país, anos antes.⁵² Os editoriais se configuravam como meio perfeito para demonstração de opiniões. “Não exercendo nenhuma função explícita junto ao Estado” (BARBOSA, 2007, p. 153), o profissional da imprensa, ao desenhar seus posicionamentos nos artigos de fundo, procurava, inevitavelmente, “o consenso espontâneo da população” (BARBOSA, 2007, p. 157). Tal fato nos mostra a possibilidade de enxergarmos os jornais da década de 1950 como verdadeiros atores políticos, utilizando para tais fins as “artilharias” referentes ao nível de *capital político* e até mesmo *simbólico* que cada um deles possuía. O *Diário Carioca* se enquadra dentro desta análise.

O ano de 1955 era, na perspectiva da época, crucial para a vida política brasileira. Eleições presidenciais estavam planejadas para outubro daquele ano e, diante de toda turbulência provocada pelo suicídio de Getúlio, havia temores e suspeitas de como seria o processo eleitoral. Os arranjos político-partidários alvoroçavam os jornais. Antes mesmo da candidatura oficial de Juscelino e João Goulart (vice-presidente), o *Diário Carioca* já se posicionava em relação a sua predileção a Kubitscheck. A oposição, a UDN juntamente a alguns dissidentes do PSD (partido de JK), além de um grupo de militares, se articulava para lançar uma chapa. Os oposicionistas aventavam que Kubitscheck poderia vir com Jango, o que significaria, na visão daqueles, uma continuidade do varguismo. O *DC* desde cedo se lançou

⁵² Interessante observarmos que o *DC* foi oposição ao longo do governo Vargas a partir de 1951. O apoio a JK, em tese, não seria algo tão natural, visto que o ex-governador de Minas Gerais era, na realidade, uma força política que significava, em certa medida, a continuação do varguismo. JK sempre foi muito apoiado pelo ex-presidente. As circunstâncias que levaram o *Diário Carioca* a adotar tal posicionamento político giram em torno da proximidade de Horácio de Carvalho com Juscelino. Não podemos deixar de lembrar que o dono do *DC* era um empresário. Havia interesses de classe envolvidos em tal apoio político.

em defesa do ex-governador de Minas Gerais. O Editorial “Nossa Opinião”, de 1 de janeiro de 1955, trouxe uma publicação que podemos considerar quase que uma pré-campanha para o futuro presidente. O texto vinha todo embasado na mensagem que o governador de Minas havia escrito para se dirigir aos brasileiros no ano novo que se iniciava. A empolgação do texto frente às possibilidades de se ter Juscelino como próximo mandante ficou explícita, conforme podemos observar a seguir:

Não recuará o governador de Minas, nem o PSD [...] desistirá de concorrer à eleição presidencial com um *candidato solidamente articulado com as forças majoritárias do país*. Na sua mensagem ao povo brasileiro, mostra-se o sr. Juscelino Kubitschek, *perfeitamente consciente do papel que foi chamado a desempenhar no instante histórico que atravessamos [...]*. Contem-se nesse documento uma corajosa reafirmação do seu desejo de trabalhar pelo soerguimento material e moral do Brasil, uma definição de confiança nos destinos nacionais, que é tudo quanto precisamos nesse momento de ceticismo intencional e derrotismo pré-fabricado [...] certo que o simples compromisso de *continuar a trabalhar incansavelmente pela prosperidade do Brasil [...]*” (*Diário Carioca*, 1 jan. 1955, p. 4, grifos nossos).

É possível perceber no tom deste discurso, uma certa intencionalidade de se criar, mesmo que não de forma direta, uma versão de JK como um destinado a recuperar o país. No dia 4 de janeiro do mesmo ano, um artigo de primeira página, de José Eduardo de Macedo, nome de forte *capital simbólico* dentro do periódico, creditava ao provável candidato do PSD sua total confiança, apresentando de maneira aclamadora as virtudes do presidenciável, e o quanto isso era essencial para o exercício do cargo de chefe da nação. O texto de Macedo caracterizava Juscelino como um político que havia trilhado sua carreira desde cedo em uma “insana luta pela vida” (MACEDO, 4 jan. 1955, p. 1) e, por esse motivo julgava-o “um representante legítimo das aspirações de oito milhões de brasileiros de Minas Gerais” (MACEDO, 4 jan. 1955, p. 1), além de “um nome inobjetével pela dignidade de sua vida pública, pela experiência e conhecimentos de sua carreira administrativa” (MACEDO, 4 jan. 1955, p. 1). Em outro editorial, de Danton Jobim, também na primeira página, dias após o texto de Macedo, observamos a clara manifestação de que o *Diário Carioca* iria apoiar Juscelino. Assim, o artigo do dia 9 de janeiro de 1955 do diretor redator-chefe foi incisivo ao apresentar algumas das razões que levaram o jornal a tal postura. Com o título “No caminho limpo das urnas”, o artigo de Jobim declarava:

O que nos levou a apoiar a candidatura Kubitschek foi, sobretudo, esse caráter de reação contra o golpismo de que ela se revestiu, bem como a firmeza com que o Governador de Minas respondeu às insídias aos manejos deselegantes com que seus adversários pretenderam matá-la no nascedouro (JOBIM, 9 jan. 1955, p. 1).

A forma explícita pela qual o *Diário* apresentava seu “voto” possuía como meta ser um veículo declarado de campanha de JK. Situação que não podemos identificar em outros jornais

como o *JB*, por exemplo. Este periódico, diferentemente do nosso em estudo, mantinha uma linha editorial relativamente discreta diante de questões políticas nacionais. Por exemplo, em 1954 quando começaram a ser levantadas hipóteses de *impeachment* do presidente, o matutino não participou de “campanhas radicais que envolviam o governo de Getúlio Vargas”⁵³. No início de 1955, o posicionamento do *Jornal do Brasil* continuou com seu aspecto cauteloso, porém realizando ressalvas frente à candidatura de JK. No primeiro dia de janeiro daquele ano, enquanto o *DC* já preparava terreno para a campanha de Kubitscheck em uma condição quase que de “cabo eleitoral”, o *Jornal do Brasil* publicava na página 6, em seu caderno “Coisas de política”, um editorial com certas observações em relação a tal candidatura. Ao longo do artigo, aparece um questionamento referente às brigas internas ocorridas no interior do PSD – alguns integrantes do partido não viam JK como uma alternativa positiva – e, em certa altura, o texto afirmava: “temos feito restrições à candidatura na qual pretende se fixar o majoritário”⁵⁴ (*Jornal do Brasil*, 6 jan. 1955, p. 6).

Sem dúvida alguma, o ano de 1955 foi agitado politicamente. As movimentações partidárias em torno da criação de uma chapa viável para concorrer à presidência no final daquele ano mostravam o quão polarizado o país encontrava-se àquela altura. As sequelas deixadas pelo ano anterior eram demasiadamente importantes e complexas. Café Filho assumira o cargo de presidente após a morte de Vargas e seu governo era “classificado como transitório até mesmo por alguns de seus integrantes” (FAUSTO, 2004, p. 262). Nas eleições parlamentares de outubro de 1954⁵⁵, a UDN, por exemplo, acabou amargando com certa redução no número de parlamentares eleitos, enquanto que o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) avançou em seu quantitativo e o PSD manteve-se bem equilibrado. Carlos Lacerda (Udenista) foi um dos que conquistaram uma vaga como Deputado Federal. Seus discursos de natureza nacionalista, populista e antidemocrática não cessaram após o desfecho do governo anterior. Havia, por sua parte, principal liderança da UDN, e seus demais companheiros de agremiação, o temor de que o grupo político ligado ao falecido presidente conseguisse se manter no poder. Seu principal veículo de expressão era seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, já mencionado por nós neste trabalho no primeiro capítulo. Segundo nos informa Delgado (2005, p. 10), “Lacerda defendia a suspensão das eleições de outubro por dois anos e a instauração de um Regime de Exceção”, o que na visão do parlamentar iria permitir uma forte “oxigenação”

⁵³ Verbete do CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/pdf>

⁵⁴ O partido majoritário ao qual o jornal faz menção era o PSD.

⁵⁵ As eleições para o parlamento ainda não eram concomitantes às do Executivo.

do regime democrático brasileiro.

Destarte, no início de 1955, os integrantes da UDN e seus simpatizantes do setor militar aventaram a criação de uma força política que poderia barrar o grupo identificado como getulista (JK e Jango). Nasce, assim, a ideia da “União Nacional”, a princípio orbitando o nome de Etelvino Lins⁵⁶ como candidato ao cargo de chefe do Executivo. Seria, segundo a lógica de seus idealizadores, uma solução dentro da arena política contra os “getulistas”. Em uma matéria publicada no *Diário Carioca* em 3 de julho de 1955, o jornalista Jânio de Freitas escreveu sobre uma declaração dada pelo candidato pessedista em relação às falas golpistas de Lacerda. O texto, disposto na primeira página, trazia a transcrição do discurso de JK, no qual afirmava que “se alguém ousar instituir no Brasil um regime governamental de exceção, estou certo de que tal medida provocaria no povo indignação capaz de redundar em violenta revolução civil” (KUBITSCHECK *apud* FREITAS, 1955, p. 1).

O *Diário Carioca*, observando toda esta movimentação que, na realidade, possuía como objetivo conter a candidatura de JK, tratou de emitir, em diversas ocasiões, sua opinião a respeito do assunto. Em 7 de janeiro de 1955, a Coluna “Nossa Opinião” trouxe outro editorial com seguinte título: “A única ameaça” (*Diário Carioca*, 7 jan. 1955, p. 4). O título, por si só, já mirava em criar uma atmosfera extremamente negativa em torno da ideia de criação da tal “União Nacional”, o que nos possibilita confirmar, ainda mais, que o periódico iria usar suas páginas como espaço de defesa de JK naquele ano eleitoral. O artigo em questão, em seu último parágrafo, após questionar fortemente as intenções da UDN em relação às articulações político-eleitorais para o pleito daquele ano, dizia:

A única ameaça que pesa sobre as instituições, neste momento, em que o Brasil inteiro anseia por uma oportunidade de definir-se e de escolher seus governantes, livre das inspirações demagógicas, é precisamente a que nos vem dos articuladores dessa enganosa “união nacional”, uma tese divisionista e exclusivista, que traz no seu bojo vetos e condenações, ditadas por interesses de grupos e por deturpações de visão de falsos democratas (*Diário Carioca*, 7 jan. 1955, p. 4, grifo nosso).

Alguns dias após esta publicação, José Eduardo de Macedo Soares, com seu estilo textual ainda bem empolado, além de carregado de seu usual sarcasmo, escreveu um editorial de capa criticando intensamente as manobras udenistas e de alguns dissidentes pessedistas para emperrar a candidatura de Juscelino. Macedo, em diversos artigos publicados naquele ano de 1955, foi muito enfático, muito claro em defender JK como o futuro presidente do país. Chegou

⁵⁶ Político pernambucano que, entre alguns pontos de sua trajetória, ocupou o cargo de interventor de Pernambuco em 1945, além de ter participado dos esforços de criação do PSD naquele estado. Lins propôs que as eleições de 1954 para o Parlamento fossem adiadas, visto o temor de o PTB conquistar mais cadeiras no legislativo. Foi um dos principais nomes por trás da ideia de uma frente única para o Executivo Federal, o que acabou proporcionando uma aproximação entre alguns nomes do PSD com a UDN.

a enaltecer, por diversas vezes, o caráter e as intenções do candidato. Em algumas de suas publicações, ao longo do período de pré-escolha à presidência, Macedo atacou aquilo que, em sua visão, era um verdadeiro artifício para que o nome de Kubitscheck fosse impugnado na Convenção do PSD para as eleições. O texto ao qual fazemos referência aqui é do dia 11 de janeiro de 1955, com o título “Juscelino, firme!” (SOARES, 11 jan. 1955, p. 1). Logo no primeiro parágrafo, José Eduardo Macedo afirmava ser importante expor ao público “a chave dos misteriosos conciliábulos⁵⁷” (SOARES, 11 jan. 1955, p. 1), referindo-se ao movimento da criação da “União Nacional”. A grande questão denunciada pelo jornal, e por Macedo, não era a de ser simplesmente contra uma chapa de união nacional, mas sim a forma como se procurava articular um nome que não fosse o de JK, como por exemplo de Nereu Ramos ou de Etelvino de Lins, em uma manobra muito autoritária. De toda forma, o jornal trabalhava intensamente a ideia de um candidato de conciliação nacional como uma realidade necessária naquele momento, sendo Juscelino Kubitscheck a figura para qual seu apoio seria destinado.

Outro dado para o qual precisamos nos atentar diz respeito à relação entre o dono do *DC* e JK. O proprietário do *Diário Carioca*, Horácio de Carvalho, era amigo muito próximo de Kubitscheck. Aquele chegou, inclusive, a se tornar sócio em uma mina de ouro durante o governo de Kubitscheck, além de ter conseguido “do governo federal uma concessão para construir a Ferrovia do Minério” (RIBEIRO, 2000, p. 115). Tal informação nos dá forte indício que o dono do *DC* possuía interesse em utilizar seu empreendimento jornalístico como instrumento político, como já havia feito antes quando a presidência estava ocupada por Gaspar Dutra. Além deste dado, é interessante notarmos que Danton Jobim foi nomeado pelo governo vencedor de 1955 para o cargo de presidente do IBGE. E, no caso de José Eduardo Macedo, seu o irmão, José Carlos Macedo, político e diplomata, se tornou ministro das relações exteriores do governo eleito naquele ano. Conseguimos, assim, entender que, de fato, o *DC* tinha relações muito próximas com o futuro chefe do Executivo. Outra perspectiva que nos remete à ideia de significativa amizade entre o dono do *Diário* e o presidente, diz respeito à viagem feita pelo presidente eleito à Europa no início de 1956 e que, na ocasião, teve, como um dos integrantes da comitiva, o proprietário do *Diário*. A ligação entre os dois não foi, de forma alguma, ocultada pelo jornal, como é possível identificarmos em uma notícia localizada na capa do dia 10 de janeiro.

Apesar de não ter local de destaque na folha, a matéria, que contou com a continuação na segunda página, apresentou em tom de orgulho a forma pela qual o *Diário Carioca* havia se

⁵⁷ Reunião secreta de pessoas suspeitas de maus desígnios. Fonte: DICIO. Dicionário Online de Português. <https://www.dicio.com.br/conciliabulos/>.

empenhado durante a campanha de Kubitscheck. O título “Juscelino e Horácio de Carvalho” (*Diário Carioca*, 1956, p. 1) trazia a informação de que o dono do *DC* se encontrava em Paris e que estava, na realidade, à espera de JK, para incorporar a comitiva que viajaria por alguns países europeus. Horácio, que estava na companhia de algumas figuras políticas importantes, teve seu jornal citado em uma entrevista à “France Press”⁵⁸ por uma destas personalidades que o acompanhavam. O *Diário* apresentou que fora lembrado:

[...] a importância do papel desempenhado na campanha eleitoral do sr. Juscelino Kubitscheck pelo jornal do sr. Horácio de Carvalho, o qual, desde o primeiro dia, e com renovado vigor, combateu abertamente em favor dessa candidatura (*Diário Carioca*, 1956, p. 1).

Neste sentido, é possível compreendermos que o *Diário* não apoiou Juscelino sem qualquer tipo de interesse de troca. No trabalho de doutorado de Ana Paula Goulart, sobre o jornalismo na década de 1950 no Rio de Janeiro, em certa altura de sua tese, debatendo a história do *Diário Carioca*, a autora traz a passagem de uma entrevista concedida por Jânio de Freitas ao arquivo oral do CPDOC. A fala do jornalista dá justamente esse tom que discutimos mais acima, ou seja, de que havia interesses por trás de todo apoio dado pelo jornal à campanha de JK. Freitas afirmou que o *Diário Carioca* se distanciou significativamente do governo de Café Filho, visto que:

Várias pessoas no *DC* pretenderam compensações pelo papel que o jornal havia desempenhado na campanha antigetulista. E o Café, que foi benevolente com outros Jornais, não foi com o *DC* (FREITAS/CPDOC, *apud* RIBEIRO, 2000, p. 116).

Tal fato nos revela as razões que levaram o jornal a publicar um grande volume de editoriais assinados por nomes importantes dentro do jornal, como por exemplo Danton e José Eduardo, detentores de importante *capital político*, além de artigos publicados em colunas, como a “Nossa Opinião”, e notícias que pudessem ser trabalhadas de forma a privilegiar a imagem do ex-governador de Minas Gerais.

2.1 O *DC* diante das ameaças golpistas após o pleito de 1955

A instabilidade política experimentada pelo país ao longo daquele ano eleitoral era notória. As forças que contribuíram para o desfecho de Getúlio Vargas como presidente⁵⁹

⁵⁸ Agência de notícias francesa fundada em 1835.

⁵⁹ Vale ressaltar neste ponto que o *Diário Carioca* se enquadra entre aqueles elementos que promoveram forte oposição ao governo de Vargas. Diversos artigos e editoriais fortes foram publicados pelo jornal ao longo dos 4

voltavam ao cenário nacional atemorizadas diante das possibilidades políticas que poderiam se concretizar em 1956. Além de JK, o nome de João Goulart assombrava consideravelmente partidos como a UDN. O breve mandato de Café Filho estava repleto de figuras conservadoras que haviam feito oposição a Vargas. O PTB, por sua vez, proibiu seus integrantes de participar do governo em vigência. Os discursos golpistas ganharam fôlego logo após o resultado de outubro daquele ano, no qual foi dada a vitória, apertada por sinal, à chapa do ex-governador de Minas e o ex-Ministro do Trabalho de Vargas. A UDN já mostrava forte preocupação em relação à sustentação de suas pautas em um governo que poderia demonstrar resistências ao partido, ainda mais em um cenário em que o número de cadeiras udenistas no Parlamento havia sofrido considerável recrudescimento. Insta destacarmos que o *Diário Carioca*, representado especialmente pela figura de Pompeu de Souza, teve ligação muito forte com os eventos ocorridos após o evento da Rua Toneleros, sendo este jornalista um elemento significativo no desenrolar da chamada “República do Galeão”⁶⁰.

O DC, em 1955, se encontrava, naquele ano eleitoral, em lado oposto ao grupo da UDN e demais segmentos militares, que arquitetaram a retirada de Vargas do poder, antes do suicídio. Evandro Carlos de Andrade⁶¹, em entrevista ao repórter Geneton Moraes Neto, do G1, Portal de notícias da Globo, afirmou que esta relação de Souza com a investigação se sucedeu à tentativa de assassinato de Carlos Lacerda:

Pompeu era um grande conspirador político. Mas não se pode imaginar, hoje, o chefe da redação conspirando para derrubar um governo, metido com militares da Aeronáutica – que iam à redação do Diário Carioca tratar de tirar Getúlio Vargas do poder. É uma cena hoje impensável. Aqueles militares que queriam derrubar Getúlio estavam se aproximando de Carlos Lacerda. Quando, em agosto de 54, houve o atentado contra Carlos Lacerda na rua Toneleros, os militares da Aeronáutica tomaram a frente das investigações no Galeão. Passamos, então, a chamar Pompeu de “Presidente da República do Galeão” porque ele tinha uma influência incrível (ANDRADE *apud*, NETO, 2001, p. 1).

De toda forma, o pleito de 1955 ocorreu em outubro daquele ano, em meio a turbulências político-eleitorais que alternavam entre discursos mais radicalizados em jornais, debates acalorados no Congresso e agitação de setores militares. O então chefe do Executivo, Café

anos em que Getúlio presidiu o país. Pompeu de Souza, inclusive, junto a UDN de Carlos Lacerda, se comprometeu com o golpe e com a República do Galeão.

⁶⁰ O atentado da Rua Toneleros acarretou a morte do militar Rubens Vaz. Logo em seguida foi aberta uma investigação conduzida pela própria Aeronáutica. A base aérea do Galeão foi apelidada na época como República do Galeão devido aos excessivos poderes que tinha sobre o processo.

⁶¹ Jornalista brasileiro nascido no ano de 1931 e falecido em 2001. Entre os veículos da imprensa que passou está o próprio *Diário Carioca* no início de sua carreira; posteriormente, trabalhou no *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Estado de São Paulo*.

Filho, tinha ministros que estavam ligados à UDN, partido este que, juntamente ao PDC (Partido Democrata Cristão), partido do presidente, além de alguns dissidentes do PSD, formavam um bloco antigetulista. O presidente, na realidade, nunca se pronunciou oficialmente em relação a um postergar do pleito ou sobre a instauração de um regime de exceção, todavia, seu comportamento revelava uma postura conivente aos anseios golpistas da época. De acordo com verbete escrito por Sérgio Lamarão para Atlas Histórico do Brasil do CPDOC FGV, em janeiro de 1955, por exemplo,

[...] O ministro da Marinha Amorim do Vale entregou pessoalmente a Café Filho um documento sigiloso assinado pelos três ministros militares, pelos generais Juarez Távora, Canrobert Pereira da Costa, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e presidente do Clube Militar, e Álvaro Fiúza de Castro, chefe do Estado-Maior do Exército, pelo marechal João Batista Mascarenhas de Moraes, comandante das tropas brasileiras na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, pelo almirante Salalino Coelho, chefe do Estado-Maior da Armada, e pelo brigadeiro Gervásio Duncan, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica. O documento, além de assegurar que a candidatura de qualquer líder militar não encontraria respaldo nas forças armadas, apelava aos dirigentes dos principais partidos políticos para resolverem “o problema da sucessão presidencial em um nível de compreensão e com um espírito de colaboração interpartidária”, ressaltando ainda a conveniência de um candidato único e civil que, contudo, deveria receber a aprovação das forças armadas. Café Filho foi solidário com o teor do documento dos militares (LAMARÃO, 1955).

A agitação no meio político para que os militares, de alguma forma, tomassem os rumos do país mostrava altos e baixos. A figura do General Juarez Távora, que chegou a aceitar, desistir e posteriormente aceitar mais uma vez vir como candidato à presidência naquele ano, pode ser caracterizada como um desses movimentos. Todavia, a insatisfação diante da postura de Café Filho em relação às ameaças à democracia foi demonstrada em um editorial de José Eduardo de Macedo, dias antes do evento que ficou conhecido como “novembrada”. Ao longo de seu texto, Soares trouxe o povo como um “personagem” que não mais aceitaria atitudes golpistas, especialmente acirradas após o resultado das eleições de outubro e que, por sua vez, deram vitória ao candidato apoiado pelo *Diário Carioca*. O recurso utilizado ao longo de artigo foi rememorar o período da ditadura varguista, colocando em palavras aquilo que o próprio jornalista sofreu, ao mesmo tempo em que buscou trazer à superfície a ilegitimidade daqueles tempos do Estado Novo.

Assim, Macedo Soares conseguiu estabelecer uma comparação em relação àquilo que poderia vir a ser uma nova versão da ditadura de Vargas. O jornalista deposita no presidente em exercício uma parcela de responsabilidade frente ao cenário autoritário que se desenhava naquele momento. É preciso compreendermos que a força de um editorial reside, sobretudo, no fato de que a argumentação presente nele “tem como finalidade a persuasão ou convencimento do interlocutor, com intenções de que ele compartilhe uma opinião ou realize uma determinada

ação” (UBER, 2008, p. 4). A publicação data de 8 de novembro de 1955 e alguns trechos são valiosos em nossa análise.

(...) Diante da *ameaça criminosa de aventureiros golpistas*, que procuram incutir a indisciplina e o espírito de rebelião nas corporações militares – *sobe, dos quatro cantos do país o clamor de protesto da Nação contra as mentiras*, as mistificações e as calúnias dos agentes provocadores. O Brasil está de pé e alerta. Essa atitude multiplica-se em manifestações indignadas dos que perderam a memória de uma ditadura que, se não foi sanguinária como é dos estilos de toda tirania, prolongou-se ilegitimamente, encurralou-nos no Tribunal de Segurança, no amordaçamento da imprensa, no governo arbitrário e discricionário. [...] – *é o bastante para os brasileiros dizerem não!* [...]. *Na escandalosa acefalia do Poder Executivo, parece disfarçada a omissão de seu chefe. Na precipitação de certas crises crônicas, exacerba-se a crise militar e o país não está vendo a rápida e eficaz intervenção do chefe do Estado para resolvê-la, no sentido da lei e no fortalecimento da autoridade* (SOARES, 8 nov. 1955, p. 1, grifos nossos).

Em uma edição do mesmo dia, o jornal *Tribuna da Imprensa* trouxe um editorial de capa assinado por Carlos Lacerda. O texto vinha em destaque na página, ocupando quase toda a metade esquerda da folha. O título “A caminho da solução” (LACERDA, 8 nov. 1955, p. 1) é bastante sugestivo para o momento. O presidente àquela altura passava por problemas médicos, e alguns dias antes havia sido necessário uma avaliação de suas condições de saúde. A veracidade desta situação chegou a ser questionada por alguns políticos do PSD, como Tancredo Neves e José Maria Alkmin⁶², pois, esta situação “favorecia os golpistas” (SCHWARTZ; STARLING, 2018, p. 413).

Já o *DC*, em edição publicada no mesmo dia, ou seja, 8 de novembro, tratou de dar ênfase à política sobre outro prisma. Sobre o caso da saúde do presidente, o jornal trouxe a notícia na capa sem alarmar a situação, utilizando um tom ameno ao dizer que o Chefe do Executivo estava passando por avaliação médica e se recuperando da “crise cardíaca que o acometeu a uma semana” (*Diário Carioca*, 8 nov. 1955, p. 1). Outra matéria exposta na capa da edição daquele dia, abordou as tratativas realizadas por JK para preparar o seu governo no ano seguinte. A publicação mais incisiva daquela tiragem acabou sendo o artigo de opinião de José Eduardo de Macedo, citado por nós um pouco mais acima.

É interessante identificarmos que a escolha das reportagens, matérias, notícias e editoriais em um jornal, bem como a escolha da disposição destes nas folhas, possui como objetivo criar uma linha de posicionamentos dentro do periódico. Para fins de comparação através do recurso da visualização, escolhemos expor a primeira página do dia 8 de novembro dos jornais *Diário Carioca* e *Tribuna da Imprensa*, dispostos política e ideologicamente em lados opostos.

⁶² José Maria Alkmin foi ministro no governo de JK, pasta que largou em 1958.

Figura 5 – Capa do Diário Carioca de 8 de novembro de 1955



Fonte: Diário Carioca, 8 nov. 1955, p. 1.

Figura 6 – Capa do Jornal Tribuna da Imprensa do dia 8 de novembro de 1955



Fonte: Tribuna da Imprensa, 8 nov. 1955, p. 1.

Ao compararmos os dois jornais, no mesmo dia, notamos enfoques bem distintos em suas respectivas edições. Enquanto o *DC* trazia uma publicação relativamente mais “leve”, adicionando, inclusive, notas sociais com fotos em sua capa, o *Tribuna* trabalhava com uma edição mais incisiva em seus posicionamentos políticos. O próprio layout⁶³ dos periódicos consegue nos aproximar dessa ideia. O jornal de Lacerda, por exemplo, estava do lado daqueles que haviam perdido nas urnas e buscava de várias formas legitimar e fazer ecoar suas opiniões. O *Diário*, diferentemente, encontrava-se ao lado dos vencedores e procurava expor, por sua vez, um cenário de defesa democrática, sem fortes alardes. De fato, naquele dia 8, Café Filho se afastava da presidência, assumindo o cargo o Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz.

O *Tribuna* deu muito espaço e destaque para essa notícia. Destarte, bem ao lado do editorial assinado por Lacerda, estava a manchete, toda em letra caixa-alta: “Carlos Luz assume a Presidência Hoje” (*Tribuna da Imprensa*, 8 nov. 1955, p. 1). Foi afirmado também, logo no *sublead*, que o afastamento do Presidente era “por prazo indeterminado, em consequência de seu estado de saúde” (*Tribuna da Imprensa*, 8 nov. 1955, p. 1). Já o *DC* trouxe, em sua capa, além do editorial de José Eduardo Macedo, a notícia sobre a saúde de Café. Na matéria, que

⁶³ Disposição dos elementos gráficos, visuais de uma página.

levou certo destaque na folha, ocupando uma parte do canto superior direito – menor em comparação ao *Tribuna* –, o título era: “Café nem piorou nem se licencia. Conferência médica ontem à noite” (*Diário Carioca*, 8 nov. 1955, p. 1). O *DC* era um jornal matutino e suas matérias eram sempre referentes ao dia anterior. Já o *Tribuna* era vespertino, o que lhe possibilitava noticiar acontecimentos do próprio dia da publicação. Carlos Luz assumiu o cargo de Chefe do Executivo na tarde do dia 8 de novembro. Assim, a montagem do *Tribuna*, ao colocar lado a lado o artigo de Lacerda e a notícia sobre Carlos Luz, teve o propósito claro de legitimar as próximas ações do presidente empossado naquele dia. Observemos a seguir algumas passagens do editorial do proprietário do *TI*:

Aproxima-se o desfecho da crise. Caem as escamas dos olhos dos últimos patriotas que não querem ver a solução onde ela se encontra e sim onde desejariam que ela se colocasse, “evolução” comandada pelos interessados na involução da democracia (LACERDA, 8 nov. 1955, p. 1).

A linguagem em tom quase “poético” está se referindo ao resultado do pleito de outubro. E segue afirmando:

[...] O Sr. Carlos Luz é o homem de habilidade e jeito, como é a tradição de certos políticos mineiros; mas, por igual de energia e decisão, como é da não menos respeitável reputação de outros tantos conterrâneos. [...] A sua atuação na presidência da Câmara tem sido o segredo da contenção de alguns possessores que lá estão (LACERDA, 8 nov. 1955, p. 1, grifo nosso).

É interessante notarmos a forma pela qual o jornalista estabeleceu uma comparação entre Carlos Luz e JK, ou seja, sutil e sem citar o candidato eleito diretamente. Mais próximo do fim, em longo texto de 21 parágrafos, o editorialista continua:

Esse desfecho, para ser o que convém, o que todos desejamos, o que é capaz de salvar o país de terríveis vicissitudes e proporcionar-lhe a possibilidade de uma reforma capaz, esta sim de lançar as bases para o estabelecimento da Democracia num país organizado, limpo e digno, só pode ser o de consolidar a unidade das Forças Armadas para que estas assumam a sua imensa responsabilidade na normalização da vida brasileira. Esperamos com plena confiança. De minha parte, tudo o que podia fazer já tenho feito. A decisão, agora, depende de poucos homens e de poucas horas (LACERDA, 8 nov. 1955, p. 1, grifos nossos).

Carlos Luz, apesar de não pertencer à legenda udenista, não escondia sua simpatia em relação a um possível golpe. Lacerda, na realidade, fazia menção em seu texto às possibilidades golpistas que poderiam ser tomadas àquela altura para que a democracia, em sua visão, voltasse ao rumo certo. Os acontecimentos daqueles primeiros dias de novembro foram extremamente tensos. Os militares há tempos já ocupavam postos no âmbito da política, que os colocava cada vez mais em evidência. Segundo Bóris Fausto (2004, p. 268), “no Brasil, desde a guerra do Paraguai, o Exército, principalmente nos seus escalões mais altos, é um importante centro de

ação e decisão política interna”. Em 1955, é preciso termos em mente alguns nomes importantes que desempenharam papéis de profunda relevância para o desfecho daquele ano. Entre estes “personagens” precisamos destacar o nome do Marechal Henrique Teixeira Lott. Este foi escolhido por Café Filho para ser o Ministro da Guerra. Lott foi favorável à saída de Vargas no ano anterior, quando assinou o Manifesto dos Generais⁶⁴. Foi uma figura detentora de significativo prestígio dentro do Exército e até mesmo no meio político, apesar de buscar não se pronunciar muito neste âmbito. A maioria de suas declarações possuía o teor de defesa da Constituição e da legalidade. Além de Lacerda e outros políticos favoráveis a uma intervenção, os militares também se viam em uma situação de radicalização, dividindo-se entre aqueles mais alinhados com a ideia de rompimento institucional e os que defendiam o contrário.

Muitos destes militares faziam parte da ESG (Escola Superior de Guerra)⁶⁵, e lá realizavam debates sobre questões referentes à política nacional. Destarte, outro nome importante de citarmos é o do Coronel Jurandir Bizzarria Mamede, membro daquela entidade. No dia 1º de novembro de 1955, o Coronel Canrobert Pereira da Costa⁶⁶ foi enterrado e, durante a cerimônia, Mamede discursou de maneira exaltada em nome da ESG, atacando os resultados do pleito ocorrido no mês anterior. Lott, defensor declarado da legalidade, ficou fortemente incomodado com as palavras de Jurandir, o que o levou a identificar a necessidade de prender o Coronel. Segundo Carloni,

o Ministro da Guerra “julgava que, por estar servindo na ESG, o coronel não estava sob o seu comando, pois a escola estava subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas, que, por sua vez, estava subordinado diretamente à presidência da República (CARLONI, 2009, p. 109).

O caso chegou às páginas dos jornais, pois estava relacionado diretamente às fortes tensões que dominavam o país. O posicionamento do *Diário Carioca* e sua abordagem para debater o assunto veio através da exaltação e defesa do General Lott, como por exemplo na coluna “Nossa Opinião” ainda do dia 8 de novembro. O título “O ministro exemplar” (*Diário Carioca*, 8 nov. 1955, p. 4) já indicava o tom e a opinião do jornal diante dos acontecimentos

⁶⁴ Um manifesto contra o governo Vargas, redigido pelo coronel Golbery do Couto e Silva e assinado por 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis, é entregue aos comandantes militares.

⁶⁵ “Entidade criada em 22 de outubro de 1948 pelo Decreto nº 25.705 e organizada de acordo com a Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. A Escola Superior de Guerra foi subordinada à Presidência da República através do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Entre os propósitos que presidiram sua fundação estava o de se tornar uma agência socializadora das elites brasileiras, militares e civis em torno de questões referentes à segurança e desenvolvimento do país, numa espécie de foro acadêmico” (BARROS; BACELAR, Verbetes temático, CPDOC FGV).

⁶⁶ Foi nomeado por Café Filho como chefe do Estado-Maior das Forças Armadas em janeiro de 1955. O Militar ao longo do ano já havia feito afirmações contrárias à candidatura de JK com seu vice Jango.

vividios: Dizia o editorial:

*Poucos chefes militares terão honrado tanto a pasta da Guerra quanto general Lott e certamente nenhum a tem honrado mais do que ele. Assumindo o Ministério numa hora de extrema dificuldade, soube o *ilustre general*, inspirado por uma carreira toda ela dedicada ao serviço da Pátria e passada no culto às *virtudes mestras do soldado*, manter no Ministério a linha de equilíbrio tão necessária a conter as paixões e as alucinações políticas que ameaçam atingir a própria disciplina das Forças Armadas (Diário Carioca, Coluna Nossa Opinião, 8 nov. 1955, p. 4, grifos nossos).*

Nesse trecho, o artigo – de total caráter opinativo –, começa sua argumentação, utilizando a estratégia do uso de elogios a Lott, como um exímio militar e “servidor” da pátria, “imagem” desenhada pelo periódico. O intuito, na realidade, era legitimar os posicionamentos deste, bem como a própria imagem do General, conferindo-lhe, desta forma, capital *simbólico* suficiente para tomada de certas decisões. Conforme os dias passavam, as tensões políticas se avolumavam e o reflexo desta situação se manifestava, obviamente, em diversos periódicos do país. Lott, diante do caso do General Mamede, queria a punição do militar. Carlos Luz, ao assumir a presidência com o afastamento médico de Café, acabou por demitir o Ministro da Guerra, apesar de ter comunicado que não haveria troca nas pastas ministeriais.

O *Diário Carioca* noticiou em sua capa do dia 9 de novembro, de maneira bem destacada, tal informação. A manchete “Luz não mudará o atual ministério” (*Diário Carioca*, 9 nov. 1955, p. 1) ficou em bastante realce na porção superior direita da primeira página. A publicação trazia em seu segundo parágrafo a informação de que o jornal havia perguntado ao presidente empossado se ele realizaria mudanças ministeriais e que este afirmara ser insensato tal medida. Na mesma página, o jornal noticiava que, em seu discurso de posse, Luz definia seus objetivos como presidente temporário pautados em união. O título “Luz: a minha missão é unir” (*Diário Carioca*, 9 nov. 1955, p. 1) estava disposto ao lado da foto do político, assinando o termo de posse. Na porção central da página, o *DC* trouxe a matéria, na qual a fala do futuro ministro de JK, o então Deputado Federal José Maria Alkmim, afirmava ter convicção de que Luz iria seguir a Constituição e garantir a posse dos eleitos de outubro. A manchete trouxe a seguinte chamada: “Terão posse os eleitos do povo: Alkmin” (*Diário Carioca*, 9 nov. 1955, p. 1). O texto do *lead* afirma:

Concluindo seu discurso de ontem, sob os vibrantes aplausos da Câmara (de pé), só interrompidos pela campanha do presidente – o deputado José Maria Alkmin afirmou que o “presidente e o vice-presidente eleitos não estão sujeitos a outro tribunal, a outra instância, seja – como dizia Rui Barbosa – “o escrutínio das urnas”, seja uma instância espiral; não estão sujeitos a mais nada, além de formalidades legais, porque a nação brasileira já os fez depositários da sua confiança, e eles hão de ser empossados, para honra de nossas tradições e para tranquilidade do Brasil” (Diário Carioca, 9 nov. 1955, p. 1, grifos nossos).

As matérias publicadas na capa do *Diário* do dia 9 de novembro buscavam trazer a imagem da legalidade como algo impensável em ser transgredida, trabalhando justamente no sentido contrário de outros periódicos que ansiavam por promover um debate adverso, ou simplesmente tratavam o tema de maneira não tão destacada. A UDN era, sem sombra de dúvidas, o partido que mais “flertava” com possíveis articulações políticas para que JK e Jango não assumissem o Executivo no ano de 1956. O jornal *O Globo*, de 8 de novembro de 1955, por exemplo, trouxe em sua capa, na parte central da página, a manchete: “A UDN não alimenta intuítos golpistas” (*O Globo*, 8 nov. 1955, p. 1), com uma matéria que continuava na página 6 do primeiro caderno. Basicamente a publicação era composta de uma entrevista dada ao jornal por Gustavo Capanema⁶⁷. O *lead* apresentado vinha afirmando que: “[...] o Sr. Gustavo Capanema acredita que nenhum partido, inclusive a UDN, alimenta intuito golpistas” (*O Globo*, 8 nov. 1955, p. 1).

É possível afirmar que este periódico possuía certos alinhamentos políticos e ideológicos com os udenistas, todavia não podemos identificá-lo como um porta-voz assumido do partido. O jornal *O Globo* sempre buscou passar a seus leitores uma posição mais isenta, apesar de precisarmos ponderar que ele cedeu, em certas ocasiões, bastante espaço para voz de figuras proeminentes no cenário nacional que pendiam para o lado mais conservador, como o próprio Lacerda. Vale ressaltar que a fatia mais conservadora da população se configurava como a principal base dos leitores do periódico⁶⁸. Uma maneira de exemplificar tal afirmação pode ser encontrada nas edições do dia 1 e 3 de outubro, estrategicamente às vésperas do processo eleitoral, quando *O Globo* abriu espaço considerável, em suas respectivas capas, para falar sobre os candidatos de oposição a JK em 1955. As imagens abaixo explicitam bem tal situação:

⁶⁷ Político mineiro que apoiou a candidatura de Vargas lançada pela Aliança Libertadora de 1929. Durante o governo de Getúlio a partir de 1930, Capanema foi interventor do Estado de Minas Gerais e, posteriormente, nomeado como Ministro da Educação e Saúde, cargo que ocupou até o fim do Estado Novo. Elegeu-se diversas vezes a cargos no parlamento pelo PSD e em 1959 foi convidado a ocupar a pasta do TCU (Tribunal de Contas da União).

⁶⁸ No artigo “Getúlio Vargas na ótica do Jornal *O Globo* (1953-1954), escrito por Mauro de Oliveira Tavares Junior, publicado nos Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio (2018), a análise do jornal durante o segundo Vargas nos indica que o periódico sempre esteve alinhado com os interesses das classes mais abastadas e que tal fato possuía reflexos nas publicações diárias. Entretanto, o jornal nunca trilhou o caminho do sensacionalismo, uma vez que procurou sempre se colocar como “guia” da nação por meio de diversos recursos linguísticos, ou seja, sempre a favor do que seria melhor para o país em sua ótica. Seus posicionamentos eram sempre sutis e tinham como objetivo central ocupar um espaço no meio das comunicações como um jornal acima de governos ou interesses de grupos sociais.

Figura 7 – Capa do Jornal O Globo de 1 de outubro de 1955

ANTONIO BRANDI FUGIU DEPOIS DE INQUIRIDO

DAR AO BRASIL UM GOVÊRNO DE RESPEITO E QUE SEJA RESPEITADO

A FUGA OCORREU, DEPOIS DE SER OUVIDO PELO ESTÁDO-MAIOR ARGENTINO

Também desaparecido após ser interrogado o ex-Vice-Governador de Corrientes, Clementina Forte. Ambos negam a sua participação no episódio das armas. A polícia argentina empreendeu uma caçada para capturá-los — Indício Plinado no Rio — "Crítica", de B. Aires, divulga a carta. (Telegramas do serviço especial de O GLOBO e Correios e do U. P.)

Este é o objetivo que o General Juarez Távora teve em sua campanha eleitoral — Respirou o candidato da Frente de Renovação Nacional seus propósitos, no grandioso comício de encerramento de sua precampa cívica

— Como falaram os Srs. Milton Campos, Carlos Lacerda e outros — Enorme multidão compareceu ao Estádio de Copacabana, a condição democrática

(TEXTO NA SEXTA PÁGINA)

O GLOBO no 3 de Outubro,
Nas últimas duas décadas, não houve trabalho para a imprensa de O GLOBO. O trabalho foi feito a nível mundial, hábilmente e com o espírito de sempre.

ANO XXXI — Rio de Janeiro, sábado, 1 de outubro de 1955

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Editor-Chefe: ROBERTO MARINHO | Diretor-Executivo: ROBERTO MARINHO
Diretor-Secretário: RICARDO MARINHO | Diretor-Administrativo: ROBERTO MARINHO

NÃO HÁ COMO UM DIA DEPOIS DE OUTRO

Com o título acima, publicamos na 6ª página deste caderno a primeira noticiosa de Sr. João Neves da Fontoura, a quem se recusa a ser candidato a governador de Pernambuco do "ABC" de Pernambuco de fazer a verdade quando testemunhou a sustentação de diversos ex-

la Superior de Guerra da Argentina, o General João Neves se hoje publicamente a injúria reparada com a apresentação do exemplar n.º 428 de grave documento. E sobre os importantes que pertencem ao ex-Ministro das

Vibrante proclamação do General Juarez Távora ao povo, através de O GLOBO — Também se dirige ao público, por meio interessado, seu companheiro de chapa, Sr. Milton Campos — Dados biográficos do candidato

Govêrno de Honradez e de Justiça Social

Este é o objetivo que o General Juarez Távora teve em sua campanha eleitoral — Respirou o candidato da Frente de Renovação Nacional seus propósitos, no grandioso comício de encerramento de sua precampa cívica

— Como falaram os Srs. Milton Campos, Carlos Lacerda e outros — Enorme multidão compareceu ao Estádio de Copacabana, a condição democrática

(TEXTO NA SEXTA PÁGINA)

Fonte: Acervo Jornal O Globo.

Figura 8 – Capa do jornal O Globo de 3 de outubro de 1955

A NAÇÃO ESCOLHE HOJE OS SEUS MANDATÁRIOS

O Regenerador - Descamisado da Argentina Fêz-se Amante de Uma Menina de 18 Anos!

MAIS VIGOROSA E RETEMPERADA DEVE SAIR A DEMOCRACIA DA PROVA CRUCIAL DE HOJE

ANO XXXI — Rio de Janeiro, segunda-feira, 3 de outubro de 1955 — Nº 1021

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Editor-Chefe: ROBERTO MARINHO | Diretor-Executivo: ROBERTO MARINHO
Diretor-Secretário: RICARDO MARINHO | Diretor-Administrativo: ROBERTO MARINHO

NELL Y RIVAS FAZ CONFIDÊNCIAS A "O GLOBO" SOBRE O SEU ESTRANHO ROMANCE COM PERON

Delle abbe e ex-dittador argentino: "Sou o mais feliz homem, o meu único amor querido" — E disse isto e mostrou-nos "luz" para onde Peron se chamava. Por dois anos ele o fez feliz, o grande fascista quem o mundo da sua vida" — Du visitas estudadas à Casa Presidencial em confidências, honras e honras — Du visitas estudadas à Casa Presidencial em confidências, honras e honras — Du visitas estudadas à Casa Presidencial em confidências, honras e honras

TORPE EXPLOAÇÃO DOS INTEGRALISTAS EM TORNO DO NOME DE NELDER GAMA

Dezões e ilustre profeta e revolucionário argentino do mundo, o nome de Nelder Gama, responsável como

Em seguida, houve proclamação de Juarez Távora e de Milton Campos, o primeiro e o segundo candidatos da Frente de Renovação Nacional. O primeiro e o segundo candidatos da Frente de Renovação Nacional. O primeiro e o segundo candidatos da Frente de Renovação Nacional.

PERON EM ASSINCO

Chegou ontem à noite à capital paraguaita (Ita) na Quinta Vigília

Juarez Távora e Milton Campos são os candidatos da Frente de Renovação Nacional. Representam, pelo seu passado, uma garantia de dignidade e de firmeza contra a corrupção dos costumes políticos e administrativos e contra o perigo da subversão comunista que ameaça abalar os alicerces da democracia e das nossas tradições cristãs.

Fonte: Acervo Jornal O Globo.

Em ambos os números do jornal, a foto de Juarez Távora foi publicada de maneira destacada e com descrições bastante positivas sobre a chapa deste candidato com seu vice,

Milton Campos⁶⁹. De toda forma, *O Globo* não assumiu posturas evidentes de golpe. Já o *Tribuna*, de Lacerda, insistia na retórica golpista. No dia 9 de novembro, enquanto o *DC* continuava com uma postura dedicada a publicar edições pautadas na defesa da ideia de legalidade e tranquilidade em relação às instituições, o principal periódico de oposição à candidatura de JK trazia em sua primeira página um editorial não assinado, mas que refletia, na realidade, o posicionamento da folha, bem como de seu principal proprietário. Ocupando a porção superior direita, o texto vinha com o seguinte título: “Não podem tomar posse” (*Tribuna da Imprensa*, 9 nov. 1955, p.1), sendo que o teor do artigo apresentava significativa violência, ameaça e até mesmo um certo desespero, se nos atentarmos às entrelinhas. Dizia o editorial em seu primeiro parágrafo:

A investidura do sr. Carlos Luz na presidência da República não pode incorrer no mesmo equívoco cometido a 24 de agosto. É preciso que fique claro, muito claro, que o *presidente da Câmara não assumiu o governo da República para preparar a posse dos srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart. Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse, não tomarão posse [...]* (*Tribuna da Imprensa*, 9 nov. 1955, p. 1, grifo nosso).

O ambiente político do país estava cada vez mais estremecido. Lott ainda aguardava uma resposta sobre o caso do General Mamede por parte do presidente empossado, Carlos Luz. Em uma reunião ocorrida entre o Chefe do Executivo e o Ministro da Guerra, o primeiro recusou-se a punir Mamede, fato que não agradou em nada o militar, acarretando seu pedido de demissão.

Contudo, no dia 10 de novembro, o General ainda não se declarava demissionário. Esta notícia foi publicada em destaque na primeira página do *DC* deste dia, quando o jornal trouxe uma matéria sobre o assunto, contendo o seguinte título: “Seguro o Regime: Lott continuará” (*Diário Carioca*, 10 nov. 1955, p. 1). O texto dava sequência, noticiando que Lott estava confiante em relação à situação do país, afirmando que esta era “melhor do que muita gente desejava” (LOTT *apud* *Diário Carioca*, 10 nov. 1955, p. 1). Logo abaixo desta notícia, o *Diário Carioca* trabalhou um texto que podemos afirmar que possuía, para aquela edição, um peso simbólico importante, visto o retrospecto da história política do periódico. O título, disposto na folha com letra em negrito, “10 de novembro” (*Diário Carioca*, 10 nov. 1955, p. 1) vinha rememorando o golpe de 1937, que levou o país a viver aquilo que ficou conhecido historicamente como Estado Novo.

Tendo quatro parágrafos, o *DC* chama o intervalo de tempo entre 1937 e 1945 como

⁶⁹ O político mineiro foi um dos fundadores da UDN e chegou a ser governador do Estado de Minas Gerais, terminando seu mandato em 1951, quando Juscelino assumiu o cargo.

uma época que o país vivia “à sombra de instituições *terroristas*” (*Diário Carioca*, 10 nov. 1955, p. 1). A publicação continuou sua argumentação, depositando nas Forças Armadas a salvação do país, afirmando que estas “depuseram a ditadura e restabeleceram as prerrogativas do povo e as liberdades civis” (*Diário Carioca*, 10 nov. 1955, p. 1). A manobra utilizada pelo jornal é bem inteligente, uma vez que joga a responsabilidade da manutenção da democracia no país no colo dos militares. De forma sutil, foi exposto ao leitor que, caso o Brasil voltasse a uma situação de autoritarismo, a falha teria sido das Forças Armadas. O *Diário* sabia da necessidade da figura de Lott e de todo o segmento militar que o apoiava. Não sem razão, tecia grandes elogios ao General já fazia algum tempo. O encerramento do texto afirmava que vivíamos mais uma vez as ameaças de ditadura. Dizia:

Tal ameaça é intolerável e inconcebível. O povo a repele. E a repelirá em qualquer terreno, certo de que as Forças Armadas, lideradas por um general esclarecido e honesto como o atual Ministro da Guerra, não prestarão qualquer ajuda aos aventureiros que aspiram a mergulhar o país em uma nova etapa de terror (*Diário Carioca*, 10 nov. 1955, p. 1).

Na página 4, do mesmo dia 10, onde a coluna “Nossa Opinião” sempre era publicada, o editorial do jornal trouxe também a temática das eleições e os grupos que clamavam pela impugnação do pleito de outubro. O texto ainda opinou positivamente sobre as articulações que haviam ocorrido no Congresso, a pedido do TSE⁷⁰, para a implementação da cédula única⁷¹. Ao final do artigo, mais uma vez, as Forças Armadas foram citadas pelo *Diário* como “guardiãs do regime” (*Diário Carioca*, Nossa Opinião, 10 nov. 1955, p. 4) e que estas fariam “prevalecer o supremo interesse da Nação e das instituições democráticas” (*Diário Carioca*, Nossa Opinião, 10 nov. 1955, p. 4).

Em outro editorial, também escrito na página 4 da edição em análise neste momento, mais uma construção simbólica foi produzida, só que desta vez por um general de 1ª Classe da reserva, Leitão Machado. À medida que seu texto avança, é possível percebermos um esforço, por parte do editorialista em questão, em enaltecer a imagem das Forças Armadas, na qual, segundo a publicação, havia muita honra, educação e cultura. O artigo continua sua argumentação, identificando os militares como personagens importantes no cenário nacional, e que tal relevância os levava ao patamar de figuras as quais seria importante a participação nas

⁷⁰ Tribunal Superior Eleitoral.

⁷¹ A instituição da cédula única foi uma sugestão do então Ministro Edgard Costa (Presidente do TSE à época) e tinha por objetivo unificar a cédula de votação que antes era emitida pelos próprios candidatos. Tal organização eleitoral favorecia muito as práticas fraudulentas durante os pleitos. O General Henrique Teixeira Lott foi um dos grandes articuladores no Congresso para que a lei da cédula oficial fosse votada. Lott chegou a ser atacado por uma parte da imprensa mais radical que não aceitava a chapa JK e Jango.

“horas de crise e lutas políticas” (MACHADO, 1955, p. 4), mas que, na realidade, isto significava certa exploração por parte dos meios civis. O General segue falando que não haveria razão para o Exército abandonar “a confiança popular de que incontestavelmente goza no seio do povo brasileiro” ((MACHADO, 1955, p. 1) e que não acreditava que “de gente equilibrada e esclarecida como a do Exército” (MACHADO, 1955, p. 4) partiriam ideias de golpe. Publicar um editorial de um militar, mesmo que da reserva, trazia um adicional de poder simbólico para toda a fundamentação de opinião e interesses do *Diário* naquele momento. Outras partes do editorial seguem na mesma linha de raciocínio, culpabilizando, ao mesmo tempo, o grupo de Lacerda pelas tentativas de golpe.

Precisamos notar o quão foi estratégica a montagem dessa publicação do dia 10 de novembro do *Diário Carioca*. A edição constrói toda sua exposição em torno da defesa das figuras de Lott e JK, utilizando, entre outros recursos, a imagem dos militares como um grupo majoritariamente defensor da legalidade, ideia esta que já vinha sendo edificada pelo jornal meses antes da crise de novembro daquele ano. O dia 11 de novembro amanheceu com o *DC* estampando em sua capa a demissão de Lott, afirmando que tal situação significava um desastre para democracia. Toda a página foi destinada aos acontecimentos envolvendo as últimas notícias políticas vindas do Catete.

De fato, houve uma reunião entre o General e Ministro da pasta da Guerra e Carlos Luz. Este, por sua vez, resolveu não tomar qualquer medida punitiva em relação ao general Mamede, fato que contrariou muito Lott. A madrugada de 10 para 11 de novembro fora bastante agitada para o ex-ministro⁷². O editorial de Macedo do dia 11 de novembro veio trazendo o assunto – como não poderia deixar de ser dado o retrospecto do jornalista nos últimos meses –, relembrando os acontecimentos que envolveram o discurso do coronel Canrobert e o respectivo posicionamento de Lott a respeito. Ao falar sobre a saída do ministro para a entrada do Coronel Fiuza de Castro para a pasta, José Eduardo é bastante enfático em sua retórica de desaprovação daquela situação. O texto fala em “ato subversivo do coronel-orador” (SOARES, 1955, p. 1) e que pela “precária investidura do sr. Carlos Luz, logo se viu que o seu governo estaria ameaçado de intervenções indébitas, num crepúsculo de golpistas inconformados” (SOARES, 1955, p. 1). Há, inclusive, um breve texto, localizado acima do artigo de Soares, chamando Carlos Luz de

⁷² Após reunião com Carlos Luz, Lott se demite do cargo exercido até então. Quem assume é general Fiuza de Castro, que já se encontrava no Catete no momento daquela reunião. Fiuza estava entre aqueles que assinaram o manifesto dos generais em 1954 contra Vargas. Tal situação levou Lott a sinalizar ao presidente em exercício que havia equívoco na conduta deste em colocar o general como novo ministro da guerra, visto seus posicionamentos políticos. As desconfianças de que o chefe do Executivo em exercício possuía afinidade com aqueles que ansiavam pela impugnação da posse de JK, se tornaram muito mais evidentes.

a política nacional. É bastante importante ressaltarmos que o jornal, apesar de saber que existiam setores militares favoráveis ao golpe, não buscava construir uma imagem negativa ou antidemocrática das Forças Armadas. Se havia integrantes militares que divergiam do resultado do pleito de outubro, ou que possuíam ideias contrárias à ordem institucional estabelecida naquele momento, segundo o matutino, isto não refletia a entidade como um todo. Esse cuidado, o periódico buscou trabalhar em suas linhas jornalísticas. O *DC* procurou sempre indicar em seus artigos, matérias e reportagens que a entidade estava a serviço da população e que isso, na visão do jornal, era uma característica patriótica. O artigo da página 4 e de título “O general Lott” (*Diário Carioca*, Nossa Opinião, 11 nov. 1955, p. 4) termina da seguinte forma:

Os golpistas venceram uma batalha, mas não deram o golpe. Não deram, nem o darão, pois enquanto existirem comandantes da expressão e da autoridade do general Teixeira Lott, haverá segurança de que as Forças Armadas não faltarão ao povo (*Diário Carioca*, Nossa Opinião, 11 nov. 1955, p. 4).

Já o *Tribuna* de Carlos Lacerda não circulou nos dias 11, 12 e 13 de novembro. O plano arquitetado para impedir a posse da chapa de JK não teve sucesso. Lott, naquele dia 11, apoiado por uma parcela significativa dos militares, consegue depor Carlos Luz, entregando o cargo ao senador Nereu Ramos, sendo, assim, instalado estado de sítio durante um mês. O evento histórico ficou conhecido como “Golpe da Legalidade” ou mais corriqueiramente “novembrada”. Segundo Delgado:

Carlos Luz, alguns ministros, Carlos Lacerda, Almirante Pena Boto e o Coronel Mamede, entre outros militares, rumaram para a cidade de Santos a bordo do cruzador Tamandaré na manhã do mesmo dia de novembro. A iniciativa fazia parte dos planos do brigadeiro Eduardo Gomes, então Ministro da Aeronáutica, de organizar a resistência em São Paulo, mas fora imediatamente frustrada pelo governador Jânio Quadros (DELGADO, 2006, p. 99).

Lacerda foi aconselhado a pedir asilo político na embaixada cubana. Durante o primeiro ano do governo Kubitscheck, o proprietário do *Tribuna da Imprensa* esteve fora do país, mais especificamente nos Estados Unidos, onde trabalhou como correspondente para seu próprio jornal, bem como para *O Globo* e *Estado de São Paulo*, sempre demonstrando sua forte oposição ao governo empossado em 1956. O *Tribuna* voltou a circular no dia 14, e indicou que no dia 16 de novembro iria esclarecer as razões pelas quais o periódico não circulou naquele final de semana. De qualquer forma, o tom extremamente violento das publicações do jornal arrefeceram após o dia 11 de novembro. O *Diário*, por sua vez, durante os dias seguintes demarcou suas publicações com muitas reportagens, notícias e editoriais abordando a movimentação de Lott, do apoio dado ao general por diversos setores sociais, políticos e partidários. O tom enaltecedor do *DC* em relação ao ex-ministro da guerra se espalhou pelos

editoriais da coluna “Nossa Opinião”, nos artigos de capa de Danton Jobim, além de ter ganhado destaque na página 2 das edições publicadas nos dias 12, 13, 14, 15 e 16 de novembro.

A segunda folha do *Diário Carioca* geralmente trazia informações internacionais e assuntos nacionais descentralizados, entretanto, ao longo daqueles dias, diversas matérias foram apresentadas, tendo como principal tônica as atitudes do general, as repercussões e os apoios recebidos por este. Curioso, inclusive, foi a publicação de um convite no *Diário* de 16 de novembro, chamando a população para uma missa que ocorreria na Igreja da Candelária em função do aniversário de Lott. O mês onze daquele ano ainda contaria com algumas turbulentas derivações políticas no quadro político institucional do país. Café Filho chegou a demonstrar uma movimentação no sentido de voltar ao posto, levando a UDN a ensaiar uma retomada de fôlego golpista. Contudo, desta vez, o Congresso entendeu que não havia mais espaço para permitir possíveis manobras contra as instituições, impedindo o presidente afastado de retomar o cargo, reafirmando “a interinidade de Nereu Ramos” (SCHWARTZ; STARLING, 2018, p. 414) e ampliando o período de estado de sítio até a posse de JK.

A primeira página do *DC* do dia 22 de novembro trouxe evidenciada a notícia sobre a proibição sobre Café retomar o cargo de presidente. A manchete, toda disposta em caixa alta e em negrito na parte superior (acima da logo do jornal), vinha com o seguinte texto: “Café foi impedido pelo Congresso. Não pode reassumir mais a presidência” (*Diário Carioca*, 22 nov. 1955, p. 1). A notícia era dada, afirmando que as medidas tomadas contra Carlos Luz estavam sendo estendidas a Café Filho. Naquela mesma edição, o editorial de capa era de Danton Jobim, que buscou anunciar que qualquer tentativa de golpe de Estado estava sendo encerrado de vez naquela ocasião. Era importante trazer ao leitor uma imagem que associava Café Filho aos atos antidemocráticos. Assim, o título do texto foi: “Liquidação do golpe” (JOBIM, 22 nov. 1955, p. 1), cujo artigo buscou conectar o ex-presidente ao grupo golpista, ao mesmo tempo em que tratou de enriquecer, mais uma vez, a imagem do General Lott, das Forças Armadas e do próprio Congresso. O jornalista encerrou de maneira bastante emblemática seu texto, afirmando: “A nação, agora, que distinga entre quem está com ela e quem está contra ela” (JOBIM, 22 nov. 1955, p. 1).

2.2 Os incidentes de Jacareacanga e Aragarças: a visão do *DC* em comparação a outros jornais da época

A posse de Juscelino em 31 de janeiro de 1956 não foi garantia de consolidação de uma tranquilidade política institucional. A oposição continuou insatisfeita com os rumos tomados

pelos acontecimentos de novembro de 1955. Setores civis e militares permaneciam em alerta para todo e qualquer sinal de possibilidade de tomada de poder. O movimento liderado por Lott, que empossou temporariamente Nereu Ramos ao cargo de presidente, culminando no estado de sítio até a posse de JK, garantiu que certos segmentos militares fossem escalados para cargos dentro do Executivo, como por exemplo para o Ministério da Aeronáutica, ocupado anteriormente pelo brigadeiro Eduardo Gomes, ligado, por sua vez, à UDN e envolvido com a tentativa de golpe. O substituto foi o major-brigadeiro Vasco Alves Seco. Sua nomeação acarretou discordâncias entre algumas frações udenistas ligadas à Força Aérea Brasileira (FAB).

Havia o temor, por parte deste grupo, de que os envolvidos nos episódios de 11 de novembro poderiam sofrer fortes represálias do governo. Vasco permaneceu na pasta da FAB após a posse de JK, intensificando, assim, a insatisfação destes setores militares. Assim, em 10 de fevereiro de 1955, dois oficiais da Aeronáutica, o major Haroldo Veloso e o capitão José Chaves Lameirão, ambos lacerdistas, tomaram de assalto a base aérea da FAB no Rio de Janeiro e voaram para o interior do Brasil, especificamente para o Pará, com diversas munições, como por exemplo explosivos e outras armas pesadas. Os dois organizaram uma espécie de QG na base de Jacareacanga, controlando em poucos dias algumas regiões nas proximidades da base, inclusive, a cidade de Santarém. Esta situação demonstrou que, apesar de ser um movimento isolado, o governo ainda estava diante de uma realidade de instabilidade política no país. Tal fato se reafirmou a partir da conduta de alguns oficiais da Força Aérea em não realizar resistência aos revoltosos, dado o cooperativismo entre os integrantes militares. JK encontrou, desta forma, certa dificuldade em abafar o levante, aproximadamente uns 20 dias para o fim da rebelião.

O *Diário Carioca* trouxe notícias sobre a situação apenas no dia 16 de fevereiro de 1956. A última edição do jornal havia sido em 12 de fevereiro daquele mês, visto que o país vivia a época do Carnaval e, como de costume no jornal à época, havia uma pausa nas publicações. Assim, quando o periódico começou a tratar a questão dos revoltosos, teve por base inicial as informações obtidas por meio da fala do Ministro da Aeronáutica, Vasco Alves, o qual havia afirmado que o evento dos dois oficiais não era de grande importância. Em reportagem de capa daquele dia 16, a manchete em destaque no topo da página trazia a seguinte fala: “Punirá os fujões da FAB com rigor. Seco: apenas um ato de indisciplina” (*Diário Carioca*, 16 fev. 1956, p. 1). A reportagem seguia afirmando que as notícias veiculadas no dia anterior pela *Tribuna da Imprensa* eram alarmantes e falsas.

A matéria à qual era feita referência naquele momento pelo *DC* era aquela que havia

sido publicada em 15 de fevereiro na capa do *Tribuna*. Em publicação de destaque na parte superior direita deste último, o texto trazia o seguinte título: “Oficiais da FAB rebelam-se contra o governo” (*Tribuna da Imprensa*, 15 fev. 1956, p. 1). O corpo do artigo trazia as seguintes informações: a justificativa pela qual os revoltosos estavam tomando aquelas medidas; a posse de considerável arsenal e milícias muito bem preparadas, além do fato de possuírem ao seu lado um número significativo de indígenas solidários à causa. A fundamentação apresentada pelo *Tribuna* era a seguinte:

Os oficiais rebeldes sediados na base internacional de Cachimbo informaram, pelo rádio, que se insurgiram contra o governo pelos seguintes motivos:

- 1- O sr. Juscelino Kubitschek entrou em entendimento com grupos financeiros internacionais para a entrega do petróleo⁷³ e a venda de reservas de minerais estratégicos;
- 2- Oficiais comunistas ocupam posições-chave, em comando militares, desde os movimentos de 11 e 21 de novembro [...]
- 3- Esses movimentos, chefiados pelo General Henrique Teixeira Lott, romperam a unidade das Forças Armadas [...] (*Tribuna da Imprensa*, 15 fev. 1956, p. 1).

Entre os integrantes considerados pelo jornal como comunistas, podemos afirmar que a principal referência feita era a do Ministro da Aeronáutica, o major-brigadeiro Alves Seco. De volta à análise do *DC* do dia 16 de fevereiro, identificamos também um editorial escrito por Danton Jobim, o qual indicava que a FAB era leal ao governo e que ainda não existiam informações mais concretas capazes de explicar o ocorrido iniciado no dia 10 daquele mês. Jobim também pontuava em seu artigo que a reportagem publicada pelo *Tribuna da Imprensa* no dia anterior era “tão falha de sentido e tão primária nos seus termos, que não nos chega a revelar quaisquer razões para o gesto infeliz dos dois oficiais” (JOBIM, 16 fev. 1956, p. 1). Danton afirmava ainda sobre o ocorrido:

Vemos, pois, que se reduz a nada ou quase nada, o incidente que nossos colegas golpistas procuraram converter numa revolução. [...] O que se viu, porém, foi que a Aeronáutica não aceitou a provocação e manteve-se dignamente dentro da ordem e da disciplina, no respeito aos seus superiores hierárquicos [...]. Ao contrário do que facciosamente se noticiou, ninguém se negou a cumprir ordens para a perseguição aos dois indisciplinados (JOBIM, 16 fev. 1956, p. 1).

O episódio, de fato, não se revelou, no final das contas, como um movimento capaz de abalar as estruturas institucionais, todavia, não foi, diferentemente do que o editorialista do *Diário* afirmara em seu artigo, um acontecimento de características tão ínfimas, visto que o governo precisou promover alguns esforços para conter a situação, pois algumas áreas haviam sido tomadas com o apoio de parcelas da população local. O texto de Danton foi escrito 6 dias

⁷³ Como será analisado neste trabalho mais à frente, a oposição e alguns de seus veículos de imprensa mais fiéis, como o próprio *Tribuna de Imprensa*, alarmavam e veiculavam informações sobre a conduta de JK em relação ao Petróleo e a Petrobrás. Viam com muita desconfiança tal situação.

após o estopim daquilo que ficou conhecido como “revolta de Jacareacanga”.

O editorial do dia seguinte, dia 17 de fevereiro e escrito por Macedo Soares, credita a ação dos militares da FAB a entes civis que estimulavam um golpe de Estado. É interessante notar a forma como Macedo analisa o episódio. Para ele, os principais culpados eram aqueles que incitavam um estado de exceção, sendo os militares, no final das contas, quase que vítimas de situações como esta. Mais uma vez, a postura do *Diário* é de não promover críticas incisivas às Forças Armadas, mas identificar que existiam dentro da corporação figuras que acabavam não exercendo uma postura “patriótica”, deixando-se levar pelas ideias de tomada de poder, muitas vezes propagadas por grupos civis. Em seu editorial podemos perceber que Macedo Soares buscou, de forma indireta, culpabilizar, em essência, o grupo liderado por Lacerda pelo ocorrido em Jacareacanga:

Tudo mostra que a fuga dos dois oficiais aviadores para os confins da mata amazônica foi mais *um fruto do envenenamento da propaganda de agentes provocadores a serviço de desatinadas ambições políticas*. [...] O que faz é descobrir as responsabilidades de grupos sediciosos de paisanos, que não têm nada a perder com essas atitudes ridículas ou odiosas, *que servem somente para cortar a carreira de alguns oficiais, acarretando, injustamente, prejuízos e sofrimentos de suas famílias ou dependentes*. [...] Felizmente, porém, *o bom-senso das nossas corporações militares está impregnado do instinto de conservação do povo brasileiro*. [...] Mais uma vez, *chamamos a atenção da jovem oficialidade das três corporações militares para os frutos da insubordinação que políticos e jornalistas ambiciosos pretendem colher nos seus navios e quartéis* (SOARES, 17 fev. 1956, p. 1, grifos nossos).

No dia 18 de fevereiro, o assunto de Jacareacanga tomou novamente a capa do *DC*, e, neste dia, quem escreveu o editorial de primeira página foi, mais uma vez, Danton Jobim. A situação, que a princípio era publicada como algo sem grande relevância e de fácil resolução, começou a ser exposta de forma um pouco diferente pelo jornal. Disposta acima do artigo de Jobim, uma matéria destacada no canto esquerdo trazia a informação de que mais um militar se integrava ao episódio no Pará. O Major Paulo Vitor havia sido enviado de Belém para resolver o problema, mas acabou se juntando aos demais oficiais. Em seu editorial, Jobim lamentou que os civis e militares de patente alta que participaram da tentativa de golpe em novembro de 1955 não haviam recebido as devidas punições e, mesmo assim, continuavam a tramar contra a democracia. O editorial de Jobim faz menção direta a uma entrevista dada pelo Almirante Amorim do Valle⁷⁴ ao jornal de Lacerda alguns dias antes. O *lead* da entrevista no *Tribuna* do dia 17 de fevereiro, com a manchete: “História da traição de Lott contada por Amorim do Valle” (*Tribuna da Imprensa*, 17 fev. 1956, p. 1), vinha resumindo o teor da entrevista em tópicos:

Dois meses antes de 11 de novembro, Eduardo Gomes e o Ministro da Marinha já não

⁷⁴ Tanto o Almirante Amorim do Vale quanto o Almirante Carlos Pena Boto estavam ligados ao nome do Brigadeiro Eduardo Gomes nos eventos golpistas de 11 de novembro de 1955.

acreditavam mais no Ministro da Guerra – Sabotagem ao manifesto dos generais – Os que acreditavam na palavra de honra – O papel dos comunistas na preparação e no desfecho do golpe de 11 de novembro – Lott não unirá as Forças Armadas – O caso Mamede – O testamento de Canrobert e as eleições no clube militar (...) – Penna Botto⁷⁵, o maior almirante de nossa marinha (*Tribuna da Imprensa*, 17 fev. 1956, p. 1).

Danton Jobim, em tom de indignação em seu artigo, repele a entrevista dada por Amorim ao *Tribuna*, alegando que aquilo teria sido, de acordo com sua visão, provocativo e acabava por justificar as ações dos oficiais em Jacareacanga. Dizia o editorialista do *Diário*:

[...] enquanto o presidente Kubitscheck promovia o almirante Pena Boto, revelando sua isenção de ânimo, o almirante Amorim do Vale dava uma entrevista à “*Tribuna da Imprensa*” cheia de provocações afrontosas a exemplo de outra dada na véspera por seu colega golpista. [...] A fuga dos dois oficiais da FAB coincide com as entrevistas destinadoras, que injuriam desbragadamente o Ministro da Guerra. [...] Por detrás desses homens cegos de despeito, trabalham os políticos e jornalistas que tudo fizeram para lançar a Nação na aventura do golpe (JOBIM, 18 fev. 1956, p. 1).

Nas edições dos dias seguintes, o episódio foi trabalhado pelo *Diário Carioca* ocupando a primeira página (duas vezes com continuação na segunda folha), mas principalmente sendo debatido no interior dos editoriais de José Eduardo ou Danton, que realizaram uma discussão de natureza política, procurando sempre associar a atitude golpista dos oficiais com os grupos insatisfeitos com o pleito de 1955, e que ainda buscavam formas de ganhar fôlego para novas tentativas antidemocráticas. Já o *Tribuna* seguiu com seus números, ao longo do período desta crise, sempre evidenciando o caso e estampando manchetes que davam a entender que o episódio de Jacareacanga era heroico e patriótico.

O Presidente voltaria a enfrentar uma nova tentativa de golpe, só que alguns anos mais tarde, em 1959. O episódio conhecido como “revolta de Aragarças⁷⁶” ocorreu logo após a desistência de Jânio Quadros à candidatura em 1960 pela UDN. Os militares envolvidos, cerca de 15 ao todo, entre oficiais do Exército e da Aeronáutica, não escondiam o apoio aos udenistas, nem ao presidenciável Jânio. O grupo se autointituiu “Comando Revolucionário” e pôs em prática um plano no qual uns 5 aviões foram sequestrados, sendo um da Companhia Panair, que foi capturado ainda no ar, contendo a bordo o senador filiado ao PSD, Remi Archer. As aeronaves rumaram para a cidade de Aragarças e pretendiam lá fazer uma espécie de Quartel-General, onde criam receber apoio de parcelas significativas das Forças Armadas, além da própria UDN. Os revoltosos chegaram a escrever um manifesto, no qual indicavam as razões

⁷⁵ Penna Botto estava entre aqueles que se abrigaram no cruzador Tamandaré, após o evento que ficou conhecido por novembro, ou seja, estava entre os planejavam um regime de exceção. Foi afastado de suas funções na Marinha e, após a posse de JK, foi promovido a almirante de esquadra.

⁷⁶ Aragarças é o nome da cidade no interior de Goiás, divisa com Mato Grosso.

daquela ação.

O manifesto “descrevia o Poder Executivo como corrupto, o Legislativo como demagógico e o Judiciário como omissivo. E citava o risco de o Brasil cair nas garras do comunismo” (WESTIN, 2020). Era uma tentativa de reeditar “Jacareacanga” e buscar o que aquela tentativa de golpe não obteve sucesso, ou seja, destituir JK do cargo. Toda a crise começou no dia 2 de dezembro de 1959 e durou pouco mais de um dia. No dia seguinte ao início do caso, os jornais *O Globo* e *Tribuna da Imprensa* trouxeram o assunto em suas capas. *O Globo*, por sua vez, fez uma chamada para a reportagem que seria melhor trabalhada na página 6. O título da manchete era: “Misteriosa tentativa de levante na Aeronáutica” (*O Globo*, 3 dez. 1959, p. 1). A reportagem completa estava algumas páginas depois e ocupava um pouco mais da metade do canto esquerdo da folha. Ao longo do texto, foram expostas as informações ainda desconhecidas que havia acerca dos eventos recentes. O jornal entrou em contato com membros do governo a partir das 6 horas da manhã daquele dia 3 de dezembro para tentar verificar o ocorrido. A descrição das conversas que o periódico realizou com o governo, inclusive com o Ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott, foram relatadas na matéria, e o que era apresentado, a princípio, pelas autoridades, como boatos ou uma situação sem grandes preocupações, se revelou, segundo o jornal, como algo um pouco diferente. Afirmava o jornal:

A despeito de todos os desmentidos e das informações tranquilizadoras vindas do gabinete do Ministro da Guerra, às 8:50, a situação não era tão calma como queriam fazer crer as autoridades militares. [...] Às 10 horas, o ambiente nos meios militares continuava muito tenso. No gabinete do Ministério da Guerra informava-se que o Ministro Teixeira Lott determinara prontidão geral no Exército em todo país. Ao mesmo tempo dizia-se também, que já tinham sido apreendidos alguns dos memoriais lançados por oficiais da Força Aérea (*O Globo*, 3 dez. 1959, p. 6).

Já o *Tribuna* deu total destaque à situação logo na capa, utilizando a página inteira para o assunto. O enfoque era um pouco diferente do jornal *O Globo*, pois possuía certo tom de crítica ao governo. O título, ocupando a parte superior, logo abaixo da logo do periódico na primeira página, vinha da seguinte forma: “Governo desmente rumores de sublevação de militares” (*Tribuna da Imprensa*, 3 dez. 1959, p. 1). A reportagem – toda a publicação se concentrou em apenas uma matéria – procurou deixar bem claro que o governo insistia em desmentir as notícias sobre os militares, apesar de informações vindas da Companhia Panair do Brasil de que o avião “Constellation, que deveria chegar às 6 horas da manhã em Belém, cessou todas as comunicações com a terra, estando desaparecido” (*Tribuna da Imprensa*, 3 dez. 1959, p. 1) e de que uma reunião ocorrida entre “toda oficialidade da Base Aérea de Cumbica estava reunida com seu comandante, coronel Faria Lima, irmão do brigadeiro Faria Lima, secretário

de viação do governo Carvalho Pinto⁷⁷” (*Tribuna da Imprensa*, 3 dez. 1959, p. 1). Ou seja, a ideia que a matéria procura indicar é que, de fato, algo estava acontecendo, contudo, havia a insistência em se desmentir tudo por parte do poder Executivo.

O *Diário Carioca*, por sua vez, em função do horário que chegava às bancas, não trouxe nada a respeito do caso de Aragarças. Apenas na publicação do dia 4 é que os acontecimentos das últimas horas foram noticiados pelo jornal. A primeira página foi totalmente tomada pelo assunto, na qual estavam distribuídas diversas notícias, reportagens, além do editorial de Danton Jobim daquele dia. Todos os textos traziam as informações que o *DC* havia obtido sobre o episódio, mas o tom, diferentemente do *Tribuna*, era o de prestigiar as atitudes do governo para coibir aquilo que, na realidade, era uma tentativa de golpe de Estado. Por instância, a reportagem do canto superior direito da capa trazia a seguinte manchete: “Ministros com JK no Catete: reação viril. Rigor inflexível contra a *masorca*”⁷⁸ (*Diário Carioca*, 4 dez. 1959, p. 1). A matéria apresentava uma nota lançada pelo governo, na qual este afirmava que o evento havia sido reprimido prontamente. Do lado esquerdo desta matéria, havia outra publicação, que se estendeu pela página 11, mas com o seguinte título: “Jânio na chave da mosorca” (*Diário Carioca*, 4 dez. 1959, p. 1) e, no corpo de seu conteúdo, estava a discussão em torno das razões que levaram os militares a realizar aquele ato ilegal.

Interessante notarmos que o *DC* utilizou sua irreverência e seu sarcasmo em ambas a manchetes, quando atribuiu ao episódio em Aragarças o adjetivo de “masorca” e ainda associou o tumulto a Quadros, isto é, uma forma sutil de apresentar uma crítica aos opositores de JK. A matéria seguia dizendo que “nos círculos partidários, o sr. Jânio Quadros sempre se notabilizou pela sua repulsa à organização democrática, nunca se entrosando num partido” (*Diário Carioca*, 4 dez. 1959 p. 1). Ainda na mesma página, uma breve reportagem ajudava a compor a capa daquele dia do *DC*. Nela era relatado que o primeiro a receber a informação sobre os militares rebelados havia sido Carlos Lacerda, por meio de um documento intitulado “manifesto”, e que o político e jornalista não quisera expor o conteúdo, alegando que era uma questão de segurança nacional. Todavia, vale pontuarmos que o título da pequena reportagem “Lacerda soube por ‘anônimo’” (*Diário Carioca*, 4 dez. 1959, p. 1) trouxe a palavra “anônimo” utilizando a pontuação do apóstrofo, em uma tentativa discreta de sugerir uma indagação a respeito das informações passadas por Lacerda sobre o caso.

O editorial de Danton Jobim coroava a página ao descrever a atitude dos oficiais como “baderna no estilo de Jacareacanga” (JOBIM, 4 dez. 1959, p. 1) além de indicar que os mesmos

⁷⁷ Governador do Estado de São Paulo à época.

⁷⁸ Tumulto.

militares eram, na realidade, “heróis da indisciplina” (JOBIM, 4 dez. 1959, p. 1). Além dessas observações ácidas, dispostas no artigo de Jobim, há de se analisar também que ele chegou a elogiar a oposição em relação ao episódio, afirmando que esta foi “contrária à aventura, varrendo a testada em face da insânia” (JOBIM, 4 dez. 1959, p. 1), contudo, não deixou de corroborar a reportagem sobre Jânio Quadros por nós acima citada, “Jânio na chave da mosorca”, levantando uma hipótese de que o possível candidato da UDN poderia estar ciente, de alguma forma, dos movimentos realizados pelos oficiais no dia 2 de dezembro. O artigo dizia quando próximo do final:

Chamamos atenção da UDN, entretanto, para a coincidência da renúncia à candidatura do sr. Jânio Quadros verificar-se às vésperas dos sucessos de ontem. É um tema para meditação. *Será difícil afastar-se da suspeita de que o ex-governador conhecia os planos da nova Jacareacanga, cujos autores, e panfletos, confessavam sua filiação ao janismo.* A intenciona visaria a criar as condições psicológicas para um grande movimento de massas pela volta de Jânio” (JOBIM, 4 dez. 1959, p. 1, grifo nosso).

O artigo acima trabalhado por nós vai em uma direção bastante diversa do editorial escrito por Lacerda no mesmo dia 4 de dezembro. Diferentemente de Danton Jobim, o político e proprietário do *Tribuna* não condenou enfaticamente a ação dos oficiais. Muito pelo contrário, os chamou de:

[...] *bravos que se dispuseram ao sacrifício neste país de egoístas e de acomodados,* e erradamente e inoportunamente, desafiaram o comodismo e o egoísmo para dar um exemplo que deve servir de alerta a todos, fizeram, ao menos, alguma coisa (LACERDA, 4 dez. 1959, p. 1, grifo nosso).

É possível observar que há na fala de Carlos Lacerda a negativa em relação ao episódio, mas bastante atenuada ao justificar a atitude destes militares como algo louvável, pois ao menos teriam dado algum tipo de passo na direção de tirar o grupo de JK do poder, segundo o autor. O texto continua suas linhas defendendo que Quadros reavaliasse a desistência à candidatura a presidente no ano seguinte, 1960, e que esta tarefa significava quase que um dever, caso contrário seria omissão de sua parte. Em contrapartida, o editorial, do mesmo dia 4, na coluna “Nossa Opinião” no *Diário Carioca*, o discurso era totalmente contrário. Um ataque direto à figura de Jânio foi desenhado ao longo do artigo, utilizando termos como “farsante” para caracterizar o político. Além disso, o texto ainda questionava como era possível que a UDN ainda abrisse suas portas a Quadros, visto que esse, de acordo com a defesa do editorial, estava politicamente desmoralizado. Carlos Lacerda, inclusive, teve seu nome citado, em uma referência ao apoio dado pelo jornalista a Jânio, durante a descrição negativa que era feita sobre este último:

Até mesmo o sr. Carlos Lacerda, depois da simplicidade com que o farsante confessou

a farsa, deverá sentir um abalo nas suas convicções e uma ponta de remorso pelo mal que fez à nação e ao seu partido. A UDN aceita de volta o candidato infiel, o farsante ridículo, simplesmente porque acredita que não tem outro caminho a palmilhar depois da bobagem que fez (*Diário Carioca*, Coluna Nossa Opinião, 4 dez. 1959, p. 4).

As capas do *Diário* até o dia 6 de dezembro ainda estavam tomadas pelo assunto Aragarças a partir de uma construção de condenação total à rebelião, assim como procurou insinuar que a UDN e Jânio Quadros estavam entre os grandes instigadores do episódio. O *Tribuna da Imprensa* também cedeu espaço ao assunto de maneira intensa, porém com uma retórica muito contrária à do *Diário Carioca*. Segundo a ideia defendida pelo jornal, os atos cometidos pelos oficiais teriam, em algum grau, certa justificativa. A defesa não é feita de forma aberta e explícita, ou seja, fica nas entrelinhas, na escolha das palavras. *O Globo*, por sua vez, escolheu uma linha aparentemente mais neutra. Não buscou justificar a atitude dos militares conforme o *Tribuna*, e a partir de 5 de dezembro já não cedia mais um espaço tão grande em sua capa sobre o assunto. O *DC* usou a sutileza e, por vezes, o sarcasmo, como de costume, para trabalhar a revolta iniciada dias antes, porém, o recurso da crítica mais direta e das insinuações mais bem definidas também foi bastante utilizado. O principal tema de capa, a partir de 6 de dezembro, nestes três jornais, foi a desistência de Jânio Quadros em relação à renúncia à candidatura ao Executivo Nacional, fato este que teria sido o estopim de Aragarças.

Politicamente, JK teve apoio substancial do jornal *Diário Carioca*, fato que se destacou entre os episódios analisados por nós. O discurso sempre cuidadoso com os militares e a busca por uma fala que evidenciasse a importância do presidente no comando político do país foram estratégias marcantes ao longo das publicações do *DC* entre 1955 e 1960. A postura do periódico no cenário nacional daquele momento foi, sem dúvida alguma, caracterizada por uma atuação política, visto que suas publicações sempre estavam repletas de posicionamentos pró-Kubitschek, mesmo quando os problemas do governo eram identificados e as críticas realizadas. Economicamente, JK teve uma importância muito grande para os rumos da história do país. A industrialização nacional foi fortemente impulsionada em seu governo, sendo alvo de debates dentro dos jornais da época. O *Diário*, desempenhando naquele momento um papel de voz de apoio à gestão de Juscelino Kubistchek, também trouxe, em suas inúmeras edições, o tema econômico e suas variáveis diversas. O próximo capítulo possui como meta analisar parte do discurso realizado pelo jornal ao longo da administração de JK.

3 O DCE E O GOVERNO JK: DEBATES ECONÔMICOS

Desde o primeiro governo Vargas, a maneira de se encarar o desenvolvimento econômico do país passava gradativamente por transformações. Neste sentido, havia a ideia de fazer com que o Brasil entrasse definitivamente na rota do sistema capitalista industrial, redesenhando suas estruturas quase que exclusivamente agrário-exportadoras. A postura estadunidense em relação à América Latina, por exemplo, possuía sérias restrições frente a comportamentos nacionalistas e protecionistas. No caso brasileiro, o passado majoritariamente agrícola, passaria por modificações sim, porém, a ampla industrialização seria “tolerada, mas não estimulada, onde intervenção, controle de câmbio e de comércio deviam ceder lugar ao modelo liberal pré 1929, ou, no máximo, a um regime que não enfrentasse os interesses norte-americanos” (CANO, 2005, p. 10).

Contudo, é notório afirmar que essas preocupações e definições de como desenvolver o país não foram elaboradas de uma hora para outra, e muito menos contaram inicialmente com produções teórico-metodológicas dentro das academias por economistas, sociólogos ou cientistas políticos, por exemplo, visto que as faculdades ainda não eram o centro gerador de ideais dessa natureza⁷⁹. Muitas das práticas e elaborações do pensamento político e econômico se formaram de acordo com experiências dentro dos próprios governos e conjunturas históricas. Assim, grande parte das estratégias na área da economia do país vinham de organismos veiculados ao Executivo. Grande exemplo desse fato foram as controvérsias entre dois personagens importantes entre o fim dos anos 1930 e 1950: Roberto Simonsen e Eugenio Gudin⁸⁰, que produziram textos de pareceres, réplicas e tréplicas acerca do ambiente econômico brasileiro. Ambos fizeram parte de conselhos veiculados ao governo federal – não

⁷⁹ As Universidades ainda não são exatamente o centro dos debates políticos e econômicos até aproximadamente o final da década de 1950. Tal fato revela que maior parte do meio universitário ainda estava relativamente fora das discussões sobre estratégias de desenvolvimento econômico e político. Muitas destas instituições de educação superior ainda estavam se formando, por esse motivo a desconfiança em relação ao meio.

⁸⁰ Roberto Cochrane Simonsen foi engenheiro, industrial, administrador, professor e político nascido em Santos, SP, no ano de 1889. Teve sua trajetória marcada por alguns episódios, como por exemplo, a idealização do SENAI e SESI, órgãos ligados à Federação das Indústrias. Produziu uma série de ensaios que procuraram entender as condições socioeconômicas do Brasil, levantando questões referentes à industrialização nacional. Sua postura frente ao processo industrial no país é caracteristicamente nacionalista, aceitando os capitais estrangeiros de forma a beneficiar todos. Já Eugenio Gudin Filho, nascido no Rio de Janeiro em 1886, foi um economista neoliberal, integrante do núcleo intelectual da FGV, que procurou realizar pesquisas a respeito dos aspectos econômicos brasileiros. Teve forte influência no ensino superior na área de economia na UFRJ. Apesar de demonstrar em seus escritos uma preocupação com as condições sociopolíticas da natureza subdesenvolvida do país, Gudin se coloca, diferentemente de Simonsen, contrário à interferência do Estado na economia.

simultaneamente – e detinham um *capital simbólico* e *político* considerável. Gudin, inclusive, foi ministro da economia durante do governo de Café Filho, entre o final de 1954 e início de 55, conforme será apontado por nós mais à frente.

Foi Kubistchek quem deu início concreto para aquilo que podemos chamar de internacionalização da economia. A atração deste tipo de capital acabou por aumentar a demanda interna de indústrias nacionais, seja pela vinda de tecnologias ou pela necessidade da própria cadeia produtiva em formação. JK dizia querer acelerar o país 50 anos em 5. Este lema fazia parte de uma ideologia que tinha por objetivo atrair a massa trabalhadora para o interior de seu projeto, pois as táticas utilizadas para consolidar o capitalismo brasileiro incluíam desde os estímulos ao capital estrangeiro, empréstimos do Estado ao setor privado nacional, até a não oneração fiscal da classe empresarial. Tais medidas acarretaram inflação. Para não destruir, pelo menos inicialmente, o pacto populista, a ideia de desenvolvimento da nação era crucial. Associado a este ponto, o aumento de postos de trabalho “compensava – ao menos temporariamente – os efeitos negativos da inflação sobre o custo de vida e os salários” (MEDONÇA, 1986, p. 57). Estava feito o “tripé” do desenvolvimento brasileiro: Estado, capital estrangeiro e capital nacional, sendo o primeiro gestor e banqueiro das indústrias brasileiras. Brasília foi o marketing primordial de todo este projeto, pois simbolizava crescimento e futuro.

A primeira ocorrência que identificamos de publicação do jornal *Diário Carioca* sobre o Plano de Metas de JK data de 21 de outubro de 1956, no caderno “Economia e Finanças”, jornal de domingo, naquela ocasião contando com 30 páginas⁸¹, em um editorial de Brasília Neto⁸², no qual este expôs em seu artigo diversos pontos a respeito das fontes de financiamento do plano de desenvolvimento econômico. Interessante observar que, logo na parte inicial de seu texto, aparece a questão dos empréstimos internacionais que Kubitscheck iria precisar para dar início aos objetivos de crescimento do país, ou seja, a necessidade da colaboração dos Estados Unidos no processo. O editorial abordou a ida de uma missão brasileira à Capital norte-americana a fim de negociar, em curto prazo, débitos existentes com entidades financeiras internacionais. Dizia em certo ponto que:

[...] a Missão Brasileira que esteve em Washington em julho passado discutiu com as autoridades financeiras norte-americanas apenas a melhor forma de ordenar nossos compromissos imediatos, visando ampliar os financiamentos para o desenvolvimento. Os resultados foram auspiciosos, revelando por parte dos Estados Unidos o claro

⁸¹ Este número variou bastante ao longo da década de 1950.

⁸² Brasília Augusto Machado de Oliveira Neto nasceu em São Paulo, onde se formou em direito. Durante sua vida, além de se tornar político, conseguindo se eleger para os cargos de deputado estadual por São Paulo e Deputado Federal, esteve sempre ligado ao comércio, fazendo parte de entidades de classe empresarial. Eventualmente escrevia editoriais para o jornal *Diário Carioca*. Faleceu em 1968.

propósito de colaborar conosco no plano de ampliar os serviços de infraestrutura econômica (OLIVEIRA NETO, 21 out. 1956, p. 24).

O contraponto de análise neste momento diz respeito à iniciativa do governo Kubitscheck em procurar recursos para as demandas infraestruturais do país, quando, na verdade, esta realidade não condizia exatamente com o que os Estados Unidos objetivavam, de fato, para a América Latina em termos de desenvolvimento econômico, isto é, ansiavam por uma AL que tomasse medidas liberalizantes para o capital internacional. O Brasil, obviamente, se enquadrava neste contexto. Segundo Young:

Os Estados Unidos foram lançados, desta forma, numa posição em que ou ajudavam, ou teriam que manifestar publicamente que não forneciam recursos, o que, conseqüentemente, teria repercussão negativa tanto na América Latina, quanto nos demais países periféricos (YOUNG, 2014, p. 134).

De qualquer forma, o olhar do *DC* sobre o plano de desenvolvimento econômico de JK e as formas de obtenção de recursos estavam sendo bem-vistas pelo jornal, apesar de Oliveira Neto ressaltar que tais financiamentos só chegariam até nós, caso conseguíssemos “deter a pressão inflacionária” (OLIVEIRA NETO, 21 out. 1956, p. 24), e que, nas palavras do jornalista, havia “esforço consciente nesse sentido” (OLIVEIRA NETO, 21 out. 1956, p. 24) por parte do governo. As metas almejadas pelo presidente para o desenvolvimento econômico do país prescindiam de um órgão que conseguisse dar conta da organização destes objetivos.

Para tanto, foi criado, em 1 de fevereiro de 1956, o Conselho de Desenvolvimento Econômico, encarregado, na prática, de viabilizar o Plano de Metas. Sua composição era ampla, desde ministros de Estado a membros dos gabinetes civil e militar, além dos presidentes do Banco do Brasil e BNDE, sendo, por sua vez, um aparato da administração pública que estava diretamente subordinado ao Presidente. É interessante ressaltar que JK não buscou criar um Ministério da Economia, conforme algumas correntes, inclusive dentro do Congresso, defendiam. A Fazenda seria, então, a principal pasta a coordenar a formulação e a execução das políticas econômicas em seu governo.

No *DC* é possível percebermos uma forte defesa desta linha de atuação escolhida por Kubitscheck, inclusive no que diz respeito ao projeto que tramitava na Câmara dos Deputados para criação do Ministério acima citado. A opinião do periódico é de que a intenção da proposta idealizada pelo parlamentar Israel Pinheiro, à época, era justificável até certo ponto, pois a formação de mais uma pasta, de acordo com a coluna “Nossa Opinião” de janeiro de 1956, poderia gerar problemas de ordens “burocráticas em escala injustificada” (*Diário Carioca*, 1956, p. 4), visto que haveria uma possível rivalidade “em providências nem sempre ajustadas entre si” (*Diário Carioca*, 1956, p. 4), fora o aumento das despesas com pessoal. Todavia, é

importante identificarmos a característica apontada em nosso primeiro capítulo de que, dentro do *Diário Carioca*, não havia uma inflexibilidade autoritária em relação a certas opiniões de jornalistas que pudessem discordar em algum nível da opinião oficial do jornal. Por exemplo, ainda sobre o tema da necessidade de se criar a pasta ministerial (em trânsito na Câmara à época), um editorial de Áttila Carvalhaes Pinheiro, publicado dois dias após o decreto de criação do CDE⁸³, afirmou que o governo, em seu propósito desenvolvimentista, não poderia renunciar a um Ministério da Economia, pois, segundo o jornalista, seria um órgão capaz de “defender, com sucesso, a orientação de uma política econômica” (PINHEIRO, 1956, p. 4).

O engajamento político do *Diário Carioca* em relação ao governo de JK era bastante perceptível, tanto que a forma como o governo conduzia o plano de desenvolvimento do país, na maioria das vezes, era bastante elogiada pelo jornal. O *DC* chegou, por exemplo, a promover um evento, em conjunto com empresários brasileiros, em junho de 1956, no qual foram debatidos assuntos relativos ao estímulo a empreendimentos, tanto no setor público quanto privado. A ideia era oportunizar mesas redondas com figuras providas de “know-how” no campo econômico e, assim, organizar um documento repleto de ideias e sugestões para o governo. Entre os participantes da reunião estavam o próprio presidente do Conselho de Desenvolvimento, Lucas Lopes⁸⁴; o Ministro da Fazenda, José Maria Alkmim; João Guilherme de Aragão, diretor da SUMOC; além de outros integrantes desta mesma agência, algumas delegações, como, por exemplo, a de alunos da Faculdade de Ciências Econômicas da atual UFRJ.

O *Diário*, ao noticiar a realização do evento, procurou deixar claro que todos os envolvidos eram “da maior projeção e prestígio do Governo” (*Diário Carioca*, 1956, p. 3) e este último encarava “as conclusões obtidas, como inestimável contribuição das entidades privadas ao Poder Público” (*Diário Carioca*, 1956, p. 3). O matutino anunciou, em 24 de maio de 1956, que o evento seria inaugurado pelo Ministro da Fazenda e, durante as edições dos dias seguintes, o jornal tratou de apresentar aos leitores os resultados alcançados no decorrer do evento, ao qual fazia menção como “*panel*”⁸⁵.

O Plano de Metas de Juscelino envolvia inúmeras variáveis econômicas para sua aplicabilidade. Uma delas era a questão da balança de pagamentos do país. O Brasil, como

⁸³ Conselho de Desenvolvimento Econômico.

⁸⁴ Engenheiro e político brasileiro que chegou a ser presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e do BNDE durante o governo de JK. Posteriormente, assumiu a pasta da Fazenda, quando sofreu fortes pressões de diversos setores (em especial nacionalistas) da sociedade. Foi substituído em 1959.

⁸⁵ Reunião de um pequeno grupo de pessoas para discutir certos assuntos.

anteriormente citado por nós, ainda era muito dependente das divisas disponibilizadas por meio das exportações do nosso principal produto, o café, além de outros segmentos da economia rural. E esse sempre foi um assunto bastante debatido pelos jornais. Durante muito tempo, o *DC* criticou as estratégias definidas por governos anteriores em relação ao tema, ainda mais porque envolvia questões conectadas à política e a grupos políticos.

Contudo, este tom mais áspero do jornal recebeu uma retórica menos carregada de críticas negativas a partir de 1956. O *DC* continuou demonstrando suas preocupações em relação ao tema, todavia, com abordagens mais amenas e que demonstravam a grande relevância deste fator para o desenvolvimento do país, pois teria conexão direta com os avanços industriais. Por exemplo, em 24 de janeiro de 1956, a coluna “Panorama Econômico” trouxe uma reportagem sobre o potencial exportador da agropecuária brasileira, afirmando que era necessário investir pesadamente na área, visto que traria um elevado nível de receita para o país, possibilitando, “consequentemente, obter moedas fortes para o equilíbrio de seu balanço de pagamentos” (*Diário Carioca*, 24 jan. 1956, p. 5), mas que esta condição econômica não poderia ficar apenas no campo das ideias.

Em outra edição, agora do dia 2 de fevereiro daquele mesmo ano, na mesma coluna indicada mais acima, há mais uma reportagem sobre questão agrária do país, porém, na ocasião, o debate possuía relação com a produção cafeeira e os caminhos a serem percorridos pelo Ministro Alkmin para lidar com o setor e gerar crescimento econômico para o Brasil. A matéria abordou o discurso de posse do chefe da pasta da Fazenda, sustentando que o conteúdo das palavras de José Maria Alkimim era de grande importância, e que faziam parte de “vasto programa a ser executado à frente daquele Ministério, particularmente no que diz respeito ao café” (*Diário Carioca*, 2 fev. 1956, p. 5). Na continuação, a publicação avança no tema, indicando que havia uma preocupação por parte de Alkmin em diversificar nossas exportações, pois, desta forma, estar-se-ia criando um “meio de se alcançar o equilíbrio de nossa balança comercial e do nosso balanço de pagamentos” (*Diário Carioca*, 2 fev. 1956, p. 5), e que, segundo o jornal, era um dos assuntos mais “delicados da atual conjuntura brasileira” (*Diário Carioca*, 2 fev. 1956, p. 5).

De diversas formas o assunto “balanço de pagamentos” surgia ao longo das páginas do *Diário*. Por exemplo, ao avançarmos um pouco mais no tempo, em 1958, o *DC* publicou uma

entrevista realizada pelo jornalista Victor Márcio Konder⁸⁶ a Sydney Alberto Latini⁸⁷, na qual este explicou, resumidamente, um pouco da história do balanço de pagamentos no Brasil e quais foram as estratégias adotadas pelos governos até aquele momento. A entrevista se encontra, de forma bastante destacada, no caderno Economia e Finanças, do dia 12 de janeiro de 1958, distribuída, por sua vez, ao longo de meia página da seção, e o título – em caixa alta e ocupando toda a parte superior da página – veio assim escrito: “Valioso papel do Balanço de Pagamentos” (KONDER, 1958, p. 14). Antes da apresentação da entrevista propriamente dita, o jornalista traz um pequeno retrospecto da vida acadêmica e profissional de Latini, buscando, desta forma, conferir a este um *capital cultural e simbólico* importante, ou seja, justificando, assim, a propriedade de tudo aquilo que seria dito ao longo da conversa que teve com Konder.

O entrevistado reiterou em sua fala que a forma como os governos vinham encarando a questão da balança de pagamentos havia mudado bastante, principalmente a partir de meados da década de 1940, e que o método estatístico era um forte aliado para uma análise mais aprimorada das nuances econômicas, sendo possível, assim, lidar melhor com o investidor estrangeiro. Latini dá especial atenção à maneira como este fator estava sendo encarado pelo governo JK, e que o Plano de Metas estava “se beneficiando extraordinariamente dessas projeções do balanço de pagamentos”, (KONDER, 1958, p. 14) além do fato de os “interesses do Brasil terem sido mais bem resguardados” (KONDER, 1958, p. 14). A entrevista concedida ainda trabalhou a ideia de que o capital estrangeiro estava mais confiante no Brasil. A explicação dada por Latini foi assim exposta:

Esse grande interesse verificado nos últimos anos se dava à programação do desenvolvimento econômico do Brasil em bases racionais e às medidas corajosas que vêm sendo tomadas pelo Governo para reduzir os efeitos maléficos de um surto inflacionário inevitável num país em fase de desenvolvimento como é o Brasil” (KONDER, 1958, p. 14).

A fala do entrevistado ainda aborda, mais para o final, uma forte defesa da indústria automobilística no país, indicando que esta estava sendo pautada em bases bem estruturadas, de acordo com a fala de Latini. Outro tema importante que vinha associado ao debate sobre o Plano de Metas era o da inflação. O processo inflacionário sempre foi algo particular nas

⁸⁶ Jornalista pelo *Diário Carioca* no final da década de 1950 até meados da década de 1960, quando o *DC* fechou suas portas. Foi também professor na UESC, após ter se formado em Ciências Sociais pela UFRJ.

⁸⁷ Latini fez parte do Conselho Redatorial da revista *Econômica Brasileira* (criada em 1955), a qual também pertenceu a Celso Furtado. Latini pertencia a um grupo de economistas da linha nacional-desenvolvimentista. Trabalhou como chefe da Divisão de Balanço de Pagamentos da SUMOC entre 1952 e 1956, sendo transferido a partir deste ano para o cargo de chefia de Divisão de Investimentos e Financiamentos Estrangeiros da mesma agência durante o governo de JK. Além desta bagagem, Latini chegou a ser “redator de assuntos econômicos do *Diário Carioca*” (KONDER, 1958, p. 14).

análises econômicas de um país. No Brasil, ao longo do século XX, o assunto se tornou algo bastante discutido em diversos meios.

Após a Segunda Guerra e o surgimento de órgãos internacionais, como a CEPAL, por exemplo, o assunto desenvolvimento econômico acabava trabalhando, necessariamente, a questão acima citada. A argumentação que se processava entre os intelectuais daquela entidade era de que, na América Latina, a inflação era resultado de “problemas nas estruturas das economias” (CAMPOS, 2007, p. 29), e não apenas fruto de regulação da monetária. O órgão veiculado à ONU teve grande participação nas conversas que permearam o estilo de crescimento econômico que JK buscou pôr em prática ao longo de seu governo. Dentro desta perspectiva, o que JK possuía de concepção de desenvolvimento era justamente a expansão estrutural do país, visando, assim, o tripé energia, transporte e alimentação. Entretanto, existia em paralelo todo um discurso, no qual a contenção de despesas e equilíbrio orçamentário, com finalidade de se positivar a balança de pagamentos, eram metas para se conter a inflação.

Os discursos de Kubitscheck tinham o objetivo de tornar viva a ideia de que o governo estava empenhado em fazer o país crescer e tornar o custo de vida da população mais barato. JK nunca negou a existência do problema inflacionário que pairava sobre a economia nacional, contudo, o que é possível perceber é que as medidas de controle da inflação no país funcionavam a partir de “remédios” paliativos que acabavam operando mais no sentido de “ter o que apresentar” (CAMPOS, 2007, p. 31) à população e ao FMI (Fundo Monetário Internacional). Alinhada a este discurso, a figura de Roberto Campos⁸⁸ dava sustentação à forma de encarar o problema dentro do governo. Campos, a esta altura, ainda tinha uma visão econômica dos países da América Latina que considerava “a inflação como um elemento intrínseco ao processo de industrialização” (CAMPOS *apud* SOBRAL; BITTENCOURT, 2010, p. 10), sendo que, quando havia equívoco quanto às políticas de emissão de moedas, a inflação poderia ser impulsionada de forma negativa. Desta maneira, a ideia de expansão da economia, tomando por base o crescimento produtivo em vários setores, a começar pelo infraestrutural, era fundamental ao desenvolvimento brasileiro.

Muitos dos discursos do governo, que ambicionavam criar em torno do Plano de Metas toda uma lógica de essencialidade ao país, acabavam, em muitas ocasiões, relacionando o tópico da inflação aos mecanismos de controle de crédito para que os investimentos não cessassem, tanto no setor privado quanto no público. Porém, o que se viu na prática foi o enfrentamento de alguns problemas no campo da disponibilidade de moedas durante a gestão Kubitscheck. Entre

⁸⁸ Roberto de Oliveira Campos, membro da ABL (Academia Brasileira de Letras), foi um economista, professor, escritor, diplomata e político brasileiro. No governo JK foi Ministro do Planejamento.

estes, um é merecedor de certo destaque: a previsão de capitais para os investimentos desejados pelo governo não ficou tão clara, principalmente para a construção de Brasília. Além disso, os setores privados, por exemplo, não aceitariam com tranquilidade a redução creditícia. Tudo isso ocasionou a criação de uma grande “bola de neve”, que explodiria anos mais tarde, apesar de os efeitos amargos serem sentidos pela população ainda no decorrer da administração de Juscelino.

Assim que o presidente eleito em 1955 assumiu o cargo, em 31 de janeiro de 1956, um discurso foi realizado por ele na rádio durante o programa Voz do Brasil. Neste, o Chefe do Executivo tratava da questão da inflação, admitindo ser este um problema sério que o Brasil enfrentava e que iria trabalhar no sentido de resolvê-lo. O Ministro da Fazenda, José Maria Alkimin, estava junto de JK nesta ocasião, e ambos concluíram uma fala que estava em bastante sintonia. Em 19 de fevereiro de 1956, o *Diário Carioca*, trouxe na coluna “Nossa Opinião” sua análise sobre este discurso do Presidente. Em certa altura do artigo, a Coluna apresentou a seguinte fala de José Maria:

O aumento imoderado dos meios de pagamento e a exagerada expansão do crédito, estimulando o consumo desordenado, tudo isto compôs um clima de alta constante nos preços do que produzimos com regularidade, e mesmo do que não produzimos (*Diário Carioca*, 19 fev. 1956, p. 4).

Tal afirmação do chefe da pasta da Fazenda vai ao encontro das informações que veiculávamos um pouco mais acima a respeito da forma como era compreendido o processo inflacionário no Brasil. JK, por sua vez, no mesmo discurso, afirmava a necessidade de buscar uma política de poupança e contenção de gastos supérfluos, a fim de que as metas de expansão e desenvolvimento econômico fossem alcançadas, e que seus efeitos seriam sentidos por volta de um prazo de 2 anos. A visão do jornal sobre a fala de JK e Alkimin foi muita animadora, pois afirmava explicitamente que esta era a forma mais correta de se encarar o problema da inflação no país, sempre identificada pelo *DC* como extremamente problemática. O artigo assim afirmava:

Nada como se vê, mais afinado um pelo outro. Nada mais acertado, como diagnóstico e como terapêutica. Que o mal do Brasil é a inflação não é mais questão de ponto de vista: é a evidência dos números. Que o único meio de combater, de fato, tal moléstia econômico-financeira consiste num trabalho de reequilibrar os meios de pagamento com os da produção [...] *Claro como água. Contra isto só podem se colocar contra os especuladores, porque estes vivem da miséria do povo e do empobrecimento da Nação* (*Diário Carioca*, Coluna Nossa Opinião, 1956, p. 4, grifo nosso).

Algo de interessante e sutil neste artigo de opinião do *Diário* para percebermos. O jornal trabalha a ideia de que o projeto de JK possuía como propósito o desenvolvimento para o bem da nação, estando o governo, assim, comprometido em sanar os problemas relacionados ao

trinômio produção/inflação/balança de pagamentos. Isto significaria, na prática, que o Executivo buscava uma forma de salvar o país de especuladores, visto que estes que se fortalecem comumente do desnivelamento entre aqueles pontos. Neste sentido, é possível concluir que a opinião do jornal, nesta e em diversas outras publicações posteriores, se caracterizou, na verdade, como uma forma de corroborar a propaganda que o governo iria se empenhar em realizar ao longo dos anos seguintes sobre as políticas econômicas, ou seja, estava em curso, com o auxílio do campo jornalístico, a edificação do pacto populista.

Em outra publicação da coluna “Panorama Econômico”, de 25 de fevereiro de 1956, o *DC* volta a abordar o tópico inflação, realizando novamente uma análise a respeito da especulação financeira e sua relação com a inflação e o tema salarial. A análise da reportagem estava pautada na tese de que o custo de vida havia crescido muito no Brasil a partir de 1955, e que o binômio “salários-preços” estava inflando o processo inflacionário no país, afetando várias classes trabalhadoras, inclusive do funcionalismo público. Para tanto, o periódico dizia ser urgente “assumir medidas rigorosas contra essas forças especulativas no país, como a adoção de várias outras providências anti-inflacionárias” (*Diário Carioca*, 25 fev. 1956, p. 5), além de ser importante também, segundo observação feita pela matéria, procurar trabalhar melhor a questão cambial no país. Tais medidas, somadas a uma expansão econômica baseada em investimentos de infraestrutura, seriam valiosas ao país e à população. Dizia a reportagem em seu último parágrafo, ao qual devemos nos atentar, que há a menção, mesmo que de forma indireta, a alguns pontos do Plano de Metas:

Devemos, também, enfrentar os pontos de estrangulamento de nossa economia, assim o plano de silagem e armazenamento, elevação de nossa capacidade de produção de energia elétrica⁸⁹, melhoria de nossas condições de transporte e, por fim, mecanização e nossa lavoura, a fim de que possamos produzir economicamente e concorrer nos mercados internacionais a preços competitivos (*Diário Carioca*, Coluna Panorama Econômico, 25 fev. 1956, p. 5, grifos nossos).

O *Diário Carioca* dialogava com o leitor em suas páginas no ano de 1956 com um discurso altamente positivo e certo do êxito de Kubitscheck. Apresentava ao longo de várias de suas reportagens que o problema inflacionário no país seria combatido pelo presidente e que, como consequência, haveria um aumento da produtividade no país, assim como o crescimento da renda nacional. A coluna “Panorama Econômico” trouxe, mais uma vez e de forma bem clara, esta temática em outra publicação um pouco antes de JK assumir a presidência. O artigo de destaque da Coluna, à qual fazemos referência, afirmou que “o propósito do próximo

⁸⁹ A expansão da produção energética no país e o investimento em armazenagem de grãos (especialmente o trigo) eram pontos importantes dentro do Plano de Metas, além da questão dos transportes.

Governo é elevar a renda nacional através do aumento intensivo da produção, sendo fácil inferir-se que não somente conseguirá expandir a riqueza nacional, como dar controle frontal à inflação” (*Diário Carioca*, 1956, p. 4); o texto ainda ratificava esta certeza, dizendo que existia a segurança “do êxito do Governo do sr. Juscelino Kubitschek” (*Diário Carioca*, 1956, p. 4).

A defesa dos rumos da política econômica foi também reforçada por Macedo Soares em meados daquele mesmo ano, quando este escreveu de maneira bastante enfática, em um de seus editoriais de capa, sobre o desequilíbrio entre preços e produção. Dizia Soares que havia, de fato, um problema sério de ordem inflacionária no país e que este pesava sobre o desenvolvimento industrial, todavia, segundo o jornalista, “o Presidente, nesse painel de tempestade que o país está verificando, é sua perfeita honradez, sua vigilância, seu esforço de trabalho e de luta, ao mesmo tempo a bravura e o patriotismo” (SOARES, 1956, p. 1) que iriam “servir e salvar o Brasil” (SOARES, 1956, p. 1).

Em 1957, os jornais de oposição, como o *Tribuna da Imprensa*, por exemplo, utilizavam, entre algumas estratégias, o questionamento às políticas anti-inflacionárias do Governo Federal, bem como o discurso assumido pelo Poder Executivo para dar conta do problema. As justificativas para explicar a existência de um processo inflacionário no país giravam em torno da ideia de que no setor de bens de subsistência, seu transporte e armazenamento, pilares da economia, havia sérias deficiências que tinham começado em governos anteriores. Associado a este problema, JK procurava explicar a inflação por meio “do aumento do déficit orçamentário⁹⁰ muito relacionado às emissões monetárias e ao aumento dos salários dos servidores civis”⁹¹ (CAMPOS, 2007, p. 35) em governos anteriores. Logo, ele estaria herdando tal situação. Enquanto o presidente apresentava estes fatos em suas falas, a imprensa de oposição, como o *Tribuna*, utilizava este mesmo argumento, só que evidenciando que o governo emitia moedas⁹², aumentava impostos e fazia com que bens de consumo e transporte aumentassem significativamente o custo de vida, daí a inflação. Ou seja, as alegações de Juscelino eram aplicadas contra ele mesmo.

Em um editorial de 22 janeiro de 1957, assinado por Alberto Deodato⁹³, a forma como

⁹⁰ Insta observar neste ponto em especial que, quando JK fala em aumento dos débitos orçamentários, está adotando uma visão monetarista da economia, visto que identifica na política de emissão de moedas um problema que contribui para o aumento da inflação.

⁹¹ É preciso atentar-se ao detalhe de que os militares não estavam no rol de problemas orçamentários de Juscelino.

⁹² Os empréstimos realizados no país eram não apenas realizados por bancos públicos, mas também privados, que tinha no Banco do Brasil seu regulador para tal fim.

⁹³ Político e jornalista sergipano que se destacou na década de 1950 por ser uma das lideranças dentro da UDN.

o governo desenvolvia estratégias de contenção inflacionária foram fortemente recriminadas. A argumentação utilizada era exatamente aquela identificada mais acima por nós. O artigo dizia, entre outros pontos, que a questão da emissão de moeda e a contenção de despesas do governo possuía relação direta com a inflação, utilizando durante o texto o recurso da ironia e do sarcasmo:

Sopraram-lhe⁹⁴ que a *suspensão de obras supérfluas* e a não criação de novos cargos públicos eram remédios, também, contra a inflação. Que faz? Suspende obras já em execução. *Mas multiplica outras que ficam mil vezes mais dispendiosas.* [...] *Contaram ao Ministro da Fazenda que o empréstimo interno dá efeitos anti-inflacionários, porque diminui o meio circulante. Que faz o homem? Lança letras do Tesouro, a juros de 8%, pagáveis em três e seis meses. Resultado: estúpido aumento, em bilhões, do meio circulante e emissão de papel-moeda daqui a seis meses para pagar as letras* (DEODATO, 22 jan. 1957, p. 4, grifos nossos).

Enfim, fica bastante clara a observação no artigo de uma crítica às obras pertencentes ao Plano de Metas e à política de emissão monetária do governo. Caminhando em outra direção de argumentação, o *Diário Carioca* persistia no discurso que ia ao encontro daquele defendido pelo próprio Presidente da República, isto é, endossando a fala na qual se detectava que a disparidade entre preços e salários, logo aumento do custo de vida, poderia ser sanada, entre outras medidas, com a expansão da produção em diversos setores. Além dessa retórica, o *DC* também entendia que os déficits do governo se configuravam como uma questão importante da administração, estando aquele empenhado em resolver o problema. Alguns textos publicados em 1957 acabam por confirmar tal afirmação. Dois editoriais de Danton Jobim são interessantes ao nosso estudo neste momento. O primeiro é logo do dia 1 de janeiro daquele ano, no qual o jornalista vem afirmando que o período que estava se iniciando naquele momento era da “estabilização financeira” (JOBIM, 1 jan. 1957, p. 1), e, ainda de acordo com redator-chefe do *DC*:

Daremos um grande *passo para o equilíbrio entre a receita e a despesa nacionais*, graças aos recursos que o Governo obteve através do aumento de certos impostos, único meio não inflacionário de que poderia dispor para dominar o caos que *herdou de seus antecessores* [...]. Este ano arrecadou-se bem, no ano que vem, devemos arrecadar ainda melhor com as providências tomadas e em execução. Assim, o *Governo pode prosseguir na execução de seus planos de desenvolvimento sem que lhe faltem recursos normais para isso ou melhor, sem que tenha de acelerar a máquina de emitir* (JOBIM, 1 jan. 1957, p. 1, grifos nossos).

Antenemo-nos ao fato de que Jobim, assim como JK em suas falas, creditava a governos anteriores o problema da inflação. Além disso, depositava textualmente a confiança de que a relação entre os preços e os salários iria melhorar, graças às políticas governamentais

⁹⁴ Neste ponto Alberto Deodato se refere às articulações da política econômica liderada por José Maria Alkimin.

implementadas, visto que estas seriam o foco de trabalho do Executivo e, por consequência, o desenvolvimento econômico prometido pelo presidente. Na prática, o que Danton defendia era que a balança de pagamentos seria positivada, diminuindo a força inflacionária e proporcionando, desta forma, redução nas emissões de moeda. Era um discurso bastante alinhado com o do governo.

No mês seguinte a este editorial, mais especificamente em 8 de fevereiro, Jobim trouxe mais um artigo em apoio às medidas adotadas até então. Neste, o jornalista apresentou que o nível dos impostos – normal dentro da lógica do editorialista – não estava absurdamente desacompanhada dos valores salariais dos trabalhadores em geral. Segundo Danton, a “alta dos preços com a alta dos salários dos trabalhadores e dos servidores públicos, verificamos que aquela não acompanhou nem de longe o aumento dos vencimentos” (JOBIM, 8 fev. 1957, p. 1). A coluna “Panorama Econômico”, de 10 de fevereiro também de 1957, seguiu a mesma linha de análise proposta por Jobim, ao afirmar que no ano de 1956 o Brasil “deu um grande passo para a produção de 1 milhão de toneladas de lingotes de aço pela Usina de Volta Redonda” (*Diário Carioca*, 10 fev. 1957, p. 5). Neste ponto a reportagem enxergou que o país estava crescendo industrialmente e que isso teria atenuado o processo inflacionário de forma considerável. Esta argumentação foi muito reforçada no intuito de combater as publicações feitas especialmente pela *Tribuna da Imprensa* que, procurava, conforme citado anteriormente, usar justamente a retórica do governo contra ele mesmo. A matéria da coluna “Panorama Econômico” terminou afirmando que:

Relativamente à inflação, o Governo, também, cumpriu com seu dever. Combateu-a com os meios clássicos ao seu alcance. Baixou a Instrução 135⁹⁵ que disciplinou o crédito bancário e impediu sua utilização para fins especulativos. Que deveria mais fazer? (*Diário Carioca*, 10 fev. 1957, p. 5).

Percebemos neste trecho que o *Diário* sustentou, de certo modo, o discurso do governo, afirmando que a emissão de moedas havia reduzido. Em 1957, o jornal continuava com sua posição pró-governo. Não que o *DC* negasse a existência da inflação, situação fato durante o período JK, porém, as falas dentro dos editoriais, reportagens e demais matérias sobre o tema, direta ou indiretamente, buscavam justificar que, para desinflacionar, a administração pública precisava realizar sacrifícios em algumas áreas. De fato, o Plano de Metas de JK carecia de capitais, e estes acabaram tendo como fonte “empréstimos do Banco do Brasil ao Tesouro” (FERRO, 2013, p. 52). A grande questão para pontuarmos aqui é que os objetivos econômicos

⁹⁵ A Instrução 135 é de 19 de julho de 1956 e tinha por objetivo restringir o crédito bancário ao setor privado. Esta foi uma das alternativas adotadas na política monetária de JK para viabilizar a concessão de crédito aos investimentos do setor público, procurando, desta forma, buscar também conter o processo inflacionário.

almejados pelo Plano de JK ocasionaram déficits orçamentários que não demonstravam compatibilidade com o controle da inflação, daí ocorrer um desnível na emissão monetária. De qualquer modo, esta situação não se revelou de todo ruim para o setor privado, pois este acabou se beneficiando disso para expansão de seus negócios. Além destes, outros fatores indicavam a alta inflacionária no país, como por exemplo a questão das exportações de café e a questão das taxas de câmbio, além da ausência de previsões orçamentárias sólidas para a construção de Brasília – talvez a meta mais ambiciosa de Kubitscheck. Contudo, os efeitos altamente danosos da inflação foram sentidos no país de forma mais acentuada a partir do início da década de 1960.

O *Diário Carioca*, “aplaudia” a conduta do governo frente ao combate inflacionário, e ainda questionava a imprensa de oposição (especialmente o *Tribuna*) sobre as críticas empreendidas ao Executivo. Aliados à defesa das políticas de combate à inflação, foram publicadas diversas vezes no *DC* artigos e matérias que valorizavam, sobremaneira, o Plano de Metas e os incentivos realizados para atrair capitais estrangeiros para o Brasil. Dois editoriais da coluna “Nossa Opinião” de 1957 exemplificam nossa afirmação. O primeiro foi veiculado em 7 de fevereiro, quando o *Diário* trouxe em sua página 4 a afirmação de que o Brasil iria progredir muito economicamente e que as promessas de campanha e os esforços realizados por JK já não tinham mais por que serem postos em dúvida. O editorial vinha afirmando que:

Hoje já ninguém duvida de que as metas programáticas serão atingidas. Hoje são poucos os que duvidam de que, em cinco anos⁹⁶, progrediremos cinquenta. [...] Juscelino Kubitscheck pôde prever com tranquilidade que as metas serão ultrapassadas pelo menos em três setores básicos – petróleo, energia elétrica e transportes. [...]. São estes os três setores fundamentais ao desenvolvimento econômico [...]. O Presidente da República está dando às elites brasileiras, trabalhadas sistematicamente pelos céticos, os descrentes e os incapazes, uma fecunda lição de eficiência e de fé (Diário Carioca, 7 fev. 1957, p. 4, grifos nossos).

No final do mesmo ano, a opinião do jornal mostrava-se igual. O artigo da mesma coluna com o título “Estabilidade e progresso” (*Diário Carioca*, 1957, p. 4) trazia uma visão bastante positiva face aos rumos econômicos do país, ratificando que a oposição continuava incrédula em relação ao governo e suas políticas anti-inflacionárias e de desenvolvimento nacional. Após uma introdução no primeiro parágrafo, na qual expunha a ocorrência de certa queda nos índices dos preços, segundo dados levantados à época pela Fundação Getúlio Vargas, o editorial indicava que:

Esses dados vêm comprovar as recentes afirmações do Ministro da Fazenda, recebidas com incredulidade pela Oposição, de que a inflação estava contida e de que, em 1958, estaríamos no plano da estabilidade [...]. As medidas adotadas pelo Governo na luta

⁹⁶ Referência ao Plano de Metas.

anti-inflacionária estavam certas e foram maravilhosamente entrosadas com a realização de grandes obras públicas e a política de incentivo ao investimento privado estrangeiro e nacional [...]. A superação da crise econômico-financeira, no que ela tem de fundamental, entrosa-se com a completa consolidação política do Governo (*Diário Carioca*, 1957, p. 4).

Apesar de o *Diário Carioca* adotar uma postura bastante favorável a Juscelino, não podemos creditar ao periódico uma conduta absolutamente isenta de crítica e questionamento em relação àquele. Destarte, o ponto importante a destacarmos era o tom utilizado em diversas publicações sobre os planos político-econômicos do Governo Federal, ou seja, o jornal expunha seus posicionamentos em relação aos problemas ocorridos na gestão JK sem assumir um discurso de virulência ou negativismo. O *DC* também pontuava em algumas publicações questões referentes a possíveis melhoras na conduta e nas análises empreendidas pelo governo em relação à economia brasileira, sem, contudo, expor uma ideia de desaprovação e descrença.

Neste sentido, combinava, em inúmeros de seus editoriais, reportagens e demais tipos de publicações e análises econômicas com a identificação de problemas ou possíveis aprimoramentos, mas sempre mantendo o ar de confiança na capacidade do Executivo em garantir o desenvolvimento do país. Um exemplo desse tipo de discurso ao qual estamos fazendo referência foi o debate promovido pela coluna “Panorama Econômico” em 11 de abril de 1958, quando seu principal artigo avaliou que a industrialização no país não estava caminhando “a passos seguros para uma integralização equilibrada e muito expressiva” (*Diário Carioca*, 11 abr. 1958, p. 5), como alguns índices da época apontavam, segundo a exposição do periódico. Ainda conforme a Coluna, faltava uma reflexão mais ampla sobre o setor industrial, pois, apesar do avanço em diversas áreas, como o da energia, era necessário estudar mais a fundo as possibilidades de expansão no ramo, até mesmo para que os produtos que estavam sendo importados pudessem ser produzidos em solo brasileiro. Essas considerações do *Diário* revelam que a retórica questionadora do jornal era bem sutil e suave em relação ao governo. Ao fim, o texto mais uma vez deposita confiança no trabalho de Juscelino, dizendo:

Os derrotistas costumam dizer que tudo isso é otimismo, que o Governo é otimista. Mas a verdade é que a economia nacional está se fortalecendo a olhos vistos. Nos atreveríamos a dizer que existe ainda timidez tanto por parte do Governo como dos empreendedores nacionais. O ministro Whitaker nos disse, certa vez, que algumas pessoas não acreditam na capacidade da indústria nacional porque viajam demais para os Estados Unidos e passam muito pouco tempo sem dar um pula em São Paulo (*Diário Carioca*, 11 abr. 1958, p. 5).

Na realidade, desde o início do ano de 1958, é possível observarmos certas preocupações por parte do *DC* com o avançar industrial do país, promessa de campanha de JK. O *Diário*, sempre que pontuava problemas de gestão no Plano de Metas, o fazia sem deixar de evidenciar

que havia em curso um significativo desenvolvimento econômico nacional, puxado, substancialmente, pela política industrialista de Juscelino. A coluna “Panorama Econômico” trazia constantemente esse debate. Havia uma avaliação por parte do jornal que, àquela altura da administração de Kubitschek, apesar de avanços importantes, ainda existia a necessidade de aumentar os esforços, principalmente no setor da indústria de produção, pilar para o de bens de consumo. Desta forma, a opinião do periódico em relação ao tema indicava que era preciso intensificar os planos de desenvolvimento no ramo de bens de consumo e de base, visto que o primeiro experimentara nos últimos anos um aumento positivo. Para tanto, era interessante, inclusive, segundo o jornal, que fossem estudadas com maior atenção as participações do capital estrangeiro no país. Nos dias 1 e 3 de janeiro de 1958, a Coluna avaliada por nós neste momento trouxe o assunto indicando que:

[...] acreditamos que é preciso mais. É preciso programar o desenvolvimento industrial em conjunto. Sob o aspecto da participação dos capitais estrangeiros, da localização de acordo com o tipo de investimento e disponibilidade de mão-de-obra, energia, matérias-primas etc., e sob esse aspecto que hoje abordamos: o de equacionar a necessidade de bens de produção fabricados no país. Esta é uma providência importante para que o desenvolvimento industrial seja mais harmônico e menos oneroso ao balanço de pagamentos (*Diário Carioca*, Coluna Panorama Econômico, 1958, p. 5).

Dois dias após a publicação exposta acima, a mesma coluna retomou o tema, evidenciando em seu texto que os projetos industrializantes do governo significavam “um esforço extraordinário e um complemento decisivo ao desenvolvimento econômico” (*Diário Carioca*, coluna Panorama Econômico, 5 fev. 1958, p. 5), e que era preciso notar que “os capitais estrangeiros que afluíram ao Brasil foram elevadíssimos e muito superiores aos últimos anos” (*Diário Carioca*, coluna Panorama Econômico, 5 fev. 1958, p. 5). Ao fim, o artigo indicou que a inflação havia sido atenuada – fato que nos remete à ideia já exposta neste trabalho de que o discurso do *DC* estava em consonância com o do governo – e que o ano anterior até teria sido marcado, entre outras coisas, “por fatores desfavoráveis pela conjuntura econômica” (*Diário Carioca*, coluna Panorama Econômico, 5 fev. 1958, p. 5), porém, todos os demais quesitos, como “desenvolvimento industrial ativo, infraestrutura fortalecida, alta dos preços reduzida e setor monetário” (*Diário Carioca*, Coluna Panorama Econômico, 5 fev. 1958, p. 5) teriam sido caracterizados positivamente. O *DC* reforçou, desta maneira, um posicionamento ainda pró-governo JK. As considerações de tom crítico eram sempre suavizadas por meio de um discurso que evidenciava os planos econômicos como altamente benéficos ao país.

Analisar edições publicadas em períodos iniciais de um ano pode nos indicar a forma como um periódico faz um balanço de um governo em relação ao ano anterior. No ano seguinte,

1959, as abordagens econômicas do *DC* permaneciam dentro desta mesma linha, ou seja, críticas bastante moderadas, sem esbarrar em considerações permeadas de um forte negativismo, realizando observações que enxergavam problemas, mas nunca colocando JK como um vilão.

Na edição de 4 de janeiro de 1959, conseguimos observar a forma como o jornal enxergava e continuava estruturando seu discurso diante dos planos econômicos do governo. A coluna “Nossa Opinião” deste dia, com título “Vigilância, Presidente” (*Diário Carioca*, 4 jan. 1959, p. 4), veio questionando o déficit cambial do país, muito puxado pela queda nas exportações de café. Havia uma crítica no editorial, mas em tom bastante moderado. De acordo com o jornal, a diminuição nas vendas do produto possuía um culpado em especial: a SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), que teria errado em relação às categorias de câmbio escolhidas para o café. Segundo o *DC*, o “bom nome do Brasil em matéria financeira não poderia continuar exposto a equívocos como este” (*Diário Carioca*, 4 jan. 1959, p. 4) e que aquele “espetáculo de retificações sucessivas brutais em prazo tão exíguo” (*Diário Carioca*, 4 jan. 1959, p. 4) teria beneficiado certos grupos. Seria o momento, na ótica do periódico, para que “o Presidente Kubitschek redobrasse a vigilância” (*Diário Carioca*, 4 jan. 1959, p. 4). É interessante notarmos que o *Diário* não massacra Juscelino. Pelo contrário, encontrou um culpado pela existência de erros administrativos, condenando, assim, a Superintendência da Moeda e do Crédito no lugar do Chefe do Poder Executivo. Na mesma edição, a página 5 trouxe uma análise sobre o mesmo tema. A coluna “Panorama Econômico” veiculava a informação de que nossas exportações cafeeiras haviam reduzido bastante no ano anterior (1958) e que, apesar de existirem possibilidades de substituição do café por outros produtos, como o minério de ferro ou mercadorias industrializadas, por exemplo, para escoamento, a realidade do país diante dos problemas cambiais era muito complicada. A reportagem encerra da seguinte forma:

Embora os elementos positivos já apontados, cumpre reconhecer a situação geral bastante desfavorável do comércio exportador, com fundas repercussões negativas sobre a capacidade de importar e, portanto, de acelerar o desenvolvimento. [...] Mais do que nunca se faz necessário a formulação de toda uma política de comércio exterior, preche de iniciativa criadora e firmeza (*Diário Carioca*, Panorama Econômico, 4 jan. 1959, p. 5).

No editorial de Danton Jobim de 2 de fevereiro de 1959, no qual o jornalista faz uma espécie de julgamento da administração de JK até aquele momento, a avaliação é de que Juscelino tivera erros em sua gestão, pois, segundo o editorialista, “o Presidente nem sempre ouve o conselho dos seus técnicos, colocando em primeiro lugar o que ele chama de “intuição” (JOBIM, 2 fev. 1959, p. 1), porém o que valeriam os erros, “ante os resultados que estão aos

olhos de todos?” ((JOBIM, 2 fev. 1959, p. 1). Existe uma continuação de defesa do governo, permeada, por vezes, pela colocação de sugestões, possíveis equívocos da gestão, ou até mesmo leves críticas à própria pessoa do Presidente. Novamente precisamos evidenciar que o discurso do *Diário Carioca* não busca desacreditar a imagem do governo. Em julho de 1959, encontramos uma exposição um pouco mais dura em relação a sua conduta econômica. Entre os pontos importantes do Plano de Metas estava a ideia da substituição de importações, que seria conquistada mediante a regulação do mercado externo, ou seja, crescimento das exportações, entrada de capitais forâneos ou contração de empréstimos.

Todavia, apesar do funcionamento da Instrução 113, que será analisada mais à frente, o país passou a amargar, especialmente no triênio final do governo JK, com uma queda vertiginosa nas vendas cafeeiras; por consequência, nossa capacidade de importar artigos essenciais começava a dar indícios de redução. Campos nos informa a respeito das consequências desse processo:

Em suma, o rápido desenvolvimento industrial concretizado pela política econômica de Kubitscheck teve como efeito colateral o grande endividamento externo, sendo que o balanço de pagamentos apresentou déficit em quase todo período Kubitscheck, devido aos resultados insatisfatórios das exportações, a saída de divisas na forma de remessas de lucros, serviço da dívida, entre outras (CAMPOS, 2007, p. 104).

O *DC* àquela altura enxergava tais problemáticas, tanto que, na coluna “Panorama Econômico” de 15 de abril de 1959, identificamos uma crítica um pouco mais pontual, na qual há apresentação de questões referentes ao equilíbrio do comércio exterior e como tal condição, naquele momento, se mostrava preocupante aos rumos do desenvolvimento nacional. A matéria a seguir, como de costume, não massacra o governo, mas indica ponderações consideráveis e cabíveis diante de certas circunstâncias, ou seja, questionava as orientações dadas neste setor.

Essa paralisia, ou mesmo recuo, nas nossas importações não indica, infelizmente, nada de bom, do ponto de vista dos interesses maiores da economia nacional. *É certo que representa um ajustamento realista à situação concreta do nosso comércio exterior:* se vendemos menos ao estrangeiro, se nossa balança comercial e o nosso balanço de pagamentos são desfavoráveis, está claro que somos também obrigados a restringir as importações, sob pena de aumentarmos o déficit [...]. Somos um país em crescimento, no qual vem executando um plano de metas de grande porte. Precisamos de comprar aos países estrangeiros crescentes quantidades de matérias-primas e equipamentos, além de outros artigos menos essenciais, mas cuja aquisição se impõe por força de nossas próprias conveniências como exportadores (*Diário Carioca*, Coluna Panorama Econômico, 15 abr. 1959, p. 4, grifo nosso).

Embora tenham existido críticas ao governo no que diz respeito à economia nacional, principalmente quando o mandato de JK se aproximava do fim, não podemos deixar de indicar que o jornal *Diário Carioca* colaborou de forma bastante intensa para a construção da ideia de desenvolvimento idealizada por JK, produzindo, assim, dentro de suas páginas, uma postura de

intensa atuação política e até mesmo defensora de certos preceitos econômicos, ou seja, uma espécie de arcabouço *simbólico* que contribuiu para se costurar os planos econômicos daquele quinquênio, bem como procurar dar o máximo possível de sobrevida ao pacto populista.

3.1 A questão da Petrobrás

A criação da Petrobrás está inserida no contexto da primeira metade do século XX, no qual as demandas pelo combustível fóssil aumentavam significativamente, evidenciando o fato de que os avanços industriais ao redor mundo estavam fortemente associados à utilização deste recurso. As tecnologias para exploração se transformavam em ritmo acelerado e países como os Estados Unidos possuíam enormes trustes nesta área, o que, conseqüentemente, tornava-os “agentes” vigilantes no que diz respeito às possibilidades de poços petrolíferos em diversos lugares no mundo. Tanto que, na década de 1930, norte-americanos, ingleses e franceses “haviam assinado o memorável acordo de San Reno, por meio do qual [...] se comprometiam a dar todo o apoio aos seus nacionais no entendimento para obter jazidas de petróleo no exterior” (VICTOR, 1970, p. 52 *apud*, MARTINS, 2015, p. 404). Não sem razão, o primeiro governo de Getúlio Vargas resolveu trabalhar a questão em solo nacional. Desde o início, a administração e condução da exploração petrolífera no país esteve ligada aos debates nacionalistas. Em 1938, Getúlio criou o Conselho Nacional de Petróleo (CNP), que estipulava enorme controle por parte do governo nas atividades envolvendo o óleo. Países da América Latina, como Venezuela e Bolívia, já vinham trabalhando com esta matriz energética, fato que gerou diversos questionamentos entre os meios intelectuais e empresariais brasileiros em relação aos motivos pelos quais ainda não tínhamos avançado neste setor. À época, o escritor Monteiro Lobato chegou a especular que o governo não aumentava esforços na área, pois estava, na realidade, segundo Martins, a serviço dos “grandes trustes internacionais que conspiravam para que o Brasil não explorasse seu maravilhoso potencial petrolífero, a fim de mantê-lo na condição de importador de derivados” (MARTINS, 2015, p. 405).

Todavia, a questão do Petróleo e a participação de capitais internacionais continuou como tema importante no país, fazendo, por exemplo, com que o Governo Dutra enviasse ao Congresso uma proposta que permitia, por meio de concessões, a possibilidade de participação de particulares no projeto petrolífero brasileiro. A justificativa era a nossa escassez de recursos e tecnologia. Porém, a ideia foi refutada pelos parlamentares. Em 1951, Vargas retornava ao poder e, agora, possuía um projeto mais contundente que objetivava a criação de uma empresa pública que conseguisse solucionar a questão do aproveitamento do recurso energético. O

entendimento de que o país não podia mais depender das importações do óleo foi a retórica utilizada para fundamentar o surgimento da estatal. A Petrobrás nasceu com a proposta de economia mista, na qual a empresa iria contar com investimentos privados – não estrangeiros –, “mas com controle da União, através da posse de mais de 50% das ações ordinárias” (SOUZA, 2010, p. 41). O que antes era gerido pelo CNP, agora estaria sobre o controle da Petro. A campanha nacionalista que permeou o plano da indústria foi alvo de debates que se estenderam entre os espaços parlamentares, entre intelectuais e, como não poderia deixar de ser, no meio jornalístico.

O *DC*, durante os primeiros meses do ano de 1952, trouxe diversas notícias a respeito do projeto da Petrobrás. Ainda estava em curso a construção de uma posição mais clara do jornal sobre a criação da empresa. Diversas matérias sobre a temática eram publicadas com o intuito de informar sobre os debates que vinham ocorrendo dentro do Congresso e no Conselho de Segurança Nacional⁹⁷. Assim, grande parte das discussões girava em torno, especialmente, da participação do capital estrangeiro na empresa, bem como sobre a urgência de investirmos em pesquisa e tecnologia para sanar nossas dependências em relação ao petróleo vindo de fora, além do polêmico controle governamental da exploração petrolífera no país. Em uma destas matérias trazidas pelo *Diário*, em 9 de fevereiro de 1952, identificamos a seguinte manchete: “Horta Barbosa⁹⁸ advoga o monopólio estatal” (*Diário Carioca*, 9 fev. 1952, p. 3), no qual o “ex-presidente do Conselho Nacional do Petróleo, sustentou, mais uma vez a sua conhecida tese de que não se pode admitir, na exploração do óleo, infiltração estrangeira” (*Diário Carioca*, 9 fev. 1952, p. 3).

Contudo, dias antes, no dia 2 do mesmo mês, o *DC* havia trazido outra matéria com o seguinte subtítulo: “Távora *contra* a Petrobrás, pela participação externa”. Imediatamente na

⁹⁷ O Conselho de Segurança Nacional teve como antecessores o Conselho de Defesa Nacional (1927-1934) e o Conselho Superior de Segurança Nacional (1934-1937). [...] O decreto-lei n. 9.775, de 6 de setembro de 1946, que dispôs sobre as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares, manteve a sua composição tal como fora estabelecido em atos anteriores, com a finalidade de estudar questões relativas à segurança nacional. Como a criação da Petrobrás envolvia questões referentes à riqueza e exploração econômica do subsolo brasileiro, a Comissão estava entre os órgãos que debatiam o tema, visto a importância da produção desta matriz energética dentro de um contexto no qual o controle do petróleo pode ser associado a fatores de conflitos entre nações. Fonte: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/conselho-de-seguranca-nacional-brasil>.

⁹⁸ Marechal Júlio Caetano Horta Barbosa ficou conhecido pela defesa da exploração do petróleo no Brasil ainda durante o governo Vargas. Os debates promovidos por ele, quando foi diretor do setor de Engenharia do Exército e, posteriormente, no Estado Maior, foram primordiais para a criação do CNP, do qual foi seu primeiro presidente.

sequência, o *sublead* da reportagem trazia o conteúdo da fala de Juarez Távora para o CTE⁹⁹, afirmando que “o problema do petróleo no Brasil somente seria resolvido a contento admitindo-se a associação da iniciativa e do capital privado estrangeiro” (*Diário Carioca*, 2 fev. 1952, p. 1). O texto segue apresentando que, na visão do general, o que mais importava, no final das contas, era que o país tivesse “o petróleo mínimo de que necessita, no menor espaço de tempo” (*Diário Carioca*, 2 fev. 1952, p. 1). O que o pronunciamento de Távora sustentava, na realidade, era que a participação estrangeira dentro da Petrobrás deveria ser de ordem administrativa e com restrições muito bem determinadas.

Durante o período em que fez parte do primeiro governo de Vargas, Távora ocupou o cargo de Ministro da Agricultura e, àquela altura, colaborou fortemente para elaboração de uma “pesada legislação nacionalista para o setor mineral” (MARTINS, 2015, p. 404). Contudo, o que não podemos ignorar é o fato de que foram duas reportagens separadas por um curto espaço de tempo, apresentando duas perspectivas de pessoas importantes no cenário político nacional a respeito da criação da estatal. Isso possuía peso relevante dentro das publicações jornalísticas da época, afinal de contas, a questão do petróleo mexia com um ponto sensível para o país em um momento em que havia uma crescente necessidade deste recurso natural no mundo todo. Desse modo, nos chamou atenção a utilização do termo “contra” no subtítulo da matéria. É comum identificarmos dentro do *campo* jornalístico o uso do sensacionalismo para capturar o leitor, como possivelmente o fez o *Diário* na matéria acima citada. Juarez Távora, no *DC* de 6 de janeiro de 1955, reafirmou seu posicionamento diante da estatal em uma carta que enviou ao deputado Flores Cunha¹⁰⁰ como forma de agradecimento pelos elogios deste último ao militar. A carta transcrita pelo *Diário* em certa altura dizia:

Quero e devo esclarecer ao meu nobre amigo que nunca fui contrário à criação, pelo governo, de uma empresa estatal, destinada especificamente à exploração do nosso petróleo [...]. Apenas combati a ideia de entregar-se a essa empresa estatal, desde logo, o monopólio daquela exploração, pois isso significaria [...] um retardamento desnecessário da solução ampla do problema, a meu ver duplamente prejudicial à economia e à segurança nacional (*Diário Carioca*, 6 jan. 1955, p. 2).

Três meses após essa declaração, Távora voltou a se pronunciar sobre a empresa, mas agora sob enfoque um pouco diferente, pois afirmou, por meio de discurso bastante positivo e otimista, que o país seria, muito em breve, autossuficiente neste tipo de exploração, sem grandes necessidades de recursos estrangeiros. Suas falas tinham relação direta com as possibilidades

⁹⁹ Conselho de Transporte e Economia. O órgão debateu o tema do petróleo e a criação da empresa Petrobrás, visto que não apenas a exploração e o refino deveriam ser analisados, mas também o próprio transporte do produto.

¹⁰⁰ À época (1955) Flores Cunha era deputado Federal pelo Rio Grande do Sul pela sigla da UDN.

de extração do óleo na Amazônia, como veremos mais adiante. O *Diário* trouxe na sexta-feira, 1 de abril de 1955, na página 2, no canto esquerdo superior da página, de forma bem destacada, o título: “Juarez e o petróleo: Deus é brasileiro. Será nacional em 1960 metade do que consumimos” (*Diário Carioca*, 1 abr. 1955, p. 2). A reportagem não deixa de evidenciar, de certa forma, a própria “euforia” do jornal diante da situação relatada. Havia em curso, no primeiro trimestre de 1955, a articulação de um projeto de lei que buscava alterar as condições de legislação que criaram a Petrobrás. Os questionamentos giravam em torno da viabilidade da empresa e de uma quebra no sistema de monopólio do Estado dentro da petrolífera. Projeto este que foi arquivado, conforme noticiado pela coluna “Plenário da Câmara” no dia 31 de março de 1955 com a manchete: “mantido o monopólio estatal do petróleo na lei da Petrobrás” (*Diário Carioca*, 31 mar. 1955, p. 3). Economicamente, o monopólio da empresa era extremamente interessante ao governo, ainda mais em um ambiente de expansão da área com a exploração de possíveis poços na América do Sul.

Desde a década de 1930 o Brasil vinha mantendo relações diplomáticas e comerciais com a Bolívia no sentido de intensificar a aproximação econômica entre os dois países. A Bolívia passara ao longo das décadas iniciais do século XX por intensas questões políticas internas, envolvendo movimentos nacionalistas e até mesmo a nacionalização, de fato, de empresas estrangeiras que exploravam petróleo, gás e estanho no país. Segundo Santos:

Parece que havia petróleo na região boliviana próxima à fronteira brasileira e, por isso, o Brasil selou acordos com a Bolívia, a saber: Protocolo ferroviário de 1937 e o Tratado sobre ligação ferroviária de 1938 criando comissões mistas brasileiro-bolivianas que trabalharam nas zonas subandinas para estudar, explorar e transportar o líquido precioso (SANTOS, 2012, p. 54).

Desta forma, Brasil e Bolívia começaram a selar acordos que pudessem oferecer vantagens para os dois países. Em 1937 foi firmado o Protocolo Ferroviário¹⁰¹ entre os dois governos com objetivo de se criar condições para interligar Brasil e Bolívia por meio de uma ferrovia, além de promover estudos e formas de aproveitamento do óleo para o Brasil. A estrada de ferro a ser construída entre as nações vizinhas teria um esforço financeiro significativo da parte brasileira e teria como meta, uma vez construída, servir de caminho para o transporte de petróleo para o território brasileiro. É preciso entender que o contexto no qual os acordos foram

¹⁰¹ O protocolo de 25 de novembro de 1937 visava estabelecer oficialmente um compromisso entre Brasil e Bolívia a respeito da implementação de uma rede ferroviária que interligaria os dois países. Este tratado de 1937 foi uma sequência dada às tratativas que tiveram início em 1936, quando foi criada uma comissão – com integrantes das duas nações –, na qual seriam realizados estudos sobre a viabilidade da construção de uma conexão ferroviária entre os dois Estados. Dentro do protocolo de 1937, havia o artigo que estipulava a continuação das análises sobre a edificação da rede e que um tratado mais efetivo seria assinado assim que fosse estipulado um ponto de partida para a linha. Em 1938, foi assinado, então, o Tratado entre os dois governos.

firmados era justamente o do governo Vargas e sua política de desenvolvimento econômico com participação estatal em empreendimentos infraestruturais. Neste sentido, foi criada uma comissão mista entre Brasil e Bolívia para dar andamento às questões acima relatadas. Para a Bolívia, seria, em tese, uma forma de interligar áreas muito isoladas de seu território, bem como conseguir uma saída terrestre para o Atlântico, via portos brasileiros. A estrada a ser construída ligaria as cidades Santa Cruz de la Sierra e Corumbá, no Mato Grosso do Sul. Em troca, segundo o Protocolo Ferroviário, a Bolívia reembolsaria o Governo brasileiro pelos gastos efetuados para construção da ferrovia, bem como os estudos direcionados à exploração do petróleo.

O *Diário Carioca*, por sua vez, noticiou a inauguração da estrada de ferro, que foi concluída apenas em 1955, durante o governo de Café Filho. Em 5 de fevereiro daquele ano, o *DC* trouxe como título em uma notícia sobre o assunto: “Petróleo da Bolívia para o Brasil: destaque da ferrovia” (*Diário Carioca*, 5 fev. 1955, p. 3), afirmando que o trem partiu de Corumbá para Santa Cruz e “[...] esclareceu que a ferrovia custou 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros que seriam pagos pela Bolívia, de preferência em petróleo” (*Diário Carioca*, 5 fev. 1955, p. 3). A notícia foi veiculada, contendo partes de uma entrevista dada pelo engenheiro Luís Alberto Whately¹⁰², na qual este expunha os aspectos positivos da empreitada, com objetivo de justificá-la. A matéria não tinha a intenção clara e direta de opinar a respeito do tema. Todavia, alguns dias antes, especificamente em 30 de janeiro de 1955, em uma edição de domingo, a página 20, contendo o caderno econômico, “Economia e Finanças”, trouxe no canto direito superior uma reportagem assinada pelo jornalista Brasília Machado Neto intitulada: “Petróleo boliviano”. A reportagem, de clara natureza opinativa, como todo editorial, vinha debatendo as ironias do comportamento do governo brasileiro diante da forma com este lidava com os assuntos referentes à participação estrangeira no processo de desenvolvimento econômico brasileiro. O texto de Brasília fazia uma forte crítica, na qual julgava o governo do Brasil como no mínimo hipócrita, apesar não usar exatamente este termo. De acordo com a escrita do jornalista sobre a questão do petróleo nacional:

Para tais pretensos detentores do monopólio do patriotismo, o ouro negro porventura existente no Brasil “é nosso”. E com tamanho afã procuram defendê-lo contra qualquer participação alienígena que vedam no estatuto da Petrobrás a condição de acionista até o brasileiro casado com estrangeira. [...]. Tal atitude, porém, é apenas para uso interno. “O que “é nosso” será defendido com unhas e dentes contra qualquer tentativa de ajuda estrangeira em termos de participação. [...] Pusemos a correr os americanos da Reynolds, que queriam instalar grande indústria de alumínio na Bahia [...]. Estes pertenciam ao imperialismo ianque que queriam apoderar de nossas riquezas. Nós, porém, somos apenas bonzinhos em relação à Bolívia” (NETO, 1955, p. 20).

¹⁰² O engenheiro foi chefe da Comissão Mista Ferroviária Brasil-Bolívia.

No ano seguinte, já com Juscelino eleito e governando, o assunto referente a esta posição, de certa forma imperialista, que o país estava assumindo no eixo-sul do continente voltou a ser debatido na Câmara dos Deputados, e o *DC* trouxe para suas páginas o tema novamente. Em reportagem curta, mas de capa, o jornal publicou um embate acalorado entre dois parlamentares do PTB sobre a forma como a Petrobrás estava agindo para explorar o petróleo na Bolívia. Na ocasião o deputado Josué de Castro (PTB) criticou a empresa, chamando-a de imperialista. O colega de bancada, Josué de Souza (PTB), discordou da fala daquele, chamando-o de “profissional do comunismo amarelo para uso externo” (*Diário Carioca*, 1956, p. 1), além de “descarado” (*Diário Carioca*, 1956, p. 1).

Entretanto, precisamos avaliar em nosso estudo, para efeito de comparação de discurso, a postura do jornal *Correio da Manhã* diante da mesma situação, isto é, a questão da ferrovia Brasil-Bolívia e a exploração do petróleo. No dia 6 de janeiro de 1955, na página 3 do primeiro caderno e ocupando mais da metade da folha, o periódico trouxe uma extensa reportagem com a seguinte manchete: “De excepcional significação econômica, social e política” (*Correio da Manhã*, 6 jan. 1955, p. 3). Ao longo do texto, é possível perceber o entusiasmo do jornal em relação às relações petrolíferas entre os referidos países. A matéria veio, em um primeiro momento, descrevendo a forma como ocorreu a inauguração, adjetivando o abraço dado entre os dois presidentes da seguinte forma: “os dois chefes de Estado se estreitaram em *afetuoso* abraço, dando-se troca de flores, no meio de vivas à Bolívia e ao Brasil” (*Correio da Manhã*, 6 jan. 1955, p. 3). Em seguida há a transcrição na íntegra da declaração dada pelo presidente boliviano em saudação ao Brasil, na qual este apresentou as benesses da construção da ferrovia para ambas as nações. Aproximando-se do final do texto, o periódico ratifica o que havia sido exposto por Paz Estensoro¹⁰³, afirmando que “a estrada de ferro representa um produto de técnica e do esforço e liga zonas inexploradas de alta produção agropecuária, de madeira e petrolífera” (*Correio da Manhã*, 6 jan. 1955, p. 3).

Além de toda esta exposição, há ainda no layout da reportagem um desenho do mapa do Brasil, contendo o caminho percorrido pela estrada de ferro. Embora os dois jornais vejam o projeto ferroviário e petrolífero de maneira positiva, é preciso entender que o *DC* foi além, pois trouxe para o debate a questão da participação estrangeira em nossa economia, evidenciando as contradições existentes entre o que era pregado internamente a respeito do tema e o que, de fato, o país estava fazendo em relação a outras nações no eixo sul da América, neste caso a Bolívia. Há, também, certa questão política por trás, ou seja, o *Diário* era um jornal crítico ao

¹⁰³ Presidente da Bolívia em 1955.

então presidente do Brasil à época, Café Filho, assim como a certos aspectos da política econômica adotada até em então. Já estava em curso a formação das candidaturas à presidência da república, e JK era o candidato do *DC*. Já o *Correio da Manhã*, possuía certo alinhamento com Café, fato que pode ser afirmado a partir da indicação feita pelo proprietário do jornal, “Paulo Bittencourt¹⁰⁴, do nome de Eugênio Gudín para o Ministério da Fazenda, sugestão prontamente aceita”. (FGV, Paulo Bittencourt). Em 1956, a Petrobrás foi afastada da exploração de novas áreas na região da fronteira com a Bolívia, ficando para as empresas de capital privado brasileiro a possibilidade de realizar tal trabalho.

Alguns anos mais tarde, já ao fim do governo JK, o tema sobre a exploração petrolífera na Bolívia, com participação da empresa estatal brasileira, foi retomado, mas, curiosamente, o discurso mudou um pouco. A Petrobrás poderia se tornar, àquela altura, uma “saída” capaz de elevar o nível de divisas cambiais no país. O Brasil, naquele momento, começava a experimentar uma crise econômica preocupante, consequência de uma política que “viabilizou as condições para o ingresso do Brasil num estágio avançado de industrialização, mas sem criar condições reais para isso”¹⁰⁵ (SCHUWART; STARLING, 2018, p. 422). Em 1959, uma reportagem da seção “Panorama Econômico” abordou novamente sobre a participação da Petrobrás na exploração de óleo boliviano, defendendo-a bastante. Além disso, o artigo comparava a questão da relação Brasil-Bolívia com àquela vivida internamente por nós, ou seja, os debates referentes à permissão de capitais estrangeiros em solo nacional para extração do recurso. O texto afirmava o seguinte:

A Bolívia não está, nem estará tão cedo em condições de explorar, apenas com seus próprios meios, a riqueza petrolífera de seu subsolo. Terá de fazê-lo com ajuda de capitais e técnica estrangeiros. Por que haveria de ser excluída a participação, no empreendimento, de um vizinho da categoria do Brasil? Uma solução do tipo Petrobrás só poderá vingar num país em relativo desenvolvimento e dotado de condições outras, de natureza física, econômica e político-institucional adequadas ao estabelecimento de um monopólio desse tipo (*Diário Carioca*, 1959, p. 4).

A Bolívia vinha questionando os posicionamentos brasileiros diante de seu “ouro negro”. Em 1958 o presidente boliviano, Hernán Siles Zuazo, enviou ao Congresso de seu país

¹⁰⁴ Paulo Bittencourt era filho do jornalista Edmundo Bittencourt, fundador do jornal *Correio da Manhã* em 1901. Paulo passou ao comando do jornal em 1929. Em 1945 se posicionou politicamente ao lado do candidato da UDN, Brigadeiro Eduardo Gomes, amigo do jornalista. Apesar de ter sido a favor do candidato udenista em 1950, Bittencourt se colocou contra as movimentações do partido de impugnar o pleito daquele ano. Todavia, o proprietário do periódico fez grande oposição a Getúlio durante seus 4 anos no governo, especialmente na fase final.

¹⁰⁵ O *Correio da Manhã* já havia, em outra ocasião, contribuído para dar “voz” ao mandato de Café Filho no imediato pós 1945. O jornal, sendo uma expressão de seu proprietário, tinha uma postura liberal e extremamente anticomunista. Gudín, sem dúvida alguma, era um porta-voz deste liberalismo defendido pelo periódico.

uma proposta de lei que limitava a participação estrangeira em seu território, pois a desconfiança maior girava em torno de um possível “subimperialismo brasileiro na região, cujo maior instrumento seria a Petrobrás” (MEIRA, 2009, p. 32). A reportagem, publicada em 14 de janeiro de 1959, acima citada, ainda abordava, em tom “festivo”, que as tratativas com a nação vizinha haviam sido retomadas graças ao esforço “difícilimo, mas finalmente coroado de êxito, levado a cabo pelo chanceler Macedo Soares¹⁰⁶” (Idem, p. 4).

De volta ao ano de 1955, identificamos textos do *DC* sobre a participação de capitais estrangeiros na empresa estatal. A lei que criou a Petrobrás estipulava que a empresa poderia, de acordo com as informações históricas da ANP (2020), “explorar em caráter monopolista, diretamente ou por meio de subsidiárias, todas as etapas da indústria petrolífera, menos a distribuição” (ANP *apud* VIDAL, 2021). Apesar de já contarmos àquela altura com algumas refinarias, como por exemplo, na Bahia e outra em Cubatão, além de outras em processo de desenvolvimento, o país ainda necessitava importar o óleo, visto que a demanda pelo produto crescia em uma escala significativa e, neste sentido, ainda “era necessária uma política de preços que permitisse o autofinanciamento da indústria” (FILHO; COL, FGV). Havia uma preocupação em relação à capacidade do país em continuar importando. Situação esta que, de qualquer forma, começou ser resolvida apenas em 1956, quando é criada no país uma política voltada para proteger o petróleo nacional. De qualquer forma, no artigo trazido pelo *Diário* na coluna “Panorama Econômico”, do dia 6 de março de 1955, a discussão sobre o tema aparece novamente no periódico, que afirmou:

A solução petrolífera dada ao Brasil não corresponde, absolutamente, às suas necessidades e prementes exigências. É preciso que, em futuro não remoto, se cuide de sua plena solução, criando-se ao lado da “Petrobrás”, clima para entrada de capitais estrangeiros no país para a prospecção e industrialização do petróleo. A nação não suportará indefinidamente o peso da importação do petróleo (*Diário Carioca*, 6 mar. 1955, p. 5, grifo nosso).

O *Diário Carioca* contava em sua equipe com escritores que não necessariamente exerciam a função diária de jornalista dentro do periódico, como era o caso de Brasília Machado Neto, parlamentar ligado ao PSD (partido do futuro presidente Juscelino) e que eventualmente produzia editoriais em colunas do *DC*. Entre 1955 e 1960, a maior parte de sua produção textual dentro do matutino se localizava no caderno “Economia e Finanças”, impressa sempre aos

¹⁰⁶ Irmão de José Eduardo Macedo Soares, José Carlos Macedo Soares trilhou o caminho da política. Durante o governo Vargas, o qual apoiou em 1930, foi secretário de interior, além de ter desempenhado diversas funções na diplomacia brasileira na Europa e ter recebido a nomeação de Ministro das Relações Exteriores a partir de 1934 e, posteriormente, em 1937, para a pasta da justiça. Foi o primeiro presidente do IBE (Instituto Brasileiro de Estatística). Seu nome chegou a ser cotado para as eleições de 1937. Durante o governo JK, foi Ministro da Relações Exteriores mais uma vez, presidente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e presidente da Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos até 1958.

domingos. Em uma dessas vezes, Machado escreveu para o *Diário* a respeito da participação de capitais estrangeiros dentro da Petrobrás. De acordo com a percepção do deputado, era mais do que notória a necessidade em permitir algum grau de parceria vinda de fora para exploração do “ouro negro”, termo muito utilizado à época para o petróleo. Nas palavras de Neto, as lideranças governamentais não podiam mais “continuar a agir como insensatas, escondendo a cabeça como avestruzes ante perigos imaginários, e continuar fechando deliberadamente as portas à colaboração do capital e da técnica de fora” (NETO, 1955, p. 20). Esta avaliação ia ao encontro do que o jornal vinha expondo como opinião até então. Vale ressaltarmos aqui que Brasília Neto possuía certo *capital político*, atributo este que acabava por ser somatizado aos posicionamentos defendidos pelo jornal *Diário Carioca*.

Em 1958, o posicionamento de Neto é mais uma vez reafirmado, quando em um editorial, no mesmo caderno “Economia e Finanças”, o autor vem sustentando que o nacionalismo extremista é algo que não fazia parte da opinião pública. Ele trouxe como argumento para tal afirmativa uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio em algumas capitais do país. Na enquete realizada, havia perguntas como: “o petróleo deve continuar a ser explorado somente pela Petrobrás?” (NETO, 1958, p. 14). Os números trazidos pelo editorial informavam que a população, de certa forma, não cria neste tipo de política exclusivista para a empresa estatal. Encerrava seu texto pedindo, aos partidários desta postura em relação à Petro, que procurassem tirar conclusões diante desta amostra de opinião pública, pois o povo, segundo Brasília, “em sua sabedoria, instintivamente, sabe distinguir, melhor do que se imagina, onde se encontra o verdadeiro interesse do país” (NETO, 1958, p. 14).

De acordo com a Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, que criou a Petrobrás, em seu artigo 18, inciso III, havia a definição de que:

Os brasileiros natos ou naturalizados há mais de cinco anos e residentes no Brasil uns e outros solteiros ou casados com brasileiras ou estrangeiras, quando não o sejam sob o regime de comunhão de bens ou qualquer outro que permita a comunicação dos adquiridos na constância do casamento [...] (BRASIL, 1953).

O recurso jurídico objetivava, assim, conter a participação forasteira no capital da empresa, mantendo, desta maneira, o monopólio estatal. As críticas a este regulamento vieram das mais variadas formas em alguns jornais ao longo dos anos. No caso do *DC*, houve uma edição, na data de 22 de janeiro de 1956, em que o Sr. Santos Vahlis¹⁰⁷, empresário do ramo

¹⁰⁷ Empresário venezuelano do ramo imobiliário. Está entre a lista de empreendedores no ramo da construção, tendo deixado como legado urbano alguns prédios, principalmente em Copacabana. Chegou, inclusive, a trabalhar o setor de importação de gasolina. Teve ligações posteriores com Leonel Brizola e Jango. Tentou comprar o jornal *A Noite*, mas não teve êxito.

imobiliário – nascido na Venezuela e que assinava alguns textos patrocinados em diversos jornais, entre eles o *A Noite* e o *Tribuna da Imprensa* –, teve uma publicação na primeira página do *Diário Carioca*, localizado logo acima do editorial de Macedo Soares, com o título: “Pseudo NACIONALISMO!” (VAHLIS, 1956, p. 1), sendo exatamente utilizado o recurso da caixa alta na segunda palavra, de forma a chamar a atenção. A escrita de Santos era tomada pela forte crítica em relação às proibições feitas aos estrangeiros na compra de frações da estatal. Vahlis chegou a mencionar o caso de Eugênio Gudín, casado com Florence Kropp¹⁰⁸, abordado por nós acima, bem como o dono do *DC*, Horácio de Carvalho, casado com Dona Lili, nascida na Alemanha. O conteúdo jorrava indignação do empresário sobre a situação, visto que ele mesmo era estrangeiro. Contudo, insta pontuarmos que se tratava de um conteúdo pago que se repetiu na íntegra, só que na página 3 do *Tribuna* do dia seguinte. Em certa altura exclamava:

Dos empreendimentos nacionais, nenhum mais visado por grupos forasteiros do que a Petrobrás. Pois bem: – para tornar a Petrobrás *antipática*, levou-se o seu regulamento a tal excesso *discriminatório* que chegamos a verificar o absurdo: – cidadãos brasileiros, em pleno gozo de seus direitos civis e políticos, podem ocupar [...] os mais altos cargos da República [...], mas não podem – *pasmem céus!* – ser acionistas, sequer de uma única ação da Petrobrás. [...] Assim, o comércio de petróleo, que dá bilhões é facultado às empresas estrangeiras; mas a pesquisa de petróleo, que exige bilhões de investimentos, é “privilégio” do Brasil (VAHLIS, 1956, p.1, grifos nossos).

A exposição desse texto em primeira página corroborava uma perspectiva do *Diário Carioca*, na qual este entendia não haver no país, àquela altura, espaço para posicionamentos radicais no que diz respeito à participação de capitais estrangeiros na Petrobrás, e no país de uma maneira mais ampla. O *Diário* era bastante sensível a este tema. Cria ser importante a existência de algumas brechas para que a empresa estatal pudesse crescer econômica e produtivamente. Neste sentido, O *DC* destoou um pouco em relação às decisões do governo de Juscelino Kubitschek, o que não afetou o apoio dado pelo jornal ao presidente e a sua gestão. É relevante termos em mente que o jornal, por mais que tenha assumido a papel de apoiador do governo, não construiu ao longo de suas edições entre 1955 e 1960 uma posição totalmente engessada e exclusivamente parcial. Tal característica fazia parte do comportamento do periódico em relação ao não autoritarismo jornalístico em sua redação, conforme abordado por nós no primeiro capítulo. Vale ressaltar também que essas discussões sobre a participação do capital externo na Petrobrás foram bastante exploradas durante a formulações das estratégias desenvolvimentistas de JK. A grande questão envolvendo o petróleo em solo brasileiro era, de fato, era algo, inclusive, de interesse internacional, como, por exemplo, dos grandes trustes

¹⁰⁸ Florence foi a primeira esposa do economista, natural da Pensilvânia, EUA. Faleceu em 1962.

norte-americanos.

Em fins do século XIX e início do XX já era possível observar a atuação expansionista norte-americana em relação à América Latina. A política do “*Big Stick*”¹⁰⁹, por exemplo, nos demonstra tal afirmação com bastante clareza. Ela era, na realidade, a tradução daquilo que Harvey nos indica como processos de “lógica territorial do poder e a lógica capitalista do poder” (HARVEY, 2004, p. 32), metodologias de ação imperialista que se distinguem entre si, porém, se complementam, por vezes, de formas contraditórias. A preocupação em manter uma relação mais próxima com a América Latina se acentuou a partir do momento em que a expansão nazista na Europa se tornou uma realidade concreta, a partir da década de 1930. Uma postura de isolamento não cabia mais àquela altura. Sob o governo do Roosevelt¹¹⁰ foi criada uma parceria entre as esferas pública e privada com o objetivo central de canalizar esforços para afastar em definitivo qualquer tipo de ameaça fascista no vasto continente americano. Desidratar movimentos nacionalistas e diminuir a pobreza – fator motivacional para possíveis revoluções – estava no cerne das medidas que seriam adotadas a partir daquela época. Entra em cena, assim, a figura do megaempresário Nelson Rockefeller¹¹¹ e a criação da agência OCIAA¹¹². Estava em curso a “Política da Boa Vizinhança”¹¹³. Importante notarmos a escolha

¹⁰⁹ Em 1923, James Monroe, presidente do EUA, anunciou a *Doutrina Monroe*, que foi uma série de medidas diplomáticas adotadas pelos norte-americanos e que tinham como principal base a não intervenção de países europeus na América e a não intervenção dos americanos nos assuntos europeus. O lema era “América para os americanos”. Tal fato acabou criando caminho para uma postura mais imperativa estadunidense nos assuntos do continente como um todo. Em 1901, anos mais tarde, sob o governo de Theodore Roosevelt, um discurso proferido pelo presidente no Estado de Minnesota, a ideia do Big Stick (grande porrete) vem à tona, quando aquele se utilizou de um provérbio africano que dizia “fale com suavidade e tenha à mão um grande porrete”, como nos informa Cunha e Ferrari (2021). Esta fala traduzia a política externa dos EUA em relação ao restante da América, ou seja, se não ocorresse a aceitação por parte dos demais países do continente em relação ao “diálogo” norte-americano, poderiam ocorrer contrapartidas violentas.

¹¹⁰ Sob o governo do Roosevelt, foi criada uma parceria entre as esferas pública e privada com o objetivo central de canalizar esforços para afastar em definitivo qualquer tipo de ameaça fascista no vasto continente.

¹¹¹ Nelson Aldrich Rockefeller, neto de John D. Rockefeller e detentor de uma das maiores fortunas construídas nos Estados Unidos através, inicialmente, da exploração de recursos naturais, como o petróleo. Teve sua biografia marcada na política e no mundo dos negócios. Foi governador de Nova York e vice-presidente da república. Possui fundamental importância no processo de internacionalização dos interesses norte-americanos, em um momento da história do país em que a política do New Deal era percebida por muitos como um assunto interno e que as relações com América Latina deveriam continuar como o costumeiro.

¹¹² Office of the Coordinator of Inter-american Affairs criada em 1940. Departamento do governo norte-americano coordenado pelo empresário Nelson Rockefeller, que tinha por objetivo promover intercâmbio entre intelectuais e demais técnicos e profissionais entre os países latino-americanos e o estadunidense. O grande objetivo por detrás das “cortinas” da agência era o de promover a inserção dos valores culturais norte-americanos no Brasil e restante da América.

¹¹³ “A política de boa vizinhança constituiu uma linha específica da política externa norte-americana formulada para a América Latina durante o governo Roosevelt. Tratava-se de uma nova proposta de relacionamento com o

da figura de um magnata do petróleo, carregado de *capital político e econômico*, para liderar um estreitamento de relacionamento com a América Latina.

Os interesses dos EUA em torno do petróleo latino-americano marcaram uma parte significativa do relacionamento daquele país com o restante do continente. Durante a década de 1950, o olhar norte-americano se voltou em grande medida para o Oriente Médio, como por exemplo, o Irã, onde houve forte ação dos EUA no sentido de possuir espaço considerável na produção do óleo¹¹⁴, visto a recente nacionalização da produção petrolífera no país. Existia algumas “incertezas em relação a novas descobertas e autossuficiência brasileira no setor” (YOUNG, 2014, p. 57). Os projetos de desenvolvimento brasileiro, desde Vargas, apontavam para uma tentativa de criar internamente uma estrutura industrialista e, para tanto, setores como energia e combustíveis eram peça essencial do quebra-cabeça.

A monopolização do Estado na Petrobrás nunca agradou aos norte-americanos que, mesmo demonstrando aparente tolerância diante da situação, nunca deixaram de lado as estratégias de quebra de tal monopólio. JK, que vislumbrava uma especial importância à empresa, acabou destoando dos interesses ianques no país, visto sua posição em manter a característica do governo como acionista majoritário e controlador da Petrobrás, conforme trazido pelo *DC* em 2 de fevereiro de 1956 em uma reportagem de capa com título destacado na parte direita superior da folha: “Nacionalismo do Petróleo: de Pé” (*Diário Carioca*, 2 fev. 1956, p. 1), onde a fala do tenente coronel Janary Nunes, militar escolhido por Juscelino para presidência da estatal, foi resgatada pelo jornal para frisar que a “a política do petróleo brasileiro continuará nacionalista” (*Diário Carioca*, 2 fev. 1956, p. 1). Uma visão bem oposta tinha o *Tribuna da Imprensa*. No dia 15 de fevereiro de 1956, o jornal trouxe um artigo, um editorial, na realidade, não assinado, mas subentende-se ser de Lacerda, de acordo com outras publicações de capa no mesmo estilo jornalístico que apresentava forte preocupação em caracterizar o governo recém-empossado como fraco e entreguista. O jornal afirmava que para JK ser bem-sucedido em seus planos econômicos, precisaria dos investimentos vindos dos EUA e, para tanto, era necessário barganhar, de alguma forma, com os norte-americanos. Janary, como Presidente da Petro, poderia, segundo a visão defendida pelo periódico, ser um caminho

continente, que visava fundamentalmente apagar as marcas da política do Big Stick que caracterizara as ações anteriores dos Estados Unidos na região latino-americana” (HIRST, [s.d.]).

¹¹⁴ Em 1953, em meio à luta pelo poder, a Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) e o Serviço Secreto de Inteligência do Reino Unido (MI6) organizaram um golpe contra o governo de Mosaddegh. A tentativa fracassou, e o Xá se viu obrigado a deixar o Irã. Temendo uma aproximação entre Mossadegh e a União Soviética, a CIA apoiou uma greve comandada pelo Exército, o que resultou na renúncia de Mossadegh e no retorno do Xá do exílio (LEONEL; PASCOS, 2020, p. 1).

para tal feito. Em certa altura, afirmava o editorial: “neste capítulo de petróleo é preciso reconhecer que JK foi sabido quando trouxe para a direção da Petrobrás o sr. Janary Nunes” (*Tribuna da Imprensa*, 15 fev. 1956, p. 1), visto que o militar não era detentor de saber técnico, mas possuía “experiência comprovada, em contatos com o capital estrangeiro que necessita das coisas preciosas do Brasil” (*Tribuna da Imprensa*, 15 fev. 1956, p. 1).

Eisenhower¹¹⁵ era presidente dos Estados Unidos desde 1953, e sua política em relação ao Brasil e demais países latino-americanos se caracterizava pelo não oferecimento de suporte financeiro a estas nações. Todavia, seus interesses não foram abandonados no continente. Em 1955, a notícia de que fora encontrado petróleo na cidade de Nova Olinda, no Amazonas, se espalhou rapidamente por diversos jornais, como *JB* e o *Diário Carioca*, nos quais foram veiculadas informações e especulações sobre o assunto. A página 6 do primeiro caderno do *Jornal do Brasil*, do dia 19 de março de 1955, por exemplo, veio apresentando uma matéria, espremida entre outras e situada na parte inferior da página com o título: “O petróleo de Nova Olinda – Cinco mil barris diários por quinhentos anos” (*Jornal do Brasil*, 19 mar. 1955, p. 6). O corpo do texto trazia opiniões de políticos e até mesmo militares que viam a descoberta com forte entusiasmo. No mesmo dia, o *DC* também noticiava o tema, contudo, o enfoque era outro.

O periódico escreveu que as notícias sobre o poço na Amazônia brasileira haviam chegado aos Estados Unidos. O tom das informações contidas na matéria procurava, de forma positiva e sutil, construir um olhar no qual a participação estrangeira no ramo do petróleo no país era algo possível sem que ocorresse, contudo, qualquer quebra do monopólio ou regras na exploração do óleo no território nacional. O espaço disponibilizado na página 2, onde era possível encontrar a coluna diária “Nos quatro cantos do mundo”, não estava exatamente em destaque, porém havia maior visibilidade que no *JB*, trazia o título: “O petróleo da Amazônia repercute nos E. Unidos” (*Diário Carioca*, 19 mar. 1955, p. 2) e seguia relatando uma entrevista do então presidente da estatal brasileira, Hélio Beltrão, dada na casa do cônsul geral do país nos EUA, a respeito de Nova Olinda. Dizia o cônsul durante a interlocução transcrita pelo *DC*:

Ao apresentar à imprensa, o doutor Hélio Beltrão, diretor da Petrobrás, declarou que a notícia da descoberta de petróleo na Amazônia deve encher de satisfação a todos os brasileiros e vem aumentar o nosso otimismo em relação ao futuro do Brasil (*Diário Carioca*, 19 mar. 1955, p. 2).

A matéria seguia afirmando que o mesmo diretor havia sido “convidado pela Standart

¹¹⁵ David Dwight Eisenhower foi o 34º. Presidente dos Estados Unidos; exerceu o cargo por dois mandatos consecutivos, entre 1953 e 1961.

Oil Company¹¹⁶ da Califórnia a visitar São Francisco e Los Angeles” (*Diário Carioca*, 19 mar. 1955, p. 2). A mesma edição do *DC* trouxe também, na página 12, matéria muito similar à do *JB* referente à capacidade de produção do poço recém-descoberto. Nos meses seguintes, o jornal por nós estudado recorrentemente voltou a trazer notícias e reportagens, por vezes dispostas também na coluna “Plenário do Senado”, sobre o Petróleo em Nova Olinda e com frequência utilizava manchetes e *subleads* que buscavam operar no intuito de informar e opinar, mesmo que de maneira não aparente. Afinal de contas, conforme analisado por nós em capítulo anterior, o *sublead* continha uma espécie de resumo da reportagem, podendo, por sua vez, servir para apresentar detalhes que melhor condiziam com a opinião do jornal.

Vamos observar, por exemplo, a coluna acima citada no dia 22 de março de 1955, quando foi publicada uma reportagem sobre o monopólio do governo na estatal. A manchete “O Petróleo continua em foco projetado pelos nacionalistas” (*Diário Carioca*, 22 mar. 1955, p. 3) trouxe a questão de uma proposta de lei que poderia alterar a orientação de controle estatal na Petro. A leitura do texto na íntegra não indicava uma total desaprovação em relação a uma possível modificação sobre a política monopolista do governo. A matéria possuía o seguinte *sublead*:

Novamente o petróleo foi o assunto dominante dos debates de ontem no Senado, em face da apresentação do requerimento do Sr. Arthur Bernardes Filho, já assinado por outros trinta senadores, que pede urgência para a tramitação do projeto Plínio Pompeu Othon Mader, que dispõe sobre a política petrolífera do país, modificando a orientação atual, do monopólio estatal (*Diário Carioca*, 22 mar. 1955, p. 3).

O engenheiro Yvan Barreto, em entrevista à Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, em um convênio realizado entre o CPDOC e a Petrobrás em 2008, deu seu depoimento – entrevista transcrita em 134 páginas – sobre sua atuação no poço de Nova Olinda à época. Segundo a fala deste profissional, as especulações jornalísticas e até mesmo de políticos, chegava a ser espantosa, como foi o caso tanto do *DC* e do *JB*, citados anteriormente. Sobre o bombeamento deste poço, disse Yvan Barreto: “Você bombeava quatro, cinco horas, e depois secava. Então eles desistiram. A verdade é que furaram em Nova Olinda, parece que foram 13 poços ao todo, e não jorrou. E terminou Nova Olinda” (CARVALHO, 2008, p. 45).

Em 1956, já em andamento o novo governo, o otimismo econômico, exposto pelo presidente em relação a Petrobrás, se caracterizava por identificar a empresa como ponto primordial dentro das perspectivas desenvolvimentistas para o país. Afinal de contas, a

¹¹⁶ Empresa pertencente à família Rockefeller, magnatas do petróleo (Família citada por nós anteriormente quando falamos sobre OCIAA).

produção da matéria-prima petrolífera era um ponto chave no setor de infraestrutura do país. Àquela altura contávamos com as refinarias do Recôncavo Baiano como as mais promissoras na exploração do óleo no país. O setor energético era parte fundamental do Plano de Metas de JK, sendo a estatal um elemento essencialmente importante para o sucesso do desenvolvimento brasileiro. A euforia diante das novas possibilidades econômicas e possíveis avanços industrializantes no país, tendo em vista as perspectivas do campo do petróleo, foi exposta pelo *DC* na terça-feira, dia 17 de janeiro de 1956, na coluna “Panorama Econômico”.

A reportagem, que não continha assinatura de nenhum jornalista, situação comum na folha, trazia um texto carregado de animação em relação à empresa do governo, afirmando que apesar de ainda não termos autossuficiência na transformação do óleo em alguns produtos importantes, como o combustível para aviação, nossa produção na área era altamente animadora, visto que os números e a atividade exploratória se mostravam dia a dia mais favoráveis. Segundo a matéria, “com mais duas ou três refinarias, o país estará bem próximo de atingir a sua plena capacidade de consumo que, ano a ano, vem crescendo apreciavelmente” (*Diário Carioca*, 17 jan. 1956, p. 5).

As expectativas em relação à possível exploração do “óleo negro” na região da Amazônia eram enormes. Tanto que, ainda em janeiro de 1956, a coluna “Nossa Opinião” trouxe, no mesmo dia 17, um breve editorial abordando a “impaciência geral dos brasileiros” em relação aos resultados da exploração petrolífera na Amazônia, afirmando que:

Reconhecemos e proclamamos os méritos da Petrobrás [...]. Mas nos permitimos dizer que a *opinião pública* está impaciente. Pede ação mais energética e agressiva. *Isso não constitui crítica* [...] traduz apenas um estado de análise geral. (*Diário Carioca*, 17 jan. 1956, p. 4, grifos nossos).

Neste editorial, que expressa uma opinião formal do jornal, podemos perceber a utilização do termo “opinião pública” para definir o estranhamento frente às incertezas do processo exploratório de óleo na região de Nova Olinda. O próprio periódico partilhava da ideia de que a matriz energética em questão era peça fundamental para o desenvolvimento nacional, logo a urgência em conseguirmos autonomia nesta área. O *DC* mais uma vez traz o público para a fala, como se estivesse, naquele momento, falando em nome dele, tomando, simultaneamente, o cuidado em expor que não estava realizando uma crítica, mas sim uma observação que tinha como objetivo evidenciar o papel importante da empresa para o país. Não era de interesse do jornal, naquele momento, se indispor com as forças políticas em ação, visto que em poucos dias JK seria empossado. Usar o leitor, o público, era uma estratégia recorrente dentro do *Diário Carioca* e até mesmo em outros jornais.

Tal fato era, na realidade, uma maneira de trabalhar o discurso jornalístico com a finalidade de se construir uma ótica a respeito de uma situação. Segundo Ferreira (2015, p. 63), as fontes comunicativas podem promover juízos de valor no meio coletivo, opiniões, escolha e até mesmo posicionamentos político-econômicos, pois elas não são caracterizadas pela neutralidade, fato que pode ser observado quando há, em diversas ocasiões, um proposital enquadramento temático nas folhas, visto que “levam em consideração as diferentes forças políticas envolvidas”. O artigo não deixou de ser uma forma de evidenciar, mais uma vez, o papel fundamental do petróleo para o crescimento econômico do país, ainda mais em um contexto histórico que contava com as volumosas promessas de desenvolvimento econômico por parte do presidente. O *Diário* era uma folha que, àquela altura, estava amplamente comprometida com os projetos do presidente eleito em 1955. As realizações da Petrobrás, sem dúvida alguma, estavam no cerne das metas econômicas de JK. Todavia, o óleo negro amazônico, posteriormente, não apresentou resultados muito gratificantes.

O *DC* partilhava da ideia na qual a participação estrangeira na Petrobrás deveria acontecer de forma a não minar a sua base genuinamente nacional, e isso é importante ressaltarmos. As abordagens ressoavam muito no sentido de se descobrir um meio para tal feito, ou seja, sem entregar a estatal ao capital estrangeiro. Conseguimos identificar essa perspectiva dentro do *Diário Carioca* quando nos atentamos ao fato de que, eventualmente, o jornal ressaltava, em algumas de suas edições, as deficiências técnicas para exploração do óleo no país, trazendo para suas linhas a primordialidade de o governo encontrar caminhos que suprissem tal necessidade. Por vezes, o *DC* expôs em suas reportagens, notícias e editoriais que o capital estrangeiro poderia ser uma luz para tal questão. Em contrapartida, em um movimento praticamente oposto, podemos citar o parlamentar e proprietário dos *Diários Associados*¹¹⁷, Assis Chateaubriand. Este sempre fora contra a estatal, defendendo uma política de entrega da empresa ao capital alienígena, utilizando, por vezes, seus veículos comunicativos para explorar tal posicionamento, isto é, realizando o movimento ao qual fazíamos referência mais acima, o de utilizar os meios comunicativos como recursos de defesa de certas visões de mundo. O *DC*, do dia 22 de maio de 1956, informou na coluna “Plenário do Senado”¹¹⁸ sobre o parecer do empresário e político a respeito do anúncio feito pelo governo em aumentar o capital estatal da

¹¹⁷ Conglomerado jornalístico pertencente ao empresário Assis Chateaubriand. Inicialmente era composto pelo *Diário da Noite* carioca e o *Paulista*, chegando a contar com outras mídias, inclusive a televisiva.

¹¹⁸ O jornal contava com as colunas: Plenário do Senado e Plenário da Câmara. Variava a frequência com que as duas colunas saíam juntas sempre na página 3. Quase todas traziam também súmulas dos debates empreendidos nas duas casas.

empresa. Assim nos informava a coluna:

Durante cerca de 90 minutos o sr. Assis Chateaubriand – único orador da sessão de ontem – *verberou* o anunciado aumento de capital da “Petrobrás” de 10 milhões para 20 milhões de cruzeiros. O parlamentar [...] lamentou que o Brasil não siga o exemplo da Alemanha Ocidental que com um saldo, ano passado, de mais de 1 bilhão de dólares no seu comércio, chama, tranquilamente a “Satandart Oil” e lhe entrega uma concessão para refinarias no custo de 119 milhões de dólares [...] enquanto os brasileiros insistindo no regime estatal para exploração de petróleo, conseguiram apenas rendimento de 2.500 barris diários (*Diário Carioca*, 22 maio 1956, p. 4, grifo nosso).

No segundo semestre do mesmo ano, 1956, em outra reportagem, pequena, mas na primeira página e situada logo abaixo do cabeçalho do jornal, foi publicado um texto de título “Arte Nacionalista” (*Diário Carioca*, 1956, p. 1). A matéria de 14 de outubro vinha tratando sobre a visão do estudioso de Balzac¹¹⁹, Paulo Frederico de Souza Borges, sobre o nacionalismo no Brasil. A opinião deste intelectual – a caminho de Paris, patrocinado, por sua vez, pelo próprio jornal para realizar debates a respeito de literatura e política – estava, segundo o matutino, totalmente veiculada à ideia de que o nacionalismo era algo muito positivo em vários sentidos, como, por exemplo, nas artes. Porém, não era interessante desconsiderar de todo a participação estrangeira, mesmo que limitada em alguns segmentos. A matéria em certa altura cita a Petrobrás, quando o periódico transcreve, no *sublead*, parte da opinião do intelectual. O texto vinha assim escrito:

Sem jacobinismo. Deve-se estimular o espírito nacionalista – opinou Paulo Frederico – diretriz mestra para uma política capaz de levar o Brasil para frente. Pode-se e deve-se explorar nossas riquezas com nossos próprios recursos. Não sou contra o capital estrangeiro fiscalizado. Mas acho, por exemplo, que a Petrobrás foi a melhor solução para a exploração do nosso petróleo (*Diário Carioca*, 1956, p. 1).

A matéria, mesmo que não extensa e com enfoque na questão artística, dá mais uma vez o tom do discurso do *Diário* em relação às perspectivas de desenvolvimento econômico e social do país. Isto é, muito em consonância com a visão defendida pelo presidente eleito, JK. Um desenvolvimentismo, no qual a participação estatal em setores vitais de nossa economia era imprescindível, sem deixar de estimular a participação estrangeira no processo. Havia, desde o início de 1956, entre jornais e políticos de oposição à JK, como, a *Tribuna da Imprensa* de, Carlos Lacerda, por exemplo, uma tendência em caracterizá-lo como um governante que entregaria a Petrobrás ao capital estrangeiro,

Em uma reportagem de 3 de fevereiro daquele ano, o vespertino de Lacerda trazia, na página 3, o assunto de que no meio político ocorria forte desconfiança em relação às

¹¹⁹ Escritor francês do século XIX.

indefinições para o futuro da Petrobrás por parte do presidente eleito. A “imagem” produzida pela matéria procurou evidenciar Kubitscheck como alguém que mudaria radicalmente a empresa. A manchete vinha da seguinte maneira “Iniciada a marcha de liquidação da “Petrobrás” (*Tribuna da Imprensa*, 3 fev. 1956, p. 3), e, ao longo do texto, a abordagem de que diversos políticos na Câmara e no Senado, além de militares, estavam preocupados com a escolha de JK para a presidência da Petro, o General Janary Nunes¹²⁰. Segundo a matéria, este não possuía capacidade necessária ao cargo e isso era, por si só, motivo de descrédito. O título trazido pela *Tribuna* nos permite visualizar a tendência em se criar uma atmosfera de desconforto em relação ao presidente da república e suas intenções com a empresa. Esse *modus operandi* do periódico se repetiu em diversas ocasiões ao longo do governo eleito. Inclusive, o próprio *Diário Carioca* chegou a fazer menção a este tipo de publicação em alguns jornais oposicionistas. Postura condizente com as posições políticas adotadas pelo *DC*, ou seja, explicitamente favoráveis à JK.

Em 1957, nosso jornal em estudo publicou um editorial na coluna “Nossa Opinião” em 4 de janeiro, debatendo, mais uma vez, a questão do nacionalismo em torno da exploração petrolífera no país. A forma como o artigo sai em defesa de JK e da Petrobrás, com seus respectivos avanços durante aquele período, é clara e direta:

[...] O Governo Kubitscheck, *acusado caluniosamente de sabotar* a Petrobrás, pode ser denominado o Governo do Petróleo Brasileiro, por tudo o que tem feito para ajudar a empresa estatal. Das quarenta sondas que possuíamos dez foram adquiridas este ano. Afinal de contas, não há razão para tomar as dores dos trustes que perderam o bom negócio por sua política pouco inteligente: viviam a apregoar que não havia petróleo no Brasil e nunca se interessaram por explorar nossas jazidas enquanto tinham óleo de sobra em outras áreas [...]. *A Petrobrás existe, a Petrobrás está trabalhando, a Petrobrás está vencendo, graças ao apoio integral que lhe está dando o Governo e que lhe devem dar todos os brasileiros, mesmo os que ontem discordavam de sua criação* (*Diário Carioca*, 4 jan. 1957, p. 4, grifos nossos).

Alguns pontos interessantes para notarmos na fala do *DC* neste editorial: primeiro em relação à questão dos trustes internacionais que nunca se interessaram pelo país no sentido petrolífero. Precisamos lembrar, conforme analisado por nós anteriormente, que os Estados Unidos são um país de inúmeros trustes que não se dispuseram a explorar o recurso em questão no Brasil, visto que em outras áreas, como, por exemplo, o Irã, o ouro negro vislumbrava possibilidades maiores. Segundo ponto é maneira enfática pela qual o *DC* procura marcar um

¹²⁰ O governo JK tratou de se cercar de militares em alguns postos-chave da administração pública, como estratégia para estabilidade política. A Petrobrás, por exemplo, durante seu governo foi chefiada por dois militares: General Janary Nunes (governador do Amapá durante o governo Vargas) e, posteriormente, pelo General Idálio Sardenberg. Este critério ajudou a esvaziar a oposição ao governo dentro dos quartéis. Para o CNP outro militar fora escolhido, o Coronel Alexínio Bittencourt. O General Janary foi um forte incentivador na busca por poços de petróleo na Amazônia, entre outros pontos na área florestal do Amapá.

ponto de que a Petrobrás estava deslanchando em crescimento, principalmente por conta da administração JK. Mais uma vez, um discurso carregado de simbologia que buscava, por seu turno, dar um recado certo aos opositores do governo, inclusive àqueles que se colocaram contra a própria criação da empresa, a exemplo, Assis Chateaubriand.

3.2 A questão do câmbio e as instruções da SUMOC: a visão do *Diário Carioca*

O mercado cambial diz respeito ao valor que uma moeda nacional possui em relação a outra, sendo regulado, por sua vez, por meio de regras e acordos estipulados pelos países. Sua importância gira em torno do funcionamento das transações internacionais, podendo influenciar substancialmente o nível de produtividade de um país, a taxas de inflação, bem como o comércio exterior. As regras que normatizam as taxas de câmbio são inúmeras e têm ligação direta com as políticas econômicas adotadas pelas nações. Destarte, a forma como um governo trabalha seu mercado cambial vai variar muito, pois depende de contextos político-econômicos e históricos. No Brasil, o regime de câmbio, na primeira metade do século XX, esteve muito relacionado à principal atividade econômica desempenhada pelo país, ou seja, a agro exportação. Logo, os bens industrializados no Brasil eram quase todos adquiridos por intermédio das importações. Assim, durante muito tempo, a regulação cambial sempre esteve atrelada aos interesses dos produtores ruralistas. A entrada de divisas acabava sendo determinada pelo termômetro das negociações agrícolas no âmbito internacional, e o café, durante décadas, foi seu carro-chefe. Para administrar as normas referentes aos valores das moedas, os governos brasileiros, assim como os demais países pelo mundo, dispunham de órgãos responsáveis para tal tarefa. Tal descrição nos leva ao entendimento de que o tema é bastante importante para um país, tornando-o automaticamente alvo de debates entre os diversos veículos sociais, como, por exemplo, a imprensa.

Neste sentido, a questão do controle do câmbio no Brasil há tempos era assunto de questionamentos por parte do *Diário Carioca*. De maneira mais geral, a postura do governo brasileiro nesta área, pós-Segunda Guerra, possuía como objetivo providenciar a queda na inflação, visto que, a depender do câmbio, as importações seriam reduzidas. Órgãos como CEXIM (Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil) e FIBAN¹²¹ ligados, por

¹²¹ Os dois órgãos foram criados ainda durante o governo Dutra. Enquanto a CEXIM tinha como objetivo aquecer as exportações brasileiras e buscar condições favoráveis aos agentes importadores no país, apesar de ser importante ressaltar que, em momentos de controle das importações, o órgão precisou trabalhar no sentido de controlar as compras internacionais. Já a FIBAN era outro órgão federal que possuía como objetivo fiscalizar as

sua vez, ao Banco do Brasil e, conseqüentemente, subordinados ao presidente da República, além da SUMOC, submetido ao Ministério da Fazenda, determinavam as variações e funcionamento das taxas cambiais. Desde 1952, ainda durante o governo Vargas, a capacidade de obtenção de sucesso com as taxas cambiais adotadas vinham sofrendo fortes críticas do *DC*, sendo observadas estas em editoriais importantes dentro do impresso, como “Nossa Opinião” ou a coluna de Pedro Dantas (Prudente de Moraes Neto), cronista parlamentar de escrita voraz e afiada. Em 20 de agosto de 1952, o editorial do jornal na página quatro, discutiu, de forma dura e repleta de julgamentos, a política de divisas do país. O artigo julgava que as lideranças dentro destes órgãos não possuíam qualquer experiência, e que as políticas tomadas até então não estavam surtindo efeito. Assim trazia o texto:

No começo do atual governo, quando se iniciou a insensata política de desperdiçar divisas [...] tivemos o ensejo de chamar atenção das autoridades. Em fevereiro de 1951 dispúnhamos de mais de 5 bilhões de cruzeiros em reservas acumuladas no exterior [...]. Jamais fora tão promissora a situação econômico-financeira do Brasil. Entretanto, foram adotadas em relação às importações diretrizes imprudentes, a começar pela entrega da Carteira de Câmbio e da CEXIM a elementos que não possuíam a necessária experiência (*Diário Carioca*, 20 ago. 1952, p. 4).

As críticas em torno desta temática não mudaram muito no início de 1955, ainda durante o curto mandato de Café Filho. O controle cambial, dentro da perspectiva do governo, “refletia tentativas de enfrentar problemas presentes e imediatos do balanço de pagamento, reserva de câmbio, inflação” (HUDDLE, 1963, p. 5), entre outras situações relacionadas ao esforço de desenvolvimento econômico do país. Contudo, o *Diário* continuava a defender que as medidas adotadas até o momento não estavam funcionando de forma eficaz. O Sr. Eugênio Gudín foi nomeado Ministro da Fazenda pelo vice de Vargas ainda em setembro de 1954, logo após o fatídico agosto daquele ano. Ao longo do exercício do cargo, Gudín acabou assumindo que a prática relativa às variações de câmbio havia falhado em seu propósito. Em abril de 1955, por exemplo, o ministro respondeu a uma sabatina no Congresso para responder ponderações a respeito do aumento da gasolina, afirmando que tal medida era a solução viável para equilibrar as contas públicas, visto que o controle de divisas não estava proporcionando resultados tão positivos para a balança de pagamentos do governo.

Em editorial de 2 de abril de 1955, o então cronista parlamentar do *DC*, Pedro Dantas, pontuou sobre a arguição do chefe da pasta da fazenda no parlamento, elogiando-o ao longo da primeira parte de seu artigo pela exposição bastante didática em relação aos caminhos das políticas cambiais brasileiras nas últimas décadas e no reconhecimento, por parte do então

transações bancárias, visto que as negociações internacionais também passavam pelos agentes do setor, pois as negociações envolviam divisas.

ministro, de que o controle cambial havia falhado em suas metas anti-inflacionárias. Até este ponto, a explicação de Gudin ia ao encontro de uma visão há muito defendida em outros textos, tanto de Pedro Dantas, como em editoriais do próprio *Diário* e de outras figuras importantes do jornal, como Danton Jobim.

Entretanto, o tom ácido e crítico do cronista aparece quando surge a afirmação de sua decepção diante do trabalho desempenhado pelo Ministro. Afinal de contas, era sabido nos meios político-econômicos que o então responsável pela Fazenda era uma figura declaradamente liberal e questionadora quando se tratava da “intervenção do Estado na economia” (RODRIGUES, 2005, p. 122), prática que vinha sendo realizada por meio do controle do câmbio e aumento da gasolina para sanar as contas do governo. Segundo Prudente, era vital que o chefe da pasta colocasse em prática o fim de tal política cambial. Para o cronista, isto sim seria de grande importância para o desenvolvimento econômico do país, e não simplesmente buscar recursos no aumento do combustível. Dizia o editorial:

A explicação comprova o que temos sustentado reiteradamente nestas colunas: o que o Governo está fazendo é uma política financeira. Seu problema é de numerário, e a esse problema, estão sendo sacrificados os interesses econômicos da nação. Não é de hoje, é de longa data. *Mas, desse Governo esperava-se que não fizesse como outros, já que foi buscar uma figura eminente, como prof. Gudin, para entregar-lhe a gestão econômico-financeira.* [...] Se a quintessência e o suprassumo do regime de controle cambial e o sistema de ágios [...] fracassou. [...] O professor Gudin sabe perfeitamente, sabe melhor do que nós, que, enquanto isso não for feito, o país não encontrará solução para seus problemas econômicos urgentes. (*Diário Carioca*, 1955, p. 4, grifo nosso).

Inclusive, o início do editorial de Prudente elogiou, não apenas o excelente didatismo do discurso do Ministro Gudin, como também fez referência, em tom irônico e sarcástico, que as explicações dadas sobre a história do sistema de ágios no país haviam sido de grande valia, pois serviu de lembrança aos “homens da nova geração, que já não guardavam memória dos tempos anteriores aos ágios, à CACEX, a SUMOC, à Cexim e outros *bichos da mesma espécie*” (*Diário Carioca*, 1955, p. 4). As críticas a esses órgãos do governo não eram novidade alguma nos artigos do jornalista. A grande ironia a ser percebida é que, justamente em maio, mês seguinte ao editorial trazido aqui por nós, Prudente de Moraes Neto deixa o *Diário Carioca* para assumir “a direção da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)” (FGV CPDOC). É fato a existência de considerável *capital político, social e cultural* do jornalista, a começar por ser neto do primeiro presidente civil da República no país, além dos muitos anos como cronista parlamentar do *Diário Carioca*.

Ao longo de diversas edições, conseguimos identificar que o DC possuía uma postura bem crítica face às decisões econômico-financeiras adotadas pela gestão Café Filho. As divergências no campo político eram fortemente acompanhadas pelas críticas econômicas.

Ainda em janeiro de 1955, alguns números do *Diário Carioca* saíram com diversos posicionamentos ácidos, abordando que a economia do país estava paralisada e quem sofria com esta situação era, especialmente, a classe trabalhadora, os comerciantes e empresários do setor industrial.

Na visão do jornal, a restrição ao crédito, por meio de um controle cambial equivocado, e as dificuldades de divisas no país estavam impondo uma verdadeira estagnação econômica, com efeitos negativos no custo de vida. Em outra reportagem, no dia 9 de janeiro de 1955, mais especificamente na página 3, aparece em destaque no canto superior esquerdo, uma reportagem ironizando o fato de que, enquanto o Ministro Gudim dava declarações com uma “voz desanimadora e fisionomia vencida” (*Diário Carioca*, 1955, p. 3) em relação à situação da economia nacional, o presidente Café Filho, alguns dias depois, falava em prevenção “contra o pessimismo e contra o derrotismo, porque o atual governo estava certo de jugular a crise” (*Diário Carioca*, 1955, p. 3). A reportagem trouxe, assim, informações a respeito das declarações daquelas duas figuras importantes no cenário brasileiro, da mesma forma que opinava sobre estas, utilizando o recurso da ironia ao afirmar que foram “duas manifestações flagrantemente antagônicas, com somente 7 dias” de diferença (*Diário Carioca*, 1955, p. 3), e que era urgente “que os homens mais responsáveis pela sobrevivência da Nação, [...] entrassem em perfeito entendimento” (*Diário Carioca*, 1955, p. 3).

Outro momento, em que observamos ponderações a respeito do sistema de câmbio adotado no país, foi exposto em uma matéria da seção sobre economia do jornal. A coluna “Panorama Econômico” não costumava ser longa. Geralmente ocupava metade da folha, por vezes até menos, e trazia sempre reportagens com certo teor opinativo, além de notícias que não transmitiam declaradamente um juízo de valor. Os demais espaços da página eram ocupados pelos mais variados tipos de propagandas. Enfim, a reportagem a que estamos nos referindo neste momento fazia conexão direta com as noções de desenvolvimento econômico defendidas pelo *DC* para o Brasil. Segundo o jornal, o fato de nosso país não apresentar uma política clara de proteção alfandegária para certos produtos, estava minando a possibilidade em se estabelecer uma sólida expansão do setor siderúrgico – o texto faz referência direta à CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) –, vital ao crescimento do brasileiro.

Ainda de acordo com a matéria, era preciso tornar o nosso ferro e aço mais competitivo em relação ao estrangeiro. Isso nos ajuda a perceber qual ideia o periódico fazia sobre as alavancas necessárias ao desenvolvimento econômico brasileiro. Isto é, uma industrialização que tivesse como norte o incentivo e a proteção ao setor de empresas estratégicas. Apesar de ser importante, rememorarmos que tal postura assumida pelo jornal não significava uma total

aversão ao capital estrangeiro, conforme analisamos no ponto sobre a Petrobrás. A reportagem de título “Proteção da indústria pesada é medida de defesa nacional” trazia a seguinte fala:

É essencial para o Brasil que seja salvaguardada, a todo transe, a sua indústria pesada, de que tem em Volta Redonda a sua maior expressão. Não há nação forte e poderosa, no mundo, que não possa prescindir do concurso da indústria básica. [...] Atualmente, a indústria nacional do ferro está completamente desprotegida [...]. Se quisermos sua sobrevivência, não há como opor ao “dumping”¹²² estrangeiro que nos ameaça [...]. A maior defesa, na ausência de um eficiente sistema defensivo alfandegário, está na transferência de categoria do ferro ou aço importado, de todos os tipos, de acordo com o atual sistema cambial vigente, a fim de que a produção nacional não sofra o impacto da terrível e insidiosa concorrência estrangeira. [...] O ferro e o aço, de procedência alienígena, continuam a desembarcar em nossos portos, às toneladas competindo com vantagem de preço com os de origem nacional (Diário Carioca, 1955, p. 5, grifo nosso).

Alguns anos antes, a instrução 70 da SUMOC entrou em vigor, mais especificamente no segundo semestre de 1953, ainda durante o segundo governo Vargas, e determinava que, tanto as exportações quanto as importações, fossem elas de produtos primários ou não, ficariam submetidas a certos níveis de taxa de câmbio pré-determinados, tendo como parâmetro o tipo de mercadoria a ser vendida ou comprada no mercado externo. Ou seja, na prática, havia certa intervenção do Estado na economia via taxas cambiais, conforme indicado mais acima. Osvaldo Aranha assumiu a Fazenda no segundo governo de Getúlio e, dentro de sua perspectiva econômica, o problema do Brasil era a escassez de moedas de troca, visto que um programa de industrialização consumia divisas no país. Para o ministro, era essencial aumentar as exportações e, assim, procurar resolver a situação do déficit na balança de pagamentos. Desta forma, dentro das regras da Instrução, os produtos estrangeiros não essenciais seriam alvo de contenções. Segundo Young:

A reforma cambial tinha por objetivo incentivar as exportações, eliminar controles burocráticos de importações e, principalmente, aumentar a participação do Estado nas rendas das transações com o exterior, através de divisas de mercados cambiais (YOUNG, 2014).

Alguns bancos recebiam licença para vender câmbio para quem quisesse importar e comprovasse que sua compra estava dentro das faixas pré-determinadas pelo governo. Entretanto, para exportar, necessariamente, as transações de troca de moedas deveriam passar pelo Banco do Brasil, como por exemplo, o café. Uma tentativa clara de fazer com que as reservas cambiais do país fossem positivadas. Assim que a Instrução 70 começou a vigorar, o *Diário* também iniciou a construir sua posição diante do tema econômico que, por sinal, nunca

¹²² Dumping, de uma forma geral, é a comercialização de produtos a preços abaixo do custo de produção. Basicamente para eliminar a concorrência e conquistar uma fatia maior de mercado (WOLFFENBÜTTEL, 2006).

foi positiva. A visão do chefe da Fazenda foi debatida em artigo de capa escrito por Danton Jobim em 16 de outubro de 1953, de título “Salto no escuro”, dias após serem baixadas as novas regras da SUMOC. Em certa altura do texto, o jornalista escreve que, de acordo com Osvaldo Aranha, “seria melhor que essa indústria não tivesse nascido” (JOBIM, 1953, p. 1). Neste mesmo texto, sobre os caminhos econômicos adotados pelo ministro de Vargas, Jobim destilou toda sua desconfiança sobre o assunto, afirmando que:

Em primeiro lugar, *somos* dos que duvidam da perfeita legalidade da Instrução baixada pela SUMOC. [...] acrescente-se a isso que a nova política, dificultando a introdução no país de bens não essenciais, favorece a criação de indústrias de artigos de luxo, enquanto desencoraja a produção de adubos [...] e implementos agrícolas [...] facilitando [...] o estrangeiro (JOBIM, 1953, p. 1, grifo nosso).

As novas regras da SUMOC não foram tão bem recebidas pelo jornal. É interessante nos atentarmos à forma como o diretor de redação do *Diário* expôs seu julgamento, ou seja, ele estava afirmando em seu editorial que não falava apenas por si, mas pelo jornal, utilizando, para tal fim, o verbo “somos”, conforme grifado por nós na citação. A Instrução 70 permaneceu até o ano em 1957, funcionando, a partir de 1955, concomitante à Instrução 113, como será analisado mais à frente. As críticas em relação à medida da Superintendência continuaram sendo alvo do *Diário* ao longo do governo Vargas e até mesmo um pouco após. A coluna “Panorama Econômico”, ocasionalmente, publicava reportagens que tratavam do tema, sempre pautadas por julgamentos negativos.

A questão da indústria pesada no país e a faixa cambial na qual se encontrava foram exemplos destes questionamentos realizados pela coluna econômica do *DC* à norma da SUMOC e, por consequência, ao governo. No caso, entre as argumentações utilizadas, sobre o assunto industrialização e instruções da SUMOC, havia a fundamentação da ideia de que a siderurgia importada por nós estava em uma categoria cambial errada dentro da Instrução, o que favorecia que os concorrentes estrangeiros tivessem vantagens sobre nós. Na prática, o periódico entendia que a aplicação da Instrução 70 estava sendo realizada de forma equivocada, na medida em que não privilegiava setores que pudessem contribuir para alavancar a industrialização brasileira. De toda maneira, insta identificar que as medidas tomadas pela SUMOC, a partir de 1953, acabaram por “favorecer as políticas implementadas por JK [...], pois serviu para o governo manipular vantagens cambiais [...] para importações consideradas fundamentais (petróleo, papel, trigo)” (BRANDÃO; ROCHA, 2016, p. 95).

O grau de virulência dos questionamentos feitos pelo *DC* às diversas medidas adotadas

pela CAXEX¹²³ arrefeceu em função dos efeitos positivos da Instrução 113¹²⁴, o que não significou ausência de criticidade, e, posteriormente, como consequência do próprio apoio dado a JK e ao Plano de Metas. A “113” tratou de redigir as linhas de vantagens para investidores externos, muito embora seja possível encontrarmos reflexos negativos da medida, como por exemplo, o que nos informou o *DC* em 13 maio de 1955, quando foi trazido na íntegra um documento redigido pelo sindicato da indústria de moagem no país. Segundo a informação trazida pelo periódico, havia certo “inconveniente à importação de moinhos de trigo como investimento de capital estrangeiro” (*Diário Carioca*, 13 maio 1955, p. 8), visto que o país possuía capacidade de moagem alta, porém não estava, àquela época, funcionando em sua capacidade total, pois o consumo do produto, importado, em sua maioria, havia diminuído em virtude da falta de divisas no país.

Todavia, a dilatação econômica proporcionada pela “113” possibilitaria, dentro das perspectivas do plano econômico de JK, que o atraso e pobreza nacionais fossem banidos do país a curto e médio prazo. Portanto, a funcionalidade da Instrução no governo de Kubitschek deveria ser direcionada aos setores estratégicos, como energia, transporte, alimentação, indústria básica, educação (em tese), além de contar com a construção da nova capital, Brasília. É importante ressaltarmos que foi Eugênio Gudin, ainda durante o governo de Café Filho, quem “promulgou, em 17 de janeiro de 1955, a Instrução 113 da SUMOC” (CAPUTO; MELO, 2009, p. 518), o que na prática estimulou a entrada de capital estrangeiro no país no setor industrial.

Em um editorial de um domingo, 13 de março de 1955, no caderno “Economia e Finanças”, Brasília Machado Neto, já mencionado por nós, em mais uma análise sobre a questão da Petrobrás, criticou novamente as impossibilidades estrangeiras em participar da atividade petrolífera no país. A falta de recursos tecnológicos de ponta para exploração e refino do óleo poderia ser reduzida, caso a Instrução 113 fosse utilizada como meio facilitador deste tipo de investimento. Machado aponta como radicais aqueles que defendiam ardorosamente a causa do monopólio da empresa pública no setor. Em certo ponto de seu texto, afirma:

Não tem faltado quem embandeire em arco o *mastro jacobinista*, apontando ovante aos partidários da livre empresa a economia de divisas resultante da atividade da Petrobrás como prova definitiva do acerto da solução estatal (NETO, 13 mar. 1955,

¹²³ A Carteira de Comércio Exterior (CAXEX) foi criada pelo governo Vargas em 1953 e regulava as licenças para importação e exportação. Veio para substituir a CEXIM criada pelo governo de Eurico Gaspar Dutra. O órgão colocava em prática as determinações das Instruções, como, por exemplo a 113.

¹²⁴ A Instrução 113 da SUMOC, promulgada em 17 de janeiro de 1955 pelo então Ministro da Fazenda Eugênio Gudin, foi um ato da administração pública que visou disciplinar uma área da atividade econômica do país. No caso específico desta instrução, ficou estabelecido que a CACEX (Carteira de comércio exterior do Banco do Brasil) estava autorizada a facilitar a importação de equipamentos com o intuito de modernizar a indústria nacional, sem que a balança de pagamentos do país fosse ameaçada.

p. 20, grifo nosso).

Na sequência, o editorialista indica a Instrução como possibilidade positiva para resolver a questão do petróleo em nosso país. Continuava o artigo:

[...] Até quando fecharemos como insensatos os olhos à realidade? Estaríamos servindo com eficiência muito maior aos interesses do Brasil, e aos da própria Petrobrás, se permitíssemos à livre empresa as operações de refino, exploração e venda do petróleo. As possibilidades de encontrarmos o ouro negro explorável aumentariam, e as economias de divisas seriam ainda mais consideráveis, pois receberíamos o material sem cobertura de câmbio à medida em que se realizassem as aplicações estrangeiras no quadro dos dispositivos da Instrução 113 da SUMOC (NETO, 13 mar. 1955, p. 20).

A ideia defendida neste artigo ratifica, mais uma vez, o posicionamento do jornal em relação à questão do Petróleo, bem como nos dá, também, o indicativo do apoio favorável do *Diário* em relação à criação de medidas capazes de incentivar a vinda de capital internacional para o país, substituindo importações e, assim, proporcionando, em algum momento, uma balança de pagamentos positiva para as contas do governo. É relevante notar que a Instrução foi vista, ao longo ano de 1955 – ainda governo de Café Filho – com certa desconfiança. Apesar de a temperatura das críticas à CACEX ter sido reduzida a partir dos impactos da Instrução 113, ainda havia por parte do jornal certas preocupações relacionadas aos possíveis malefícios trazidos aos investidores nacionais. A grande questão, segundo olhar do *Diário Carioca*, era a forma como a 113 seria aplicada.

Ao utilizarmos o recurso do buscador no site da Biblioteca Nacional, a Hemeroteca Nacional, percebemos que ao colocar a frase “Instrução 113 da SUMOC” apareceram 29 ocorrências publicadas pelo jornal entre 1955 e 1956. Destas 29, identificamos que a maior parte dos questionamentos se encontram no ano de regulamentação da Instrução, ou seja, 1955. A partir de 1956, já com JK como presidente, os questionamentos reduziram bastante. As reportagens a partir daquele ano vinham, em sua maioria, elogiando os benefícios resultantes da medida. Como forma de exemplificar tal apontamento, verifiquemos o *sublead* da coluna “Plenário da Câmara” do dia 16 de junho de 1955. O título: “Capitais estrangeiros não devem sufocar a indústria nacional” (*Diário Carioca*, 16 jun. 1955, p. 3):

A regulamentação da entrada de capitais estrangeiros no país, visando à estabilidade e ao progresso do setor da vida econômica do País onde devem ser aplicados, deve ser feita com objetividade e presteza, para não sufocar a indústria nacional” (*Diário Carioca*, 16 jun. 1955, p. 3).

Em outra oportunidade, já na coluna “Panorama Econômico” de 9 de novembro de 1955, foi publicada uma pequena matéria, na qual, mais uma vez, a preocupação com a indústria nacional aparece. Dizia o texto com o título: “Investimentos estrangeiros” (*Diário Carioca*, 9

nov. 1955, p. 5), no qual eram expostas as discussões acerca da elaboração da Carta de Princípios das Indústrias:

[...] Alguns estudos foram preparados sobre o assunto e a opinião dominante é a de que a Instrução 113 da SUMOC não é a solução ideal [...] A Carta deverá consagrar [...] que o capital estrangeiro é indispensável ao desenvolvimento econômico do país, mas que antes cumpre assegurar a criação de condições básicas que permita a expansão da indústria nacional” (Diário Carioca, 1955, p.5)

A preocupação com a indústria nacional não desapareceu dos artigos do *Diário*, quando o tema era a “113”, todavia, houve certa alteração no discurso quando JK assumiu o poder. Os elogios à Instrução foram mais recorrentes a partir de então. O foco das ponderações e análises deixou de ser a preocupação com indústria nacional¹²⁵. Eventualmente, eram publicadas, de forma bastante otimista, notícias que informavam o volume de entrada de investimentos alienígenas no país. Em reportagem de 21 de abril de 1957, a coluna “Panorama Econômico” trouxe uma avaliação positiva sobre o assunto, na qual a centralidade da discussão era justamente o ambiente sólido proporcionado pelo Brasil aos investidores internacionais, dentre outros motivos, por conta da Instrução 113:

O ano de 1956, no campo dos investimentos estrangeiros, em áreas cuidadosamente selecionadas, foi realmente favorável, pois, conforme assinala a Mensagem do Poder Executivo ao Legislativo Nacional, os capitais invertidos no país se elevaram à cifra de Us\$ 658,7 milhões, entre financiamentos contratados e inversões diretas [...]. Há ainda a acrescentar o valor de US\$ 51,7 milhões, resultante de inversões diretas, correspondentes a bens de produção importados sem cobertura cambial, de acordo com a Instrução nº 113 da SUMOC (*Diário Carioca*, 21 abr. 1957, p. 5).

A medida estipulada pela SUMOC foi, de fato, importante para atrair investimentos internacionais, visto que reduzia a burocracia, além de possibilitar ao capital estrangeiro o envio de lucro às suas matrizes em “taxa de câmbio preferencial”¹²⁶ (CAPUTO; MELO, 2009, p. 518). O jornal aqui em estudo demonstrava-se esperançoso e satisfeito quando a questão era a entrada de ativos externos no país. Contudo, a fim de contrapormos novamente visões sobre um mesmo tema em periódicos diferentes, se torna interessante analisarmos que o *Correio da Manhã*, em 1956, não priorizava em suas páginas os benefícios da Instrução para o plano nacional. Em algumas reportagens o *CM* continuou a insistir no debate sobre a forma como a

¹²⁵ Insta frisarmos que o *DC* não deixou de publicar reportagens que abordassem a questão do investidor nacional e sua relação com a Instrução 113, mas o enfoque muda bastante a partir de 1956.

¹²⁶ A taxa de câmbio é o preço em moeda nacional de uma divisa estrangeira, servindo como padrão monetário para transações internacionais. Quando um país habilita uma taxa preferencial significa que a moeda nacional é regulada para ficar mais cara ou mais barata em relação ao padrão cambial utilizado, geralmente o dólar. No caso especificado em nossa pesquisa, entende-se que esta taxa preferencial (recurso utilizado pela Instrução 113) seria no sentido de elevar o valor da moeda do país, a fim de que a compra de divisas em dólares pudesse ser maior, fato que beneficiaria as empresas estrangeiras na hora de remeter lucros às suas sedes.

medida estava, em algumas situações, prejudicando os investidores internos do país. O jornal trouxe, em 25 de março de 1956, suas análises sobre temas debatidos no Fórum Econômico da FIEMG¹²⁷, ocorrido em Belo Horizonte e patrocinado pelo *Correio da Manhã*. Ao longo da matéria, alguns pontos debatidos no encontro em Minas foram examinados pelo periódico, e a “113” foi um deles. Em sua fala, há a exposição dos efeitos positivos desta, todavia, o periódico faz uma ressalva em tom de crítica sobre a aplicação, na prática, da Instrução para o investidor interno. Dizia a reportagem:

[...] A Instrução 113, aliás, não apenas elevou ao máximo as facilidades proporcionadas ao capital estrangeiro, mas foi além e concedeu a estas nítidas vantagens sobre o nacional. Isto, porque o capitalismo estrangeiro se beneficiava da primeira parte da instrução, que autorizava a importação de equipamentos sem cobertura cambial. A segunda parte, porém, que beneficiaria o produtor nacional brasileiro, concedendo-lhe câmbio oficial, mais uma sobrecarga de quarenta cruzeiros, para pagamento da importação financiada de equipamentos, permaneceu, até hoje, *letra morta* (*Correio da Manhã*, 25 mar. 1956, p. 1, grifo nosso).

O *Correio* ainda insistiria nesta retórica em mais algumas edições entre 1955 e 1960, abordando, inclusive, a necessidade, vista pelo setor empresarial brasileiro, em se alterar alguns pontos da Instrução. Este grau de preocupação dos empreendedores nacionais ficou evidente, por exemplo, em outra reportagem do *CM* de 23 de maio de 1956, quando, na página 10 do primeiro caderno, o jornal trouxe o seguinte *sublead* para a matéria ali em destaque: “Telegrama dos convencionais¹²⁸ ao presidente da República, solicitando alteração da Instrução 113 da SUMOC” (*Correio da Manhã*, 23 maio 1956, p. 10). A matéria continua seu desenvolvimento, partindo da premissa de que a 113 estava sendo desvantajosa aos investidores locais.

É preciso compreendermos que a mais famosa medida da SUMOC nos anos de 1950 contribuiu significativamente para internacionalização da economia brasileira. JK soube utilizá-la no sentido de se associar ao capital estrangeiro e promover, ao mesmo tempo, a possibilidade de obtenção de “recursos em forma de bens importados sem cobertura cambial ao Plano de Metas” (CAMPOS, 2017, p. 118), criando condições, desta maneira, para que setores estratégicos no plano de desenvolvimento do Brasil se tornassem viáveis. Entretanto, vale identificar que a questão das críticas realizadas pelo empresariado nacional frente aos investimentos diretos estrangeiros – facilitados, por sua vez, pela 113 e com inúmeras

¹²⁷ O Fórum Econômico da FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), patrocinado pela entidade e pelo jornal *Correio da Manhã*, tinha por objetivo promover um debate acerca da criação da USIMINAS (Usina Siderúrgica de Minas Gerais), visto que o projeto da COSIPA (Companhia Siderúrgica Paulista) estava em andamento, com participação da CSN. Entidades mineiras protestaram contra os privilégios disponibilizados a São Paulo, sendo o projeto da usina em Minas criado justamente neste encontro.

¹²⁸ O termo “convencionais” utilizado pelo jornal se refere à reunião de empresários em Sorocaba na VIII Convenção dos Industriais do Interior nos dias 19 de 20 de maio de 1956.

dificuldades ao investidor interno – não tiveram impactos muito profundos no cenário político-econômico durante o governo de JK. Tal afirmativa tem como base o fato de que aqueles “estiveram bem pouco preocupados em coibir o ide¹²⁹ e apenas exigiam uma melhor orientação pública do processo” (CAMPOS, 2017, p. 118). O Plano de Metas desenhava àquela altura uma dinamização do parque industrial brasileiro que viria a ser, de certa forma, benéfico aos industriais brasileiros.

A Instrução não foi “demonizada” pelas elites econômicas do país e os grandes jornais já faziam parte deste grupo – a ponto de pressionarem por sua revogação. Os posicionamentos políticos dos periódicos acabavam por ditar o grau e as tendências das críticas. Desta forma, foram escassos os julgamentos negativos sobre a Instrução 113 por parte do *DC*, visto que este, apesar de certo arrefecimento na defesa do governo ao longo do mandato de Kubitscheck, era declaradamente situação. Já o *Correio*, conforme citado anteriormente, se colocou, em diversos momentos, como oposição a Kubitscheck.

A postura do *Diário* nunca foi totalmente isenta de opiniões. As metas jornalísticas que buscavam a produção de textos imparciais, na realidade, ainda não haviam sido alcançadas dentro do periódico ao longo do recorte temporal estudado. Tal fato se torna uma verdade quando identificamos os posicionamentos assumidos pelo jornal pró-JK. Ficou clara a percepção de uma defesa do capitalismo no país, tendo como um de seus pilares centrais a industrialização. As inúmeras instruções baixadas pela SUMOC, ao longo da década de 1950, surtiram efeitos positivos e negativos na economia nacional, e foram analisadas pelo *Diário Carioca*. Estas, por sua vez, impactaram questões relativas à balança de pagamentos e ao próprio processo inflacionário no país. Contudo, o que conseguimos perceber foi um posicionamento bastante confiante do *DC* em relação à “113”, visto que esta colaborou para a entrada de recursos estrangeiros e uma conseqüente contribuição para entrada do Brasil na rota capitalista mundial. Inclusive, esta foi a essência do programa político-econômico do presidente em exercício a partir de 1956.

É claro que não podemos caracterizar o *Diário Carioca* como um jornal que foi conivente com toda e qualquer medida adotada pelo governo entre 1956 e 1960, entretanto, quando o teor do discurso era de natureza negativa, este sempre vinha de forma bastante atenuada, de maneira a não desqualificar Kubitscheck e seu governo. Enfim, o jornal por nós estudado era a favor da entrada de capitais internacionais em solo brasileiro, apesar de ter a compreensão de que esta não deveria ser feita a qualquer custo. Afinal de contas, o

¹²⁹ Ide: Investimentos diretos estrangeiros.

desenvolvimento econômico do país não poderia ser realizado à revelia dos interesses nacionais, tanto dos empresários quanto da população como um todo. Esta era uma característica do pacto populista anteriormente citado neste trabalho.

O *Diário Carioca* foi um jornal de grande importância na história do jornalismo no Brasil. Buscou fórmulas de se reinventar e procurou sempre trazer um olhar irreverente para suas páginas, mesmo quando os temas requeriam certo comedimento. Houve uma tentativa, principalmente por parte daqueles que faziam o jornal girar efetivamente todos os dias, em tornar o *DC* um empreendimento que desse retorno, todavia, a falta de seriedade por parte de seu proprietário, Horácio de Carvalho, e o uso recorrente de improvisação acarretaram uma competição desnivelada em relação a outros jornais melhor estruturados, como *JB*, por exemplo. Observemos os dados a seguir referentes às vendas de avulsos do *DC* e do *JB* no início e fim da década de 1950: a tiragem do *Diário* foi de 45.000 exemplares em 1951 a 17.000 em 1958, contra 60.000 e 57.000 do *Jornal do Brasil* (RIBEIRO, 2000) nos respectivos anos. Os números demonstram um declínio na distribuição do periódico ao longo da citada década, o que não invalidou, de forma alguma, o reconhecimento e até mesmo o grau de influência que o *Diário Carioca* conseguiu construir ao longo de sua vida.

Diante disso, em 1964, um ano após o Golpe dos militares, o *DC* fechou suas portas. Nesta época não pertencia mais a Horácio de Carvalho, que passou o jornal às mãos de Arnon de Melo¹³⁰, época, inclusive, da saída de Souza da empresa. Logo em seguida, Jobim adquiriu o matutino e a postura pró-Jango contribuiu significativamente para a derrocada do jornal. Em 1965, mais uma vez sob propriedade de HC, fechou de vez. Um triste fim para o periódico que marcou a trajetória da imprensa brasileira.

¹³⁰ Jornalista, advogado e político, Arnon é o pai do ex-presidente Fernando Collor de Melo. Ainda ao final da década de 50 filiou-se ao Partido Democrata Cristão, no qual ficou até 1965, quando ingressou no ARENA, apoiando o regime militar no país. Faleceu em 1983.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando estudamos a história da imprensa, sob qual perspectiva for, não podemos dissociar o fato de que existe uma forte ligação daquela com a história em geral, seja ela política, econômica ou cultural. Os periódicos e impressos servem ao olhar do historiador, não apenas como fontes, mas como objetos de análise, o que permite, entre outros aspectos, perceber a construção de visões de mundo diferenciadas e argumentos fundamentados em diferentes perspectivas. É possível afirmar que no campo jornalístico existem formas de agir que podem ser caracterizadas, além de outros pontos, pela busca por distinção e consolidação de certo poder simbólico. O *Diário Carioca* conseguiu responder, no escopo deste estudo, a tais indagações, uma vez que sua trajetória marcou em grande medida o jornalismo brasileiro, além de ter sido uma voz política significativa em diversos momentos da história do país.

O primeiro nome forte que podemos citar, quando o assunto é o *DC*, é o de José Eduardo de Macedo Soares. O *Diário* nasceu pelas mãos deste jornalista e político de ascendência abastada dentro da sociedade brasileira no início do século XX. A fala, sempre muito posicionada de Soares, ganhou altura com o *DC*, embora este não tenha sido seu único empreendimento na área. Ainda durante a Primeira República, *O Imparcial* se caracterizou como uma espécie de “estágio” no campo jornalístico, no qual Macedo Soares conseguiu consolidar capital cultural e até mesmo político, visto que a experiência conquistada lhe trouxe possibilidades de, em 1928, fundar o periódico analisado por nós neste trabalho. Apesar da relevante importância alcançada ao longo dos anos de 1930, o *Diário Carioca* infelizmente teve sua voz abafada, como tantos outros durante o primeiro Governo Vargas, o que nos confere identificar que, foi especialmente a partir do período da redemocratização, que o *Diário* assumiu maior destaque e peso no cenário político nacional, principalmente na Capital e na história do jornalismo brasileiro.

Os anos de 1950 foram extremamente importantes para a história do *DC*, pois foi durante esta década que o jornal realizou feitos no campo jornalístico que acabaram por influenciar, posteriormente, outros periódicos. Pompeu de Souza, Danton Jobim e Luís Paulistano foram outros nomes lembrados em nosso estudo, devido à importância destes dentro do universo de análise da história da imprensa nacional. O capital cultural, político e até mesmo simbólico acumulado por esta tríade colaborou, sobremaneira, para que o jornal entrasse para a história como um dos grandes impulsionadores das transformações jornalísticas no país. Ao longo do primeiro capítulo, buscamos demonstrar essa característica do *DC*, que ficou clara à medida que colhíamos dados teóricos sobre o jornal e ao mesmo tempo conseguíamos

visualizar, no próprio periódico, as mudanças ocorridas naquela redação. Além disso, ao longo do nosso estudo, procuramos relacionar questões teóricas à análise do objeto, para destacar, dentro dos limites desta dissertação, o tamanho da expressividade das opiniões e decisões dos personagens citados ao longo do texto. A leitura cuidadosa de editoriais assinados por jornalistas e políticos, as menções destes indivíduos em artigos do próprio jornal, ou simplesmente em reportagens sobre eles, foram de grande valia para nossas conclusões.

Na sequência desta perspectiva, o segundo capítulo procurou compreender a influência política no cenário brasileiro que o *Diário Carioca* estabeleceu, tendo como centro de nosso estudo o recorte temporal entre 1955 e 1960, isto é, durante a campanha e o governo de JK. O *Diário* havia sido forte opositor político de Getúlio Vargas, fato que se comprovou, entre outras situações, na intensa participação de Pompeu de Souza na chamada “República do Galeão”, conforme citado neste trabalho. Desta forma, observamos que o viés político do *DC* foi muito intenso durante toda sua existência, além dele mesmo ter sido porta-voz e pioneiro das novas técnicas jornalísticas, já que a busca por imparcialidade era, segundo o jornal, uma de suas características mais expressivas. Ficou bastante evidente em nossa pesquisa que o jornal assumiu um forte posicionamento em relação à gestão Kubitscheck. Desde o momento em que uma campanha do ex-governador de Minas Gerais começou a ser vislumbrada, o *Diário Carioca* tomou partido e lançou, em diversas de suas edições, uma grande defesa do político. Enquanto para muitos grupos, JK significava uma continuação do varguismo, como por exemplo o grupo liderado pela UDN e órgãos de imprensa alinhados com essa perspectiva, o *DC* enxergava Kubitscheck como a opção viável ao Brasil. A proximidade de Horácio de Carvalho, proprietário do *Diário*, com Juscelino Kubitscheck foi percebida não apenas por meio da literatura utilizada por nós ao longo da análise, como também nas próprias páginas do jornal.

Outro ponto que nos chamou atenção foi o fato de que, ao longo de seu governo, o chefe do executivo entre 1956 e 1960 compreendeu que precisava se cercar de parcelas significativas dos setores militares, visto a realidade das movimentações golpistas das Forças Armadas ao final do governo de Getúlio e logo após o pleito de 1955. Destarte, JK buscou criar mecanismos que tornassem aquele segmento social como um aliado de sua gestão. O *DC*, apoiador declarado do presidente, também percebeu tal situação e procurou elogiar e enaltecer a imagem dos militares sempre que havia oportunidade. Na mesma medida, criticou, em várias publicações, membros da corporação que almejavam um golpe de estado. Os editoriais de capa assinados por Macedo Soares e Danton Jobim foram essenciais neste contexto. Isto é, o periódico estudado por nós soube trabalhar seu discurso de forma a acompanhar Kubitscheck no jogo político daquele momento.

O terceiro e último capítulo tratou de identificar o discurso do *Diário Carioca* diante de assuntos econômicos valiosos ao governo apoiado por ele. Os debates sobre a Petrobrás, ainda em seus primeiros anos de existência, e a participação de capitais estrangeiros na empresa foram alvos de inúmeras reportagens e editoriais do *Diário Carioca*. Procuramos destacar que, em relação a este ponto, o jornal era a favor de uma política de preservação do aspecto estatal da Petro, sem, contudo, deixar de avaliar que a participação de recursos internacionais seria interessante no sentido apenas de fortalecimento tecnológico. A Instrução 113, neste sentido, poderia ter, ao olhar do periódico, uma função positiva para tal fim.

Sobre inflação e balança de pagamentos, o *Diário* alinhavou uma postura de não alvejar o presidente de críticas, quando esta temática se demonstrava complicada. O jornal conseguia identificar os problemas econômicos no país, ou seja, não possuía uma posição conivente e cega diante de tais questões, todavia, foi possível observar que havia um cuidado especial no tom dos discursos, a fim de não negar a governabilidade de Kubistchek. Na realidade, o *Diário Carioca* contribuiu em grande escala para que o pacto populista conseguisse ganhar fôlego durante a administração de JK, ou seja, teve papel significativo na demarcação de um posicionamento político no país. As noções de desenvolvimento da economia de Juscelino Kubistchek contaram, em grande medida, com a voz do *Diário Carioca* para defendê-las. Desta forma, ao longo da análise de inúmeras edições do jornal, identificamos no *DC* um olhar para o desenvolvimento econômico nacional que vislumbrava a industrialização como caminho único e certo para o país.

O jornal por nós pesquisado conquistou, ao longo de sua existência, um espaço importante dentro da história da imprensa brasileira. Criou em torno de si todo um poder simbólico que o permitia emitir e validar opiniões. Seu pioneirismo nas transformações jornalísticas ajudou a fundar uma nova cara para o jornalismo no país, principalmente a partir da década de 1950, visto que muitos dos profissionais que passaram pela redação do jornal acabaram transferindo suas experiências e conhecimentos adquiridos dentro do *Diário* para outros periódicos, ao longo dos anos. Esse movimento foi extremamente significativo, tanto que em muitos dos relatos históricos sobre o fazer jornalismo, durante a década em questão, ficam registradas as lembranças da história pioneira do *DC*. Um periódico que ajudou a derrubar um presidente e eleger outro precisa entrar mais no rol das pesquisas acadêmicas, e esta foi uma das metas desta dissertação, na qual pretendemos trazer uma contribuição sob este aspecto. Nossa pretensão foi apresentar um jornal detentor de uma simbologia, o *Diário Carioca*, bem como identificar parte de seus discursos em um contexto de extrema importância política e econômica na história do Brasil República.

REFERÊNCIAS

CORREIO DA MANHÃ. De excepcional significação econômica, social e política. 6 jan. 1955, n. 18951, p. 3, ano LIV. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/> Acesso em: 22 dez. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Resultados auspiciosos dos debates sobre os “Três pontos básicos”. 25 mar. 1956, n. 19325, p.1 ano LV. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/> Acesso em: 20 dez. 2023.

CORREIO DA MANHÃ. Determinada a melhoria das condições de vida pelo aumento da produtividade. 23 maio 1956, n. 19373, p. 10, ano LV. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/> Acesso em: 20 dez. 2023.

DEODATO, Alberto. É de Amargar, o Alkimin! 22 jan. 1957, p. 4, n. 2146, Ano XXIX. Disponível: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 1 jun. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Diário Carioca. 17 jul. 1928, n. 1 p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/093092/per093092_1928_00001.pdf Acesso em: 15 de jan. 2022.

DIÁRIO CARIOCA. Vinte anos de marxismo... vinte anos de falência. 4 dez, 1937 n. 2909, p. 3, Ano IX. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 15 jan. 2022.

DIÁRIO CARIOCA. Horta Barbosa advoga o Monopólio Estatal. 9 fev. 1952, n. 7243, p. 3, ano XXV Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 07 dez. 2022.

DIÁRIO CARIOCA. “A preocupação maior de meu governo tem sido trabalhar para o futuro”. 1 fev. 1953, n. 7563, p. 3. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 5 maio 2022.

DIÁRIO CARIOCA. Juarez reafirma a sua posição sobre o petróleo. 6 jan. 1955, p. 2, n. 8127, ano XXVI. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 07 dez. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Távora contra a Petrobrás, pela participação externa. 2 fev. 1950, n. 7237, p. 1, ano XXV. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 22 dez. 2022.

DIÁRIO CARIOCA. São Mistificações em nome do Estado Maior. 2 fev. 1952, n. 7237, p. 1, ano XXV. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 07 dez. 2022.

DIÁRIO CARIOCA. Petróleo da Bolívia para o Brasil: destaque da ferrovia. 5 fev. 1955, n. 8152, p. 3, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 07 dez. 2022.

DIÁRIO CARIOCA. Comissão Parlamentar de Inquérito para opinar sobre problema do petróleo. 18 fev. 1955, p. 3 n. 8163, ano XXV Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 08 dez. 2022.

DIÁRIO CARIOCA. A nação não suportará o peso da importação de petróleo, em ritmo crescente. 6 mar. 1955, n. 8174, p. 5, ano XXV. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 08 dez. 2022.

DIÁRIO CARIOCA. O petróleo da Amazônia repercute nos E. Unidos. 19 mar. 1955, n. 8185, p. 2, ano XXV. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 20 dez. 2022.

DIÁRIO CARIOCA. Petróleo continua em foco projetado pelos nacionalistas. 22 mar. 1955, n. 8187, p. 3, ano XXV. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 25 dez. 2022.

DIÁRIO CARIOCA. Mantido o monopólio estatal do petróleo na lei da Petrobrás. 31 mar. 1955, n. 8194, p. 3, ano XXV. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 20 dez. 2022.

DIÁRIO CARIOCA. Juarez e o petróleo: Deus é brasileiro. Será nacional em 1960 metade do que consumimos. 1 abr. 1955, n. 8195, p. 2, ano XXV. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 20 dez. 2022.

DIÁRIO CARIOCA. Capitais estrangeiros não devem sufocar a indústria nacional. Coluna Plenário da Câmara, 16 jun. 1955, p. 3, ano XXV. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 20 dez. 2022.

DIÁRIO CARIOCA. Café nem piorou nem se licencia. Conferência médica ontem à noite. 8 nov. 1955, n. 8380, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 25 abr. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Investimentos Estrangeiros. Coluna Panorama Econômico. 9 nov. 1955, p. 5, n. 8381, ano XXV. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 20 dez 2022.

DIÁRIO CARIOCA. Dantas, Pedro. Insistência no fracasso. 2 abr. 1955, n. 8196, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 09 fev. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Quadro sombrio, 20 ago. 1952, n. 7402, p. 4, ano XXIV. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 07 dez. 2022.

DIÁRIO CARIOCA. Panorama Econômico- Proteção da indústria pesada é medida de defesa nacional, 5 jun. 1955, n. 8250, p. 5, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 24 fev. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. A única ameaça. Coluna Nossa Opinião. 7 jan. 1955, n. 8128, p. 4, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 20 fev. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Afinal a quanto andamos? 9 jan. 1955, n. 8129, p. 3, ano XXVII Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 24 fev. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. O ministro exemplar. Coluna Nossa Opinião. 8 nov. 1955, n. 8380, p. 4, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 15 abr. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Café nem piorou nem se licencia. Conferência médica ontem à noite. 8 nov. 1955, n. 8380, p. 1, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 15 abr. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Luz não mudará o atual ministério. 9 nov. 1955, n. 8381, p. 1, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 15 abr. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Luz: a minha missão é unir. 9 nov. 1955, n. 8381, p. 1, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 15 abr. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Terão posse os eleitos do povo: Alkimin. 9 nov. 1955, n. 8381, p. 1, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 15 abr. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Seguro o Regime: Lott continuará. Luz resolve hoje o caso Mamede. 10 nov. 1955, n. 8382, p. 1, ano XXVIII Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 6 maio 2023.

DIÁRIO CARIOCA. 10 de novembro. 10 nov. 1955, n. 8382, p. 1, ano XXVIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 6 maio 2023.

DIÁRIO CARIOCA. A verdade e a chicana. Coluna Nossa Opinião. 10 no. 1955, n. 8382, p. 4, ano XXVIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 6 maio 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Traição ao país. 11 nov. 1955, p. 1, n. 8383, ano XXVIII Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 6 maio 2023.

DIÁRIO CARIOCA. O General Lott. Nossa Opinião. 11 nov. 1955, p. 4, n. 8383, ano XXVIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 16 maio 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Café foi impedido pelo Congresso. 22 nov. 1955, p. 1, n. 8392, ano XXVIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 8 maio 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Danton: calorosa recepção aguarda Juscelino. 1 jan. 1956, p. 2, n. 8427, ano XVIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 22 abr. 2022.

DIÁRIO CARIOCA. Convém o Ministério da Economia? Coluna Nossa Opinião. 15 jan. 1956, p. 4, n. 8439, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 25 fev. 1956.

DIÁRIO CARIOCA. Maior produtividade para contenção do processo inflacionário. Coluna Panorama Econômico. 15 jan. 1956, p. 5, n. 8439, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 30 maio 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Punirá os fujões da FAB com rigor. 16 fev. 1956, p. 1, n. 8640, ano XXVIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 30 maio 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Que ouviu Ike de Juscelino. 6 jan. 1956, n. 8431, p. 1, ano XVIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 5 jan. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Juscelino e Horácio Carvalho. 10 jan. 1956, n. 8434, p. 1, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 26 fev. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Panorama Econômico. Prospecção e industrialização petrolífera no Brasil. 17 jan. 1956, n. 8439, p. 5, ano XXVIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 23 dez. 2022.

DIÁRIO CARIOCA. Os trabalhos de Nova Olinda. Nossa opinião. 24 jan. 1956, n. 8446, p. 4, ano XXVIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 6 jan. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Desenvolvimento de nossa pecuária. Coluna Panorama Econômico. 24 jan. 1956, p. 5, n. 8446, ano XVIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 5 abr. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Rumo de Alkmin no Ministério da Fazenda. Coluna Panorama Econômico. 2 fev. 1956, p. 5, n. 8454, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 5 abr. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Nacionalismo do Petróleo: De pé. 3 fev. 1956, n. 8455, p. 1, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 06 jan. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. A inflação e o governo. Coluna Nossa Opinião. 19 fev. 1956, p. 4, n. 8466, ano XXXII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 30 maio 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Corrida de preços e de salários. Coluna Panorama Econômico. 25 fev. 1956, p. 5, n. 8472, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 30 maio 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Propostos nomes de novos embaixadores para quatro países. Plenário do Senado. 22 maio 1956, n. 8543, p. 4, ano XXVIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 8 jan. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Encerra hoje o “panel”. 1 jun. 1956, p. 3, n. 8552, ano XVIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 25 abr. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. ‘Petróleo é nosso’ provoca a cisão dos Josués. 13 out. 1956, n. 8667, p. 1, ano XXVIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 12 jan. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Debate Inútil- Coluna A Nossa Opinião. 4 jan. 1957, n. 08735, p. 4, ano XXIX. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 21 jan. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Além das metas. Coluna Nossa Opinião. 7 jan. 1957, p. 4, n. 8764, ano XXVIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 05 jun. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Investimentos estrangeiros em 1956. Coluna Panorama Econômico. 21 abr. 1957, p. 5, ano XXIX. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 2 jan. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Programação do desenvolvimento industrial. Coluna Panorama Econômico. 1 jan. 1958, p. 5, n. 9040, ano XXX. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 5 jun. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Um ano positivo. Coluna Panorama Econômico. 3 jan. 1958, p. 5, n. 9041, ano XXX. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 6 jun. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Integralização da indústria. Coluna Panorama Econômico. 11 abr. 1958, p. 5, n. 9123, ano XXX. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 2 jun. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Vigilância, Presidente! Coluna Nossa Opinião. 4 jan. 1959, p. 4, n. 9350, ano XXXI. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 6 jun. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Queda na exportação exige reação eficaz. Coluna Panorama Econômico, p. 5, n. 9350, ano XXXI. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 6 jun. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Chalaça que envolve um argumento falso. Coluna Panorama Econômico. 14 jan. 1959, n. 9359, p. 4, ano XXXI. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 12 jan. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Ministros com JK no Catete: reação viril. 4 dez. 1959, p. 1, n. 9632, ano XXXIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 6 jun. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Pode-se reduzir importações? Coluna Panorama Econômico. 15 abr. 1959, p. 5, n. 9434, ano XXXI. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 11 jul. 2023.

DIÁRIO CARIOCA. Janio na chave da masorca. 4 dez. 1959, p. 1, n. 9632, ano XXXIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 7 jun. 2023.

FREITAS, Jânio. Juscelino: o golpe seria a revolução. *Diário Carioca*, 3 jul. 1955, n. 8274, p. 1, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 25 mar. 2023.

JOBIM, Danton. Entre a espada e a parede. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 6704, 6 maio 1950, p. 1. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca>. Acesso em: 22 nov. 2022.

JOBIM, Danton. Às portas da guerra. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 6881, 1 de dez. 1950, p. 1 Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 22 nov. 2022.

JOBIM, Danton. Salto no escuro. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 16 out. 1953, n. 7757, p. 1, ano XXI Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 25 dez. 2022.

JOBIM, Danton. No caminho limpo das urnas. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1955, n. 8129, p. 1, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 25 mar. 2023.

JOBIM, Danton. Liquidação do golpe. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1955, n. 8391, p. 1, ano XXVII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 8 maio 2023.

JOBIM, Danton. A lealdade da FAB. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1956, p. 1, n. 8464, ano XXVIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 30 maio 2023.

JOBIM, Danton. Provocações odiosas. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1956, p. 1, n. 8466, ano XXVIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 31 maio 2023.

JOBIM, Danton. 1957: O ano da concórdia. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1957, p. 1, n. 8733, ano XXIX. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 1 jun. 2023.

JOBIM, Danton. Três anos de JK. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 1 fev. 1959, p. 1, n. 9375, ano XXXI. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 5 jun. 2023.

JOBIM, Danton. A nova Jacareacanga. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1959, p. 1, n. 9632, ano XXXI. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 7 jun. 2023.

JORNAL DO BRASIL. O petróleo de Nova Olinda. *Diário Carioca*, 19 mar. 1955, n. 63, p. 6. LXIV. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 8 dez. 2022.

KONDER, Victor Márcio. Valioso papel do balanço de pagamentos. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 12 fev. 1958, p. 14, n. 9049, ano XXXII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 6 abr. 2023.

LACERDA, Carlos. A caminho da solução. *Jornal Tribuna da Imprensa*. 8 nov. 1955, n. 1784, p. 1, ano VII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 16 abr. 2023.

MACHADO, Gen. A. Leitão. Apelos ao Exército. 10 nov. 1955, p. 4, n. 8382, ano XXVIII. *Jornal Diário Carioca*. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 6 maio 2023.

NETO, Brasília Machado. Petróleo boliviano. 30 jan. 1955, p. 20, n. 8147, ano XXVII. *Jornal Diário Carioca*. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 07 dez. 2022.

NETO, Brasília Machado. Petróleo e Divisas. Caderno Economia e Finanças. 13 mar. 1955, n. 8120, p. 20, ano XXV. *Jornal Diário Carioca*. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 20 dez. 2022.

NETO, Brasília Machado. Complexo de inferioridade – Coluna Economia e Finanças. 3 abr. 1955, n. 8197, p. 20, ano XXV. *Jornal Diário Carioca*. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 21 dez. 2022.

NETO, Brasília Machado. Plano de desenvolvimento e recursos estrangeiros. 21 out. 1956, n. 8674, p. 24, ano XXVI. *Jornal Diário Carioca*. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 15 mar. 2023.

NETO, Brasília Machado. Brasil quer petróleo? 16 mar. 1958, n. 9101, p. 14, ano XXX. *Jornal Diário Carioca*. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 25 jan. 2023.

O GLOBO. A UDN não alimenta Intuitos Golpistas. 8 nov. 1956, n. 9051, p. 1, ano XXXI. *Acervo O Globo*. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/> Acesso em: 16 abr. 2023.

O GLOBO. Misteriosa tentativa de levante na Aeronáutica. 3 fev. 1956, p. 1 e 6, n. 10302, ano XXXV. *Acervo O Globo*. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/> Acesso em: 7 jun. 2023.

PINHEIRO, Átilla Carvalhaes. Novos horizontes. 3 fev. 1956, n. 8455, p. 4, ano XXVII. *Jornal Diário Carioca*. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 25 abr. 2023.

SOARES, José Eduardo de Macedo. Mensagem de ano Novo. a4 jan. 1955, n. 8125, p. 1, ano XVII. *Jornal Diário Carioca*. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 25 mar. 2023.

SOARES, José Eduardo de Macedo. Juscelino, Firme! 11 jan. 1955, n. 8130, p. 1, ano XVII. *Jornal Diário Carioca*. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 15 mar. 2023.

SOARES, José Eduardo de Macedo. Os compromissos do chefe. 8 nov. 1955, n. 8380, p. 1, ano XVIII. *Jornal Diário Carioca*. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 17 mar. 2023.

SOARES, José Eduardo de Macedo. A crise Militar. 11 nov. 1955, p. 1, n. 8383, ano XXVIII. *Jornal Diário Carioca*. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 7 maio 2023.

SOARES, José Eduardo de Macedo. Dever e a honra dos militares. 17 fev. 1956, p. 1, n. 8465, ano XXVIII. *Jornal Diário Carioca*. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 30 maio 2023.

SOARES, José Eduardo de Macedo. Em causa o Brasil. 2 jun. 1956, p. 1 n. 8553, ano XXVIII. *Jornal Diário Carioca*. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 1 jun. 2023.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Carlos Luz assume a presidência hoje. 8 nov. 1955, n. 1784, p. 1, ano VII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/tribuna-da-imprensa> Acesso em: 16 abr. 2023.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Oficiais da FAB rebelam-se contra o governo. 15 fev. 1956, p. 1, n. 1863, ano VIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/tribuna-da-imprensa> Acesso em: 30 maio 2023.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Os minerais atômicos. 15 fev. 1956, p. 1, n. 1863, ano VIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/tribuna-da-imprensa> Acesso em: 30 maio 2023.

TRIBUNA DA IMPRENSA. História da traição de Lott. Por Amorim do Valle. 17 fev. 1956, p. 1, n. 1865, ano VIII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/tribuna-da-imprensa> Acesso em: 30 maio 2023.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Não podem tomar posse. 09 nov. 1956, n. 1785, p. 1, ano VII. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/tribuna-da-imprensa> Acesso em: 16 abr. 2023.

TRIBUNA DA IMPRENSA. Governo desmente rumores de sublevação de militares. 3 dez. 1959, p. 1, n. 3009, ano XI. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/tribuna-da-imprensa> Acesso em: 7 jun. 2023.

ÚLTIMA HORA. Barômetro Econômico, v. 0155, p. 6, 12 dez. 1951. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/ultima-hora> Acesso em: 29 de fev. 2022.

VAHLIS, Santos. Pseudo Nacionalismo. 22 jan. 1956, n. 8445, p. 1, ano XXVIII. *Jornal Diário Carioca*. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca> Acesso em: 23 dez. 2022.

Dicionários, Catálogos, Anais, Congressos, Entrevistas

ALBUQUERQUE, A. de. Aconteceu num carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno. *Eco- Pós*, v. 11, n. 22, p. 95–116, 2008.

ALBUQUERQUE, Alexandre Black de. Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK. XI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA. 12. Conferência Internacional de História de Empresas. Vitória, 2015.

ANDRADE, Evandro Carlos de. (entrevista concedida Geneton Moraes Neto.) Entrevista com Evandro Carlos de Andrade -10 (final): E o chefe da redação conspirava com militares, por telefone, contra o Presidente da República. *GI - O portal de notícias da Globo GI – Dossiê Geral – Geneton Moraes Neto*. 4 jul. 2011.

ANASTÁCIO, Vítor Hugo dos Santos; COSTA, Cristiane Henriques. Em busca de um jornalismo moderno: a chegada do manual à imprensa brasileira. VIII ENCONTRO NACIONAL DE JOVENS PESQUISADORES EM JORNALISMO (JPJOR), p. 1-16, 2018.

ANP- Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Lei do Petróleo completa 20 anos, apud VIDAL, Eduardo. Afinal, por que o Brasil exporta e importa tanto petróleo e derivados de petróleo? *Agência de notícias Funcex*, 23 set. 2023. Disponível em: <https://funcex.org.br/info/rbce-148-julho-agosto-setembro-2021/afinal-por-que-o-brasil-exporta-e-importa-tanto-petroleo-e-derivados-de-petroleo>.

AREAS, Daiana Maciel. Crise Política de 1955 e os limites para a legalidade e Democracia. *Anais do Encontro Internacional, XVIII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: História e Parcerias*, Rio de Janeiro, 2018.

AVANZA, M. F. A contribuição de Danton Jobim para o ensino de jornalismo: análise atual das escolas pioneira. V CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. *Anais*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007.

BARROS, Alexandre; BACELAR, Luís Guilherme. ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). In: *Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-carioca>> Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. Decreto nº 3.130, de 5 de outubro de 1938. Dispõe sobre Tratado sobre ligação ferroviária, entre o Brasil e a Bolívia, firmado no Rio de Janeiro a 25 de fevereiro de 1938. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 8 out. 1938, p. 20319 (Publicação Original).

BRASIL. Lei nº 2004 de 3 de outubro de 1953. Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade Anônima, e dá outras providências. *Presidência da República Casa Civil*. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Capítulo III, Seção III, Inciso III, DF, 1953. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>.

CANO, W. Getúlio Vargas e a formação e integração do mercado nacional. *Anais XI ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - ANPUR*, 2005.

CARVALHO, Yvan Barretto de. Yvan Barretto de Carvalho (depoimento, 1988). Rio de Janeiro, *CPDOC/PETROBRAS*, 2008. 137 p. dat.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Canrobert Pereira da Costa Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/canrobert-pereira-da-costa>>. Acesso em: 20 maio de 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Carlos Luz. Disponível em: <<https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/carlos-luz>> Acesso em: 3 maio 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Etelvino Lins. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/etelvino-lins>. Acesso em: 4 maio 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. CASTRO FILHO, Raimundo de Araújo; DIAS, José Luciano; NETO, Sudenham Lourenço. *Atlas Histórico do Brasil*. Disponível em <https://atlas.fgv.br/verbete/6293>.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Gustavo Capanema. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/gustavo-capanema>. Acesso em: 4 maio 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Lucas Lopes. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/lucas-lopes>. Acesso em: 4 maio 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Prudente de Moraes Neto. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/prudente-de-moraes-neto>. Acesso em: 4 set. 2019.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Paulo Bittencourt. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bittencourt-paulo>. Acesso em: 2 mar. 2023.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Revolta de Jacareacanga. In: *Dicionário Histórico fatos e eventos*. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/fatos-eventos/revolta-de-jacareacanga>.

COELHO, Gisely Valentim Vaz. A propagação da cultura norte-americana no jornalismo brasileiro dos anos 1930. XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – IV Colóquio Brasil-EUA de Ciências da Comunicação, p. 1-17, 2010.

CUNHA, André Moreira; FERRARI, Andrés. *O telefonema e os submarinos. Biden e as ilusões liberais*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/fce/o-telefonema-e-os-submarinos-biden-e-as-ilusoes-liberais/> Acesso em: 21 set. 2021.

DELGADO, Marcio de Paiva. O Jornalista e o Político Carlos Lacerda nas Crises Institucionais de 1950-1955. *Anais I COLÓQUIO DO LAHES, UFJF, Juiz de Fora, 2005*.

DIAS, José Luciano; FERREIRA, José Pelúcio; SETEMY, Adrianna. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). In: *Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico-banco-nacional-dodesenvolvimento-cconômico-e-social> Acesso em: 12 de dez. 2021.

DIAS, Sônia. Roberto Cochrane Simonsen. In: *Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico-roberto-cochranesimonsen>. Acesso em: 25 abr. de 2022.

ÓRIO BRASIL DE ARQUIVOS. Conselho de Segurança Nacional. BR RJANRIO. Disponível em: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/conselho-de-seguranca-nacional-brasil> Acesso em: 04 maio 2023.

FERREIRA, Marita de Moraes. Paulo Bittencourt. In: *Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil*. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bittencourt-paulo> Acesso em: 5 maio 2023.

FRAZÃO, D. *Manuel Bandeira - Poeta brasileiro*. Disponível em: https://www.ebiografia.com/manuel_bandeira/. Aceso em: 7 set. 2022.

FREITAS, Jânio de. Jânio de Freitas, a caminhada de 66 anos no jornalismo de ponta: depoimento [2019] Entrevistador: Roberto Fernandes Souza. Vídeo postado na plataforma YouTube ao canal do entrevistador na plataforma: Bob Fernandes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TIImz3PAKIu4>.

GAIA, Rossana Viana; RODRUES, Gabriela; BETTI, Juliana Cristina Gobbi; JOBIM, Luis. Jornalista Danton Jobim: preservação da memória em rede 1. *GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local*, 2015.

JUNIOR, Mauro de Oliveira Tavares. Getúlio Vargas na ótica do jornal O Globo (1953-1954). *Anais do Encontro Internacional, XVIII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: História e Parcerias*, 2018.

KADRI, F. EL. Copidesque e Copywriter: saiba a diferença entre as duas funções. Vivendo de Freela. Disponível em: <https://www.vivendodefrela.com.br/copidesque-e-copywriter/> Acesso em: 7 ago. 2022.

KELLER, Vilma. Café Filho. *In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAF%C3%89%20FILHO.pdf>> Acesso em: 4 maio 2023.

KRILOW, L. S. W. José Carlos de Macedo Soares. *In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sala-consulta/perguntas-frequentes> Acesso em: 5 de maio 2023.

LAGE, N. F. T. R. S. Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 1, n. 1, 2004.

LAMARÃO, Sérgio. Movimento do 11 de novembro *In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-carioca> Acesso em: 25 maio 2023.

LEAL, Carlos Eduardo. Tribuna da Imprensa. *In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico-tribuna-de-imprensa> Acesso em: 9 ago. 2022. e 2023.

LEONEL, Eduarda Leite; PASCOS, Gabriel Gomes da Silva. Conflito Entre os Estados Unidos e o Irã. *Observatório de Conflitos Internacionais*. Série Conflitos Internacionais v. 7, n. 2, abril de 2020.

MELO, J. DE. O Pioneirismo de Danton Jobim na Pesquisa Jornalística Brasileira. X SIMPÓSIO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE. *Anais. INTERCOM e Faculdade de Comunicação da UERJ*, 8 dez. 2004.

MENDEZ, Rosemary Bars. Pompeu de Sousa: jornalista, professor e político. NP Intercom Jornalismo do VI ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, 2006. Disponível em: www.portcom.intercom.org.br. Acesso em:

MOREIRA, Maria Ester Lopes. Diário da Noite. *In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Atlas Histórico do Brasil*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sala-consulta/perguntas-frequentes> Acesso em: 5 maio 2023.

PADUA, Aline Ferreira. *O jornalismo do “a notícia” na década de 1950: análise das transformações técnicas e editoriais do periodismo do interior paulista*. Inter programas de Mestrado (comunicação), Faculdade Cásper Líbero, 2014.

PANTOJA, Sílvia. Juarez Távora. *In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/T%C3%81VORA,%20Juarez%20r%20.pdf> Acesso em: 29 abr. 2023.

PECHMAN, Robert. Soares. José Eduardo de Macedo. *In: Centro De Pesquisa E Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetebiografico/soares-jose-eduardo-de-macedo>. Acesso em: 12 mar. 2022.

PRIZES, Maria Moors Cabot. *Columbia Journalism School*, 2021. Disponível em: <https://journalism.columbia.edu/cabot> Acesso em: 6 jun. 2022.

REIGOTO, Luhan Martins. Governo Dutra: cenário externo, debate interno e política econômica (1946-1951). XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & 13ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 2017.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50*. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO. *Anais*, 2002.

SILVA, Maria Cristina (org.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/Fauusp/Fupam, 1999. Disponível em: <https://cronologiadourbanismo.ufba.br/biografia>. Acesso em:

SOBRAL, Maria Carolina Barbosa; BITTENCOURT, Maurício Vaz Lobo. *A lógica do pensamento de Roberto Campos: do desenvolvimentismo ao liberalismo*. Área temática 9, Cátedra para o desenvolvimento, edisciplinas, USP, 2010.

TINHORÃO. José Ramos. José Ramos Tinhorão: depoimento: [novembro. 2022]. Instituto Moreira Salles (IMS) Por dentro dos acervos. Tinhorão por ele mesmo, em detalhes, 6 de fevereiro, 2018. Disponível em: <https://ims.com.br/por-dentroacervos/tinhorao-por-ele-mesmo-em-detalhes/> Acesso em: 1 nov. 2022.

WESTIN, Ricardo. O manifesto divulgado pelo Comando Revolucionário descrevia o Poder Executivo como corrupto, o Legislativo como demagógico e o Judiciário como omissivo. citava o risco de o Brasil cair nas garras do comunismo. Seção Arquivo S, *Agência do Senado*, 2020.

Livros artigos, teses, dissertações, monografias

ABREU, Alzira Alves. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

AGUIAR, Tarcísia Maria Travassos de. O contínuo genérico presente na capa de jornal. *Revista Investigações*, v. 25, n. 2, jul. 2012, p. 133-155.

ALBERTO GUERREIRO RAMOS. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

ALBUQUERQUE, A. de. *A modernização autoritária do jornalismo brasileiro*. ALCEU PUCRJ, p. 100-115, jan. 2010.

AGUIAR, Tarcísia Maria Travassos de. O contínuo genérico presente na capa de jornal. *Revista Investigações*, v. 25, n. 2, jul. 2012, p. 133-155.

ARAÚJO, Thiago Portilho Ottero de. *O Segundo Governo Vargas (1951-1954): O Nacional-Desenvolvimentismo e a Questão da Energia Elétrica*. Monografia (economia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, 2015.

BARBOSA, Marinalva. História do jornalismo no Brasil: um balanço conceitual. *Revista Verso e Reverso*, v. 23 n. 52: Ano XXIII, 2009.

BARBOSA, Marinalva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marinalva. *Os Donos do Rio - Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2000.

BOBBIO, N. *Liberalismo e Democracia*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras Lições sobre a Sociologia de P. Bourdieu*. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. *Razões Práticas. Sobre Teoria da ação*. Campinas, Papirus, 1996.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Eugênio Gudín. *Estudos Avançados*, v. 15, cap. 41, 2001.

BIROLI, F. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil. *História*, v. 26, n. 2, p. 118–143, 2007a.

BÔAS, Amanda da Silva Villas. *O desenvolvimento industrial do Brasil na década de 1930*. UnB, Faculdade de Economia Administração contabilidade e Gestão de Pessoas. Brasília, 2018.

BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 45, v. 2 46-65, 2002, p. 46.

BRANDÃO, Vinicius Costa; ROCHA, Carla Adriana Meneses da. O desenvolvimento industrial brasileiro no governo JK e seus impactos sociais. *INFORME ECONÔMICO* (UFPI), ano 19, v. 36 n. 1, 2016.

CAMPOS, F. Internacionalização brasileira e Instrução 113 da SUMOC. *América Latina En La História Económica*, 24(2), 93-124, 2017.

CAPUTO, A. C.; MELO, H. P. de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. *Estudos Econômicos* (São Paulo), v. 39, n. 3, p. 513–538, set. 2009.

CAMPOS, Márcia Aparecida Ferreira. *A Política econômica do Governo Kubitscheck (1956-1961)*. 224f. Dissertação (mestrado em economia), PPGE da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2007.

CARLONI, Karla G. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. Tese (doutorado) ao PPGHS da UFF, Niterói, 2010.

CARONE, Edgard. Roberto C. Simonsen e sua obra. *Revista de Administração de Empresas*, v. 11, cap. 4, p. 23-28, 1971.

CARLONI, Karla G. O 11 de Novembro de 1955. *Militares e Política*, n.º 5 (jul.-dez. 2009), p. 102-119.

CELSO FURTADO. *Formação Econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHAVES, A. R. *A burguesia brasileira diante da transnacionalização do capital: Características e perspectivas da burguesia e do capitalismo brasileiros no século XXI*. Araraquara: Unesp, 2021.

CINTRA, W. A. Liberalismo, justiça e democracia: Rui Barbosa e a crítica à Primeira República Brasileira (1910-1921). Lua Nova: *Revista de Cultura e Política*, n. 99, p. 201–231, dez. 2016.

CORRÊA, L. B. *Carlos Lacerda jornalista: Repórter, gestor e teórico da imprensa*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

COSTA, C. *Diário Carioca. O Jornal que mudou a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011.

DALCANAL, Verônica da Costa. *O Jornal A Noite e as eleições de 1962*. Rio de Janeiro, IFCH, UERJ, 2013.

DELGADO, Marcio de Paiva. *O “Golpismo Democrático”. Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. 157f. Dissertação (mestrado em história), PPGH da UFJF, Juiz de Fora, 2006.

DENDASCK, Carla Viana Dendasck; LOPES, Gileade Ferreira. Conceito de Habitus em Pierre Bourdieu e Norbert Elias. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do conhecimento*,

v. 03, n. 05, ano 01, 2016. p. 01-10. ISSN 24480959. Disponível em:
<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciências-sociais/conceito-dehabi...-e-norbert-lias>
 Acesso em:

DIAS, José Luciano de Mattos. O BNDE e o plano de metas. In: *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil)*. O BNDES e o plano de metas. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1996. p. 81-136.

FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. 7. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.

FAUSTO, Bóris (org). O Brasil republicano. Sociedade e Política (1930-1964). *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 3, 3. Ed. Bertrand Brasil, 2004.

FERREIRA, Fernanda Vasques. Raízes históricas do conceito de opinião pública em comunicação. *Em Debate*, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.50-68, jan. 2015.

GADELHA, Lênin Alves Francelino. *Imprensa e poder no segundo governo Vargas: A oposição do matutino Diário Carioca (1950-1954)*. Brasília, Universidade de Brasília Instituto de Ciências Humanas Departamento de História, p. 1-21, 2019.

GAIA, Rossana Viana; BETTI, Juliana Gobbi; JOBIM, Luís. Danton Jobim: o jornalista político. *Revista Latino-Americana de Jornalismo Âncora - PPJ – UFP*, 2015.

GARRIDO, Bruno Sampaio. *A construção da opinião nos editoriais do jornal bom dia Bauru: uma abordagem discursiva*. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2011.

HUDDLE, Donald L. Balanço de Pagamentos e Controle de Câmbio no Brasil. Diretrizes Políticas e História, 1946-1954. *Revista Brasileira de Economia*. - FGV/EPGE Escola Brasileira de Economia e Finanças, ISSN 0034-7140. - Vol. 18.1963, 1, p. 5-40.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era do Extremos. O breve século XX.1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977.

IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

JÁCOME, P. *O jornalismo como singular coletivo [manuscrito]: reflexões sobre a historicidade de um fenômeno moderno*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

JOBIM, Danton. *Espírito do Jornalismo*. São Paulo: Edusp, 1992.

JUNIOR, Eduardo Rouston. Teoria e Historiografia na Primeira República Brasileira. InterLegere. *Revista do PPGCS/UFRN*, n.15, jul./dez., p. 291-310, 2014.

- JUNIOR, Helid Raphael de Carvalho. *O Marechal Horta Barbosa e o Nacionalismo Brasileiro. A Campanha “d’O Petróleo é Nosso” (1947-1953)*. 195f. Tese (doutorado em ciência política), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2014.
- KRILOW, L. S. W. Jornal como fonte e/ou objeto da escrita histórica: proposta metodológica aplicada à análise das representações sobre “o político” na “grande imprensa carioca” de 1955 a 1960. *Oficina do Historiador*, v. 12, n. 1, p. 33745, 4 out. 2019. N: 9788565957106
- LIMA, N. R. R. DE. Os fundamentos teóricos para a criação da SUDENE: uma análise do pensamento de Celso Furtado e seu conceito de História. *Intellèctus*, v. 19, n. 2, p. 141, 10 dez. 2020.
- LYSIAS, C. Era uma vez o nariz-de-cera. *Revista de Comunicação*, p. 22-25, 1998.
- MARTINS, Luís Carlos dos Passos. Petróleo e “nacionalismo” no segundo governo Vargas: o debate em torno da criação da Petrobras. *História*, Rio Grande, 6 (2): 401-425, 2015.
- MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *Imprensa e cidade*. São Paulo: UNESP, 2006.
- MEDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MEDEIROS, Benício. Nunca houve um jornal como ele. In: COSTA, Cecília. *Diário Carioca: o jornal que mudou a imprensa brasileira*. *Cadernos da Biblioteca Nacional*, 2011.
- MEDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento*. 3ª. Ed. Graal, 1988.
- MEDONÇA, Sônia Regina de. Políticas agrícolas e patronato agroindustrial no Brasil (1909-1945). *História Econômica & História de Empresas*, v. 16, n. 1, 14 fev. 2014.
- MEDONÇA, Sônia Regina de. 1964: o duplo golpe do campo. *Revista Outubro*, n. 10, 2004.
- MENDEZ, R. B.; SOUSA, Pompeu de. *O jornalista que mudou o Jornalismo Brasileiro*. (Tese de Doutorado) São Paulo: UMESP, 2006.
- MONTEIRO, L. A. C. *Manuais de redação e os caminhos do texto jornalístico*. Editora: Rio de Janeiro: [s.n.]. [AV2].
- PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, Literatura e Política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 31, 2003.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. *A questão do protecionismo no debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin*. Campinas, SP, 2005.

SANTOS, Daiane Lima Dos. *A ferrovia e seu avesso: a Comista e a construção da Brasil-Bolívia na fronteira oeste do Brasil (1937-1963.)*. 249f. Tese (Doutorado em história). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

SILVA, P. H. DE A.; Pompeu de. *O Manual de Estilo do Diário Carioca e o texto jornalístico nos anos 1950*. 75 f. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Sabrina Martins De. *Trajetória desenvolvimentista da Petrobras a partir dos anos 90: Um estudo da empresa estatal como instrumento de política de desenvolvimento*. UFSC, Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2010.

UBER, Teresinha de Jesus Bauer. *Estudos sobre um gênero discursivo*. Artigo de opinião. Artigo apresentado em conclusão ao Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – PDE – , Maringá, 2008.

VIEIRA, A. P. L. *O Departamento de Imprensa e Propaganda e a política editorial do Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2019.

VIZEU, A. Gilberto Freyre e os manuais de redação. *Portal Metodista de Periódicos Científicos e Acadêmicos*, p. 164–177, 2008.

WOLFFENBUTTEL, Andréa. O que é? – Dumping. *Revista Desafios do Desenvolvimento*, ano 3, ed. 18 - 1 jan. /2006. Disponível em: desafios.ipea.gov.br Acesso em:

YOUNG, Victor Augusto Ferraz. *JK, Estados Unidos e FMI. Da súplica ao rompimento*. São Paulo: Alameda, 2014.